

M 2015/2016



Viana do Castelo: a habitação de promoção pública na definição do tecido urbano da cidade do século XX

Gil Palhares Martins

Dissertação de Mestrado apresentada
À Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto em
Arquitetura

Orientadora: Professora Doutora Teresa Manuel Almeida Calix Augusto
Coorientador: Professor Doutor Rui Jorge Garcia Ramos

Agradecimentos:

À minha família pelo apoio incondicional. Compreensivos e pacientes, ao longo desta caminhada, proporcionando-me as condições necessárias para conseguir atingir o objetivo delineado.

Ao meu grupo fiel de amigos, pelo companheirismo e amizade, presentes nos momentos bons e nos menos bons durante os cinco anos de curso. Foi uma honra caminhar ao vosso ao lado. Espero nunca perder esse privilégio.

À Professora Doutora Teresa Calix, pela orientação e ajuda no desbravar da investigação científica e acima de tudo pela disponibilidade, paciência e sucessivas sugestões que me permitiram o aperfeiçoamento dos diversos conteúdos.

Ao Professor Doutor Rui Ramos pela sua assertividade e objetividade que me permitiu caminhar na direção certa, essencial numa primeira fase, não me deixando dispersar entre assuntos diversos.

U. PORTO

UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU



Projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Cofinanciado por:



Resumo

A presente dissertação pretende compreender o crescimento da cidade de Viana do Castelo através do estudo do impacto e da maneira como a habitação de promoção pública participou nas metamorfoses urbanas do século XX.

Abordam-se, primeiro, os acontecimentos mais determinantes que modelaram a malha urbana da cidade, desde o período da sua fundação até à atualidade, tendo em vista uma sistematização do tempo longo da sua gestação. E, depois, a investigação foca-se e a análise aprofunda-se no século XX, período de forte transformação urbana e no qual se concentram os planos urbanísticos e os bairros de promoção pública em estudo.

Ao mesmo tempo, pretende-se contribuir para a compreensão da evolução das iniciativas de promoção de habitação em território português, por parte do Estado ou de outras entidades com preocupação social, enquadrando e identificando os princípios de intervenção subjacentes aos bairros de Viana do Castelo.

Para além disso, através da investigação e da análise da documentação específica de cada bairro, procura-se compreender as tendências arquitetónicas e urbanísticas correspondentes, contribuindo para o conhecimento do caminho que a arquitetura portuguesa atravessa durante o século XX.

Palavras-chave: Bairros, Habitação, Cidade, Urbanismo, Arquitetura

Abstract

This dissertation intends to understand the growth of the city of Viana do Castelo by studying the impact and the way public housing promotion participated in the twentieth century urban metamorphosis.

It addresses, at first, the most determinant events that have shaped the urban fabric of the city, since the time of its foundation to the present day, towards a systematization of its evolution. And, afterwards, the research becomes focused and the analysis is intensified in the twentieth century, period of significant urban transformation that concentrates the urban plans and the public housing under study.

At the same time, it is intended to contribute to the understanding of the evolution of housing promotion initiatives in Portuguese territory, by the state or other entities with social concerns, by framing and identifying the intervention principles underlying the housing developments of Viana do Castelo.

Furthermore, through research and by analysing the specific documentation of each housing plan, it is intended to understand the architectural and urban trends, contributing to the knowledge of Portuguese architecture during the twentieth century.

Keywords: Social Housing Plans, Housing, City, Urbanism, Architecture

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	III
Palavras - chave.....	III
Abstract.....	V
Keywords.....	V
1. Introdução.....	1
1.1. Motivações.....	2
1.2. Problema e Justificação da Investigação.....	4
1.3. Metodologia.....	6
1.4. Estrutura do Trabalho.....	7
2. Século XX: A Situação de Portugal e da Habitação Pública.....	9
2.1. Enquadramento Político-Económico.....	11
2.2. Arquitetura em Território Nacional: Tendências e Movimentos.....	17
2.3. Habitação de Promoção Pública em Território Português.....	25
2.3.1. A Habitação de Promoção Pública em Portugal nos Finais do Século XIX.....	25
2.3.2. A Habitação de Promoção Pública em Portugal no Século XX.....	29
3. Viana Através do Tempo.....	33
3.1. Da Fundação até ao Século XIX.....	39
3.2. Século XX: Entre Planos e Projetos.....	53
3.2.1. Pós 25 de Abril: a Intensificação do Planeamento Urbano.....	67
4. Viana do Castelo: Bairros de Promoção Pública.....	77
4.1. Bairro do Jardim.....	79
4.2. Bairro da CP.....	87
4.3. Bairro dos Pescadores.....	93
4.4. Bairro da Previdência.....	99
4.5. Bairro Conde de Bertandos e Bairro na Rua de S. Tiago.....	105
4.6. Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.....	113
4.7. Bairro da Socomina.....	119
4.8. Bairros da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril.....	125
4.8.1. Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril - S. Vicente..	129
4.8.2. Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril - Abelheira..	131
5. Conclusão.....	132
Lista de Imagens.....	146
Bibliografia.....	155

Lista de abreviaturas, siglas ou acrónimos:

ADVCT (Arquivo Distrital de Viana do Castelo)
AMVCT (Arquivo Municipal de Viana do Castelo)
CAR (Comissão de Apoio aos Retornados)
CIAM (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna)
CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto)
CP (Comboios de Portugal)
DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais)
DGSU (Direção Geral dos Serviços de Urbanização)
FAUP (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto)
FLUP (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica)
FFH (Fundo de Fomento da Habitação)
GNR (Guarda Nacional Republicana)
HE-FCP (Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência)
ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica)
IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado)
IHRU (Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana)
INH (Instituto Nacional de Habitação)
INT (Instituto Nacional de Trabalho)
JCCP (Junta Central das Casas dos Pescadores)
ODAM (Organização de Arquitetos Modernos)
PEOT (Planos Especiais de Ordenamento do Território)
POAP (Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas)
POOC (Planos de Ordenamento da Orla Costeira)
PP (Plano de Pormenor)
PRID (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados)
PU (Plano de Urbanização)
REFER (Rede Ferroviária Nacional)
SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)
SNA (Sindicato Nacional de Arquitetos)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Motivações

A habitação é um campo de reflexão teórica e prática de grande importância na Arquitetura, é um espaço símbolo de permanência e de ambiência familiar. Encontra-se, usualmente, associada à palavra *lar*, remetendo ao espaço que envolve a lareira, de aconchego e reunião em volta do fogo. Surge, claramente, como uma necessidade para o habitante e funciona como a unidade primordial que transmite o modo de “enraizamento” de uma sociedade.

*“O povoamento de um território constitui um dos elementos fundamentais de ocupação e de afirmação de uma identidade social, cultural e política de um povo. Esta ação fundadora, matriz construída de um território, é na sua génese formada essencialmente por casas e infraestruturas, como caminhos e estradas. Mas enquanto edificação fundamental, a casa cumpre o seu papel essencial de abrigo e de fixação de uma população.”*¹

Assim, é possível afirmar que a habitação é um bem heterogéneo, durável e uma condição indispensável para o Homem exercer plenamente a sua cidadania, permitindo uma ligação da esfera individual com a sociedade envolvente.²

No campo da habitação existe a vertente da habitação social, ou de promoção pública de mais interesse para esta dissertação. Esta vertente surge como uma das medidas adotadas para combater a carência habitacional existente nas cidades após as metamorfoses urbanas geradas pela Revolução Industrial. Com o aparecimento das indústrias uma enorme quantidade de pessoas desloca-se para as cidades à procura de melhores condições de vida. Movimentações estas, que proporcionaram um aumento exponencial da população junto dos grandes centros e uma necessidade de criar condições mínimas para essa população se instalar, pois as respostas existentes (se assim lhes podemos chamar) eram precárias e sem capacidade de acarretar este aumento demográfico. A habitação social surge como o reflexo mais direto da ação do Estado, ou de outras entidades que demonstram uma preocupação social (caso da Santa Casa da Misericórdia, ou da Polícia), e é direcionada, sobretudo, às necessidades das famílias mais

1 Ramos, R. (2010). *A casa : arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto: Faup publicações, p. 64.

2 Guerra, I. (1997). *Um olhar sociológico sobre o alojamento*. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº24, pp. 165-181.

pobres, tentando diminuir a sua situação de exclusão e de desigualdade social.³

Hoje em dia, em território nacional a necessidade não é tanto de criar novas habitações mas de aumentar a qualidade das existentes. O aumento do número de habitantes no grandes centros estagnou, havendo capacidade de resposta para alojar a totalidade da população. No entanto, verificam-se, ainda, défices nas condições de habitabilidade nos espaços de residência dos mais carenciados, quer a nível construtivo, tipológico ou de inserção urbana, distanciando-os daquilo que é o direito à habitação e o direito à cidade.

Segundo a Constituição da República Portuguesa - no ponto 1 do Artigo 65º, onde é consagrado, de cariz elementar, o direito à habitação - *“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar”*. É em consonância com estas premissas que o Estado é obrigado a uma intervenção em nome dos cidadãos menos favorecidos.⁴

Estas intervenções de âmbito social dispõem-se, essencialmente, em conjuntos habitacionais de carácter económico que vão variando a sua composição, as suas tipologias e o seu traçado arquitetónico conforme as necessidades, o tipo de população a que se direccionam e, essencialmente, vão evoluindo em função das tendências e movimentações arquitetónicas coetâneas. Ou seja, estes projetos de cariz habitacional tendem a definir intervenções conjuntas autónomas dos tecidos existentes e, conseqüentemente, a formar bairros morfologicamente reconhecíveis, assunto sobre o qual se vai debruçar esta dissertação, considerando a realidade urbanística da cidade de Viana do Castelo.

Os bairros são elementos essenciais para a vitalidade de uma cidade, são valorizados pela sua apropriação simbólica, pela sua qualidade de utilização, intimidade e interconhecimento entre os seus habitantes, opondo-se de certa maneira ao conceito de centro⁵, económico e social da cidade, de teor mais público, onde se privilegiam outro tipo de interações.⁶

3 Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2013. (2013). Viana do Castelo: Conselho Local de Ação Social Núcleo Executivo, p. 101.

4 Idem, ibidem, p. 101.

5 Mesmo com a existência de bairros plurifuncionais, onde já se integram uma série de serviços, existe uma clara distância entre um centro económico e social e um bairro deste tipo.

6 Gonçalves, V. (2014). *O bairro e a cidade. O espaço público como contributo à integração social. O caso de Fajalá*. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada).

1.2. Problema e Justificação da Investigação

Posto isto, nesta investigação serão considerados, essencialmente, o contributo que os programas estatais, as ações programadas de outra natureza ou a intervenção de outras entidades com maiores preocupações sociais, como a Polícia, a Santa Casa da Misericórdia e a Junta Central das Casas dos Pescadores, exerceram no campo da habitação. No fundo, todos os programas de promoção pública que, com apoio do Estado ou das Câmaras Municipais, tinham a finalidade de combater a carência habitacional das cidades.

A temática apresentada surge em sintonia com o projeto de investigação “Mapa da Habitação: programas habitacionais no século XX português”, integrado no Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, tendo como investigador principal o Professor Doutor Rui Ramos, coorientador desta dissertação. A escolha da cidade de Viana do Castelo como o principal objeto de estudo decorre do facto de esta ser a minha cidade natal e sobre a qual, inegavelmente, incide uma admiração desde pequeno, relativamente ao seu traçado e à sua história. Em benefício deste pressuposto, acrescenta-se, ainda, que não existe (ou não se tem conhecimento de) nenhuma investigação que aborde a evolução da malha urbana da cidade considerando como ponto de vista principal o contributo que apresenta para a mesma a promoção pública de habitação.

Mais especificamente, o cumprimento dos objetivos do trabalho desenvolvido pressupõe analisar as metamorfoses urbanas da cidade de Viana do Castelo, desde a sua origem até à atualidade, abordando a vila medieval, densa e compacta, passando pela cidade industrial oitocentista, que espelha o início do “*caos*” urbano, e, essencialmente, focando e aprofundando o discurso na transição para (e nas transformações conducentes à) cidade moderna, onde é destacado o contributo dos bairros promovidos pelo Estado ou entidades de âmbito social na evolução da malha urbana.

Porém, os acontecimentos na cidade de Viana do Castelo não se podem analisar como fenómenos isolados do restante país e, até mesmo, do mundo. Nesse sentido o discurso, quer no campo da habitação social, quer no campo das mutações urbanas, será sempre acompanhado com as realidades e as movimentações exteriores permitindo, desta maneira,

uma melhor compreensão dos argumentos apresentados ao longo da dissertação.

Assim, os limites considerados para a cidade de Viana do Castelo, para efeito desta dissertação, englobam as freguesias de Monserrate e Santa Maria Maior, visto que a freguesia de Meadela só passou a fazer parte da cidade durante o século XXI, no ano de 2013, como resultado da implementação da reforma administrativa nacional, com o sistema de união de freguesias. Desde a elevação a cidade, a 20 de Janeiro de 1848,⁷ as duas freguesias referidas são parte integrante da cidade e são, por isso, o principal foco da investigação.

Na organização da investigação que se traduz nesta dissertação, a delimitação do intervalo de tempo a considerar surgiu como uma das preocupações iniciais. Para esse efeito o século XX foi considerado, como o período temporal pertinente e capaz de sustentar os objetivos pretendidos, já que em Portugal as repercussões da Revolução Industrial são tardias⁸ e, consequentemente, as carências habitacionais nas cidades também aparecem mais tarde em relação ao resto da Europa.

Inicialmente, é através dos investimentos privados que se obtém resposta a estas questões, com a banalização da promoção de *ilhas e pátios*, sendo que, só no século XX, com o agravamento das condições existentes, o Estado passa a ser um participante ativo no campo da habitação tentando proporcionar as condições necessárias à população com menos capacidade económica.⁹ É através destas preocupações que acabam por surgir, entre outros, os bairros de promoção pública, tema central desta dissertação.

Considerando estas premissas é importante, ainda, mencionar que os bairros a serem abordados estão compreendidos no período de tempo que medeia entre a promoção do Bairro do Jardim, datado de 1932, e do Bairro Cooperativa de Habitações Económicas Capitães de Abril na Abelheira, datado de 1987.

7 Fernandes, M. (1993). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 75. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

8 Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: pensar/fazer cidade: o processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, p. 23. Tese Mestrado (ed. policopiada).

9 Madureira, A. e Ferreira, A. (1999). *Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril*. ARCHITECTI REVISTA, nº 14, p. 90.

1.3. Metodologia

O desenvolvimento da presente dissertação considera, sobretudo, um trabalho bibliográfico e documental, nunca esquecendo o relevante trabalho de campo que completa e acerta as informações dispersas. Do trabalho de campo, destaca-se a leitura da vivência da cidade e dos próprios bairros, assim como a captura e reflexão dos seus espaços e dos diálogos que estabelecem entre si, apoiando o discurso no testemunho dos diversos intervenientes. Portanto, a recolha de dados patente na experiência de campo resulta, essencialmente, da observação e de conversas informais com os habitantes e arquitetos associados às realidades em estudo. É de mencionar a importância do conhecimento anterior e da experiência quotidiana longa sobre a cidade de Viana do Castelo, essenciais para o fácil acesso e identificação dos diversos componentes.

A primeira parte da investigação considera uma base bibliográfica extensa, visto já existir alguma informação de fácil acesso, tanto sobre a evolução da morfologia urbana de Viana do Castelo, como sobre os fenómenos associados à promoção de habitação em Portugal durante o século XX. Esta fase de pesquisa, detalhada na parte inicial da dissertação, é feita, sobretudo, a partir dos conteúdos disponíveis, quer na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, quer na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

A segunda parte da investigação é essencialmente documental e resultou de um esforço de pesquisa em fundos arquivistas, com o intuito de obter o máximo de informação possível da época sobre os diferentes bairros. Em alguns casos a escassez de informação apresentou-se, claramente, como um obstáculo que se intrometeu na fluidez do trabalho, necessitando de alguma persistência, e até de recorrer a terceiros, para conseguir a mais reduzida informação que permitisse abordar as diferentes temáticas. É de destacar, entre as pesquisas em arquivos, a grande colaboração do Arquivo Municipal de Viana do Castelo e do Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Posto isto, foi este o caminho que o objeto de investigação requereu, e terá como marca pessoal a maneira de articular as diferentes informações adquiridas e de ultrapassar as indagações que surgiram no seu percurso, tarefas facilitadas pelo devido acompanhamento dos orientadores.

1.4. Estrutura do Trabalho

De acordo com os objetivos pretendidos, esta dissertação está estruturada em três assuntos principais. Um primeiro, relacionado com a situação de Portugal e da habitação social, que pretende contextualizar o leitor nos fenómenos políticos, sociais e económicos desta época, e nas movimentações estilísticas e programáticas, sobretudo no que toca ao campo da arquitetura e da habitação.

Num segundo momento pretende-se compreender “*Viana através do tempo*”, abordando os principais acontecimentos que contribuíram para a sua evolução, nunca esquecendo o objetivo principal da dissertação. Introduce-se, inicialmente, uma primeira leitura de Viana, através da caracterização urbana da cidade contemporânea, reconhecendo a localização relativa dos diversos bairros mas, também, identificando e cartografando os temas determinantes para a compreensão dos vários sectores urbanos que se encontram na sua envolvente e que determinam a atual configuração da cidade.

Em seguida, são abordados os fenómenos ocorridos desde a fundação da vila até ao século XIX, como é o caso da implantação da primeira cidade muralhada, do Foral de D. Afonso III, do Foral de D. Manuel I, da construção do Forte de Santiago, da elevação a cidade, da análise das plantas e cartas cadastrais realizadas, do aumento da população e das primeiras preocupações urbanísticas. Para além destes, serão abordados, ainda e mais pormenorizadamente, os acontecimentos do século XX, que é a época de maior foco desta dissertação. Concentram-se, portanto, neste século, a maior parte dos planos urbanísticos, equipamentos, infraestruturas e bairros de promoção pública na cidade de Viana do Castelo. No que diz respeito aos equipamentos e infraestruturas podem-se referir a Ponte Eiffel, a estação de caminhos-de-ferro, a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o Santuário de Santa Luzia, os Estaleiros Navais, o Liceu Nacional, entre outros. Em relação aos planos urbanísticos abordam-se o Antepiano Geral de Urbanização de Viana do Castelo de 1945, o Antepiano Geral de Urbanização de Viana do Castelo de 1948, o Plano de Urbanização de Viana do Castelo de 1961, o Plano para Área Territorial de 1977-1985, o Plano Geral de Urbanização de 1979, o Plano Diretor Municipal de 1991, o Plano Estratégico de 1995 e o Plano de Urbanização de 1999.

O terceiro momento, “Viana do Castelo: *Bairros de Promoção Pública*”, correspondente ao assunto principal da Dissertação, pretende dar a conhecer os diferentes bairros, localizando-os no tempo e no espaço, compreendendo as suas interações com os restantes programas e iniciativas públicas, procurando abarcar o seu papel na evolução da cidade e analisando brevemente os projetos, arquitetos e entidades participantes, sempre em paralelo com os fenómenos no campo da habitação que se verificaram em Portugal.

Os bairros de promoção pública de Viana do Castelo abordados, por ordem cronológica da sua edificação, são: Bairro do Jardim, Bairro da CP, Bairro dos Pescadores, Bairro da Providência, Bairro Conde de Bertiandos, Bairro na rua de S. Tiago, Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia, Bairro da Socomina, Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril em S. Vicente e Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril na Abelheira.

Por fim, as considerações finais, que pretendem de forma sucinta agregar e decifrar todos os dados lançados anteriormente, procuram sistematizar a importância que os bairros de promoção pública apresentaram na evolução da malha urbana de Viana do Castelo.

2. SÉCULO XX:
A SITUAÇÃO DE PORTUGAL E DA HABITAÇÃO PÚBLICA

2.1. Enquadramento Político-Económico

Portugal no início do século XX era considerado um país pouco desenvolvido. A Revolução Industrial nunca influenciou o desenvolvimento português da mesma maneira que influenciou os restantes países europeus, os seus efeitos não tiveram escala suficiente para tornar a indústria uma atividade dominante da economia nacional, resistindo, portanto, a agricultura com esse posto.

Na primeira década do século a continuidade da monarquia encontrava-se em risco, pois Portugal atravessava um momento de grave crise económica e de grande descontentamento político e social: desde a falência de bancos e as consequentes dificuldades das pequenas e médias empresas; as diferenças sociais bem visíveis entre uma burguesia com condições de vida favoráveis e um povo que vivia muito mal, em fracas condições de vida, a pagar elevadíssimos impostos e com constante risco de desemprego; até ao ultimato inglês¹⁰, abalando a população portuguesa, que via o seu país perder o domínio sobre algumas colónias não tendo capacidade de contrariar esses fenómenos. Tudo isto acabou por reforçar o partido republicano, determinante para a implantação da República a 5 de Outubro de 1910.

Porém, apesar da República, até 1926 não haviam melhorias visíveis na situação de Portugal, sendo estes anos marcados por uma profunda instabilidade do governo republicano e consequentemente, pouca ou nenhuma ação para combater os problemas habitacionais cada vez mais presentes. Diversos foram os governos que passaram pela gestão do país, originando várias repercussões negativas para a economia e para a sociedade. Incide sobre esta fase um acentuar do conflito das classes burguesas com a aristocracia conservadora, essencialmente com os proprietários fundiários, os primeiros a serem atingidos com a nova lei que impunha o congelamento condicionado das rendas de casa, reduzindo o direito de propriedade do senhorio.

10 Surgiu após um interesse pelos territórios em África por parte das grandes potências europeias, por serem grandes fontes de matérias-primas para a indústria. Em 1884-85, os países mais industrializados da Europa reuniram-se numa conferência em Berlim e decidiram a ocupação dos territórios africanos por parte dos países que tivessem melhores meios económicos, políticos e demográficos, resultando numa divisão territorial que não respeitou nem a história, nem mesmo as relações familiares dos povos desse continente. Portugal perdeu parte dos seus territórios, mas exigia ficar com os terrenos entre Moçambique e Angola, criando uma ligação territorial entre o Oceano Atlântico e o Oceano Índico. Porém essa exigência não foi aceite por parte da Inglaterra, acontecendo assim o ultimato inglês que obrigou Portugal a ceder os territórios entre Angola e Moçambique.

Tudo isto foi agravado com a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, acentuando a desordem das finanças do país e atrasando, ainda mais, o desenvolvimento em comparação com os restantes países europeus. A 28 de Maio de 1926, marca-se o fim da Primeira República dando início a um novo regime, uma Ditadura Militar, que durou até 1933. Porém, apesar dos esforços, este governo não demonstrava resultados e, só mais tarde, com a entrada do professor Oliveira Salazar para Ministro das Finanças, se começa a conseguir concretizar uma redução efetiva do défice público. Assim, em 1933, institui-se o Estado Novo, com Óscar Carmona, como Presidente da República, e Oliveira Salazar, como Presidente do Conselho de Ministros, verificando-se, a partir desta data, o início de uma resposta mais adequada às necessidades habitacionais patentes.

Com este governo e acompanhando os novos ideais surge uma nova constituição, publicada em abril desse mesmo ano. Os novos artigos foram publicados no Diário de Notícias permitindo uma adaptação da sociedade às diversas mudanças antes que elas se tornassem oficiais. Uma das preocupações iniciais, atendendo ao interesse no âmbito da temática desta investigação, foi estabelecer os princípios para a construção de casas económicas por instituições empresariais ou públicas, com o apoio do Estado. É aqui que surge o Programa das Casas Económicas, visto pelo governo como a principal medida de organização social, respondendo às carências habitacionais das cidades. Até ao fim do regime, em 1974, este programa edificou mais de 16 mil habitações por todo o país.¹¹

Não era a primeira abordagem ao problema da habitação, visto que esta discussão já tinha ocorrido no século XIX, existindo algumas leis dessa altura que evidenciavam o intento de promover o investimento privado na construção da habitação de baixo custo. Porém, não demonstraram o impacto esperado. As promoções privadas foram poucas, e as que existiram ficaram muito aquém das expectativas. Com o objetivo de obtenção de maiores lucros e tendo em consideração que estavam limitados a um certo nível de rendas, o espaço habitacional era reduzido ao mínimo, as construções apresentavam fraca qualidade e as condições de vida tornavam-se diminutas.

11 Silva, S. e Ramos, R. (2015). House as Ideology in the Affordable Houses Programme of the Estado Novo. *Livro de Atas de Conferência Internacional*, pp. 375-390.

Este governo baseava as suas ações, sobretudo, em valores de trabalho, família, nacionalismo, austeridade, porém é de salientar o especial enfoque que existia sobre a educação. Em relação à produção de arquitetura e de outros ramos artísticos, os ideais estatais firmavam-se sobre um patriotismo e um nacionalismo vigoroso: “(...) a ditadura salazarista conferiu o estatuto de verdadeira arquitetura portuguesa, (...) procurava-se o sentido intrínseco e específico da cultura nacional, capaz de produzir obras verdadeiramente tradicionais dignas de monumentalidade.”¹² Estes ideais foram-se afirmando nas produções habitacionais do início do regime, afastando a arquitetura portuguesa daquilo que se ia fazendo no estrangeiro e, especialmente, atrasando a entrada do Movimento Moderno em território nacional.

Porém, na década de 1940, como será pormenorizado posteriormente, foram criadas duas organizações de arquitetos, no Porto e em Lisboa, que tomam medidas para combater as lacunas da arquitetura nacional e conseguem devolver, aos poucos, a liberdade de expressão aos arquitetos portugueses.

Com o avançar da idade de Oliveira Salazar e a sucessiva perda de poder, o Estado Novo acaba por cair a 25 de Abril de 1974. A revolução que a tornou possível deve-se, também, ao acumular do descontentamento da população perante o regime fascista, entrando Portugal assim num período de liberdade de expressão e de uma notória mutação da sociedade em todos os sectores, inclusivamente na Arquitetura que se desenvolve, essencialmente, com a *explosão* da promoção privada de habitação.

12 Tostões, A. (1995). *Arquitectura Portuguesa do séc. XX. In: Grandes Temas da Nossa História - História da arte portuguesa*, Direcção de Paulo Pereira, volume 3, 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores.



Fig. 1 - Uma das muitas infraestruturas produzidas durante o Fontismo - Ponte Eiffel de Viana do Castelo.

2.2. Arquitetura em Território Nacional: Tendências e Movimentos

As últimas décadas do século XIX são marcadas pelas ações de fomento de obras públicas e pela tentativa de modernização das infraestruturas do país, como é o caso da rede de transportes ferroviários e das comunicações, começando-se a criar as condições necessárias para a expansão e o crescimento do mercado interno, período este, designado Fontismo.¹³

Portugal encontrava-se num ambiente propício ao fomento da Arquitetura de Ferro e ao Ecletismo. O ambiente burguês da época favorece a arquitetura historicista ensinada nas escolas de Belas Artes, que prefere o estilo perante a técnica e remete para uma ostentação pessoal. Porém, ao mesmo tempo, estabelece-se uma atmosfera que favorece a moderna arquitetura de ferro empregue em grandes obras, como mercados, salas de exposição e linhas ferroviárias.

Estes ideais prolongam-se até à segunda década do século XX, onde se começam a verificar os primeiros indícios de mudança, através dos projetos de arquitetos como Pardal Monteiro (1897-1957) e Carlos Ramos (1897-1969), que se começam a afastar claramente da ornamentação eclética. Esta nova abordagem coincide com a generalização do betão armado a todos os domínios da construção civil em território nacional, material de maior versatilidade construtiva que possibilitou o aparecimento da planta e da fachada livre. Consequentemente, surgem grandes superfícies envidraçadas, tornando possível uma compreensão da métrica da estrutura, que se assumia, muitas vezes, como parte da composição arquitetónica¹⁴. Assim, pode-se afirmar que o aparecimento dos novos materiais conjugado com as inovações das técnicas construtivas funcionou como o principal motor da arquitetura moderna.

Contudo, a conjuntura política e ideológica do Estado, a ausência de uma reflexão teórica e de uma crítica fundamentada condenaram, desde o início, os primeiros modernistas. Esta nova geração tentou um renovar linguístico, porém acabou por introduzir mais um estilo que não conseguiu vencer devido à falta de consistência teórica e à distância relativamente aos princípios do Movimento Moderno Internacional, que se concentrava no problema da habitação, nas questões urbanas e, essencialmente, na consciência da responsabilidade social

13 A designação Fontismo deriva do nome de Fontes Pereira de Melo, uma figura política de grande relevância nesse período.

14 Ver mais em Viseu, J. (1993). *História do betão armado em Portugal*. Lisboa: ATIC, p. 51.

do arquiteto. Estas inquietações, durante a década de 1930, permitiram um recuo historicista e tradicionalista, instalando, assim, em território nacional, uma controvérsia de ideais. Esta nova fase nacionalista, coincidente com os ideais do Estado Novo, introduziu, em muitos casos, uma utilização aprimorada da estrutura de betão armado escondida por uma fachada bastante ornamentada. Curiosamente, é também nesta altura que aparecem os primeiros programas de promoção pública de habitação, que espelham, numa fase inicial, o espírito tradicionalista e nacionalista que a arquitetura portuguesa atravessava.

Na década de 1940 surgem as primeiras reflexões consistentes com estes dilemas. Fernando Távora e Keil do Amaral são protagonistas na introdução de uma nova via, através de uma vasta e consistente produção teórica. Távora, em 1945, contribui com o manifesto “*O Problema da Casa Portuguesa*” que, posteriormente, se vem a revelar como o momento fundador de uma cadeia de pensamentos, tornando-se a identidade de um grupo alargado de arquitetos e estudantes. Para além de defender uma arquitetura simultaneamente portuguesa e moderna, aponta um caminho que define uma prática futura e propõe um trabalho de construção teórica que não se esgotará numa geração. Faz a apresentação de um olhar mais funcional para a arquitetura, propondo como ferramentas de trabalho principais o *Homem e a Terra*. E é na procura do “*carácter nacional*” nas condições regionais (contexto socioeconómico, clima, luminosidade, materiais, etc.) que dá o passo que o afasta do discurso nacionalista do Estado Novo, antecipando, assim, aquela que viria a ser a conclusão principal do *Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa* (1955-1960).

Ser *moderno*, segundo Távora, implica uma adequação ao tempo presente, bem como a adaptação de uma obra ao lugar em que é construída. Podem, assim, identificar-se os edifícios modernos ao longo de vários períodos históricos: “*(...) não interessa o estilo em que cada um deles foi realizado – interessa, sim, a semelhante atitude que presidiu à sua conceção. Sendo obras de colaboração, as obras de Arquitetura e Urbanismo serão sínteses, traduções plásticas no espaço organizado daqueles por quem e para quem se realizam; traduções próprias, características, diversas, variadas e mutáveis.*”¹⁵

15 Távora, F. (1993), “*Arquitetura e Urbanismo, a lição das constantes*” in *Teoria Geral da Organização do espaço*. (Manuel Mendes, ed.), Porto: FAUP Publicações, p. 12.

Paralelamente a estas reflexões foi inaugurada, por Óscar Carmona, a Exposição do Mundo Português, em 1940. Esta exposição foi deveras importante para a arquitetura portuguesa e, conseqüentemente, para a promoção de habitação, evidenciando, fundamentalmente, o que de melhor se construía em território lusitano. Compreendiam-se, lado a lado, vestígios modernistas com a afirmação da nova fase nacionalista imposta pelo governo.

Nesta década de 1940 surgem duas organizações no país que tiveram grande impacto na arquitetura a nível nacional, os portuenses ODAM (Organização dos Arquitetos Modernos) e os lisboetas ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica), responsáveis pela organização e pelos resultados do 1º Congresso Nacional de Arquitetura. Congresso este, promovido em maio e junho de 1948 pelo SNA (Sindicato Nacional de Arquitetos), considerado o primeiro grande confronto público entre os que defendiam a estagnação e os que aspiravam à mudança, tendo como temas programados a “*Arquitetura no Plano Nacional*” e “*O Problema Português da Habitação*”. Esta iniciativa marca um momento chave na recuperação da liberdade de expressão dos arquitetos.¹⁶

Na sequência do congresso surge o *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal*, protagonizado por uma série de trabalhos de campo levados a cabo por equipas de arquitetos portugueses na década de 1950, devido à necessidade de catalogar de forma objetiva a arquitetura vernacular em território nacional. Como referido anteriormente, o resultado do inquérito veio a confirmar o que Fernando Távora já tinha previsto em “*O Problema da Casa Portuguesa*”.

É, portanto, a partir desta altura, que os novos arquitetos integram na sua prática e na sua teoria a *terceira via*, que representa um caminho de “*reinterpretação da arquitetura popular/vernacular com a contemporaneidade que a arquitetura moderna fornecia, reinterpretando-a e modelando-a ao lugar, ao contexto, à escala e ao Homem.*”¹⁷ Estes arquitetos modernos de segunda geração assimilaram a utilização de uma abordagem contemporânea sem qualquer medo da história¹⁸, começando a introduzir estas tendências nos seus projetos, como será

16 Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

17 Clementino, L. (2016). *FERNANDO TÁVORA. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço*. Coimbra: FCTUC, p. 71. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura (ed. policopiada).

18 Tostões, A. (2015). *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*. Porto: FAUP publicações, p. 283-293.

verificado posteriormente na análise aos bairros vianenses, que integra a presente dissertação.

Mais tarde, aparece uma terceira geração de arquitetos modernos, mais próxima do Movimento Moderno Internacional, fascinados por uma arquitetura que se aproxima do contexto e, conseqüentemente, de outras disciplinas que contribuem para organização equilibrada de uma cidade. Os seus ideais foram influenciados pelo pensamento de Zevi e pelo vasto leque de produções dos principais arquitetos do Movimento Moderno bem patentes na revista *Arquitetura*.

Contemporâneos à generalização do segundo ciclo de betão e à situação cultural e social do pós-guerra, esta geração retoma o adormecido projeto moderno e acaba com a disputa entre tradicionalistas e modernos. Assume a crítica como condição de modernidade, fazendo parte essencial do projeto, ou seja, não se baseia na procura de defeitos mas apresenta-a como fundamento de qualquer intenção intelectual e moral.

Neste cruzamento de gerações são poucos os personagens que evoluem e desempenham um papel importante nas pontes que se estabelecem para as gerações seguintes. Podemos referenciar, claramente, Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira, que foram relevantes na evolução da arquitetura no plano nacional, assim como Nuno Portas, com os seus contributos responsáveis pelo lançamento internacional de uma arquitetura portuguesa com maturidade.¹⁹ Ainda podemos referir Álvaro Siza que aparece num período de transição para a Arquitetura Contemporânea levando a arquitetura portuguesa a um nível mundial nunca antes visto.

19 Tostões, A. (2015). *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*. Porto: FAUP publicações, p. 283-293.



Fig. 2 - Perspetiva de uma "ilha" no Porto.

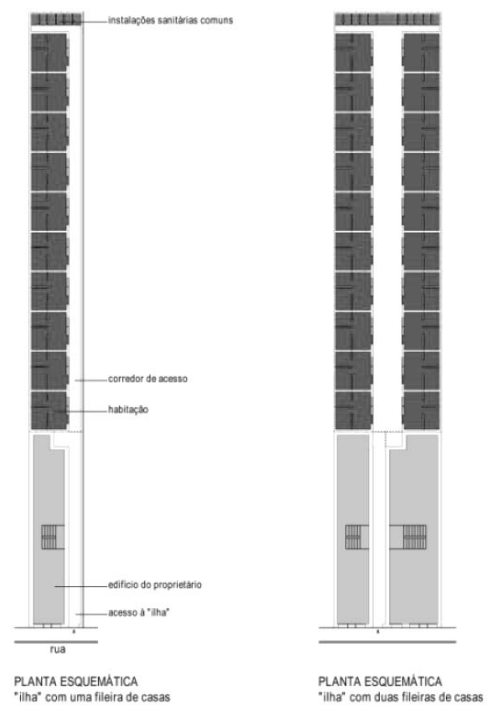


Fig. 3 - Esquema comum da disposição das "ilhas" no Porto.

2.3. Habitação Promoção Pública em Território Português

2.3.1. A Habitação Promoção Pública em Portugal nos Finais do Século XIX

Os primeiros sinais de industrialização surgiram em Portugal na segunda metade do século XIX, incitando o aumento da procura de habitação de baixo custo junto das grandes cidades. O abrupto acréscimo de população provocou uma rápida ocupação das habitações existentes, sendo urgente a construção de novas. Como já referido anteriormente, a resposta inicial a este problema foi garantida por construtores privados, porém, como os salários destes operários eram muito reduzidos, as condições de alojamento eram, conseqüentemente, muito pobres e de fraca qualidade.

“No final do século uma família operária típica gastava cerca de quatro quintos do seu salário em alimentação. Mesmo assim, a qualidade da alimentação era muito pobre, constituída principalmente por batatas e vegetais. O que restava do salário era destinado ao pagamento da renda de casa, vestuário e todas as outras despesas”²⁰

A promoção de habitação por parte do governo e das autoridades locais apenas se começa a concretizar no princípio do século XX, inicialmente de uma forma tímida e sobretudo de caráter legislativo. Só anos mais tarde, com a entrada do Estado Novo, aparecem os primeiros programas de habitação estatal de “grande” escala, notando-se uma resposta mais adequada às necessidades patentes.

Como se antecipava, este problema habitacional surge, numa fase inicial, nas duas grandes cidades de Portugal, Porto e Lisboa. Portanto, estas tiveram um papel determinante na discussão e na definição das estratégias de habitação e, conseqüentemente, as primeiras respostas estatais também incidem sobre estes dois grandes polos urbanos.

No Porto, para além da sobreocupação de edifícios velhos, as iniciativas privadas consistiam, sobretudo, na construção de pequenos novos edifícios, as “ilhas”. Casas de dimensão reduzida, não excedendo os 16m², dispostas em fila e construídas, geralmente, nas traseiras das antigas habitações burguesas. Eram insalubres, muitas nem dispunham de abastecimento de água e

20 Teixeira, M. (1992). *As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940*, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, p. 67.



Fig. 4 - Vista do início do século da Villa Ramos em Lisboa.



Fig. 5 - Vista atual da Villa Ramos em Lisboa.

não garantiam as condições mínimas necessárias para hospedar famílias inteiras. O motivo que justificava o aparecimento de “ilhas”, em vez de outro tipo de habitação coletiva, era, claramente, de natureza económica. Para além da, já referida, capacidade monetária reduzida dos operários, elas próprias também eram construídas, essencialmente, pela classe média baixa²¹, isto é, a baixa burguesia, que não dispunha de recursos para grandes investimentos. Na verdade, mesmo que tivesse capacidade para o fazer, o investimento correspondente provocaria um aumento das rendas para valores que o operariado não dispunha.

No caso de Lisboa, o mesmo período depara-se com uma média de salários superior, devido ao maior desenvolvimento industrial, permitindo, desta maneira, um mercado de habitação operária mais aprimorado. Na segunda metade do século XIX o tipo de habitação que vingou pela capital foram os “pátios”, que correspondiam a um espaço comum, mais ao menos regular, no interior de um quarteirão, envolvido por um conjunto de casas de pequena dimensão.

A construção dos “pátios” em Lisboa nunca teve a dimensão das “ilhas” do Porto. À entrada do século XX, Lisboa contabilizava cerca de 233 pátios com aproximadamente 2278 habitações, alojando pouco mais de dez mil pessoas²², enquanto no Porto existiam 1048 “ilhas” com cerca de 11.129 habitações, alojando aproximadamente cinquenta mil habitantes.²³

Porém, este tipo de construção não garantia os requisitos de higiene necessários prevendo-se, dada a sua elevada precariedade, que ao fim de algum tempo se transformariam em poderosos focos epidémicos. Estas doenças que atingiram inicialmente o operariado, muitas delas contagiosas, afetavam a sua produtividade e proliferavam pelas cidades, contagiando um número elevado de pessoas das mais variadas classes sociais. Por isso, no final do século XIX, estes proprietários assumem a promoção de novas habitações para o seu operariado. Contudo, nem sempre esta medida gerava frutos pois grande parte destas habitações tinham rendas demasiado elevadas para as capacidades monetárias das famílias operárias.

21 Sobretudo pequenos comerciantes que viam nesta forma de habitação um negócio lucrativo para as suas poupanças.

22 Matta, J. (1909), *Habitações Populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

23 Jorge, R. (1899), *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*. Tomo I – Clima, População, Mortalidade, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, p. 153.

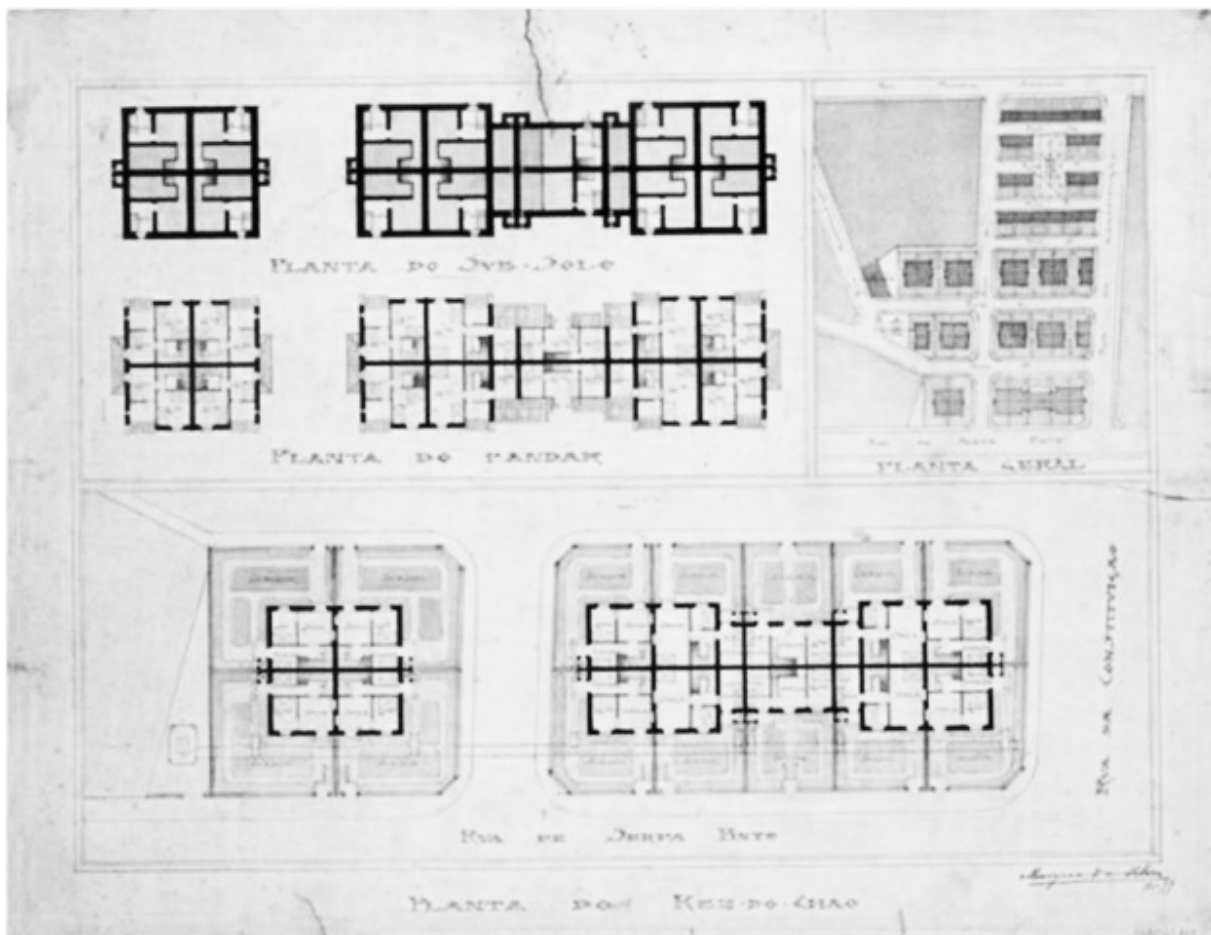


Fig. 6 - Colônia Monte Pedral no Porto mandada construir a cargo do Jornal O Comércio do Porto.

2.3.2. A Habitação Promoção Pública em Portugal no Século XX

A passagem para o século XX é marcada pela peste bubónica, um surto mortal que abalou a cidade do Porto provocado, essencialmente, pela falta de condições de higiene nas ilhas. Na sequência desta epidemia, o Jornal O Comércio do Porto tomou a iniciativa de construir uma série de *colónias operárias*, com o intuito de começar a reverter esta situação. Ao todo foram construídas 121 habitações distribuídas pela colónia do Monte Pedral, a colónia do Lordelo de Ouro, a colónia da Foz e os Bairros do Bonfim e de Serpa Pinto.

Este surto teve consequências para além das ilhas, afetando centenas de pessoas dos mais variados estratos sociais e levando a Câmara Municipal do Porto a tomar medidas para controlar a atividade dos promotores privados, para impedir, acima de tudo, que continuassem a ser construídas casas sem as mínimas condições de habitabilidade. Em 1905, entra uma nova lei em vigor, obrigando os construtores privados a apresentar os projetos completos à Câmara Municipal. Postura esta que foi igualmente considerada na cidade de Lisboa.²⁴

Para além destas medidas era urgente uma intervenção, mesmo que fosse indireta, por parte do Estado na promoção de habitação às classes mais carenciadas. No entanto, só com o início da Primeira República aparecem as primeiras ações neste campo, que eram, sobretudo, legislativas, promovendo as condições e os incentivos necessários para o investimento de promotores privados. O governo não assumia a total responsabilidade pela construção de novas habitações para resolver o problema da carência habitacional que Portugal atravessava. Porventura, constatava-se a existência de uma ou outra construção habitacional promovida pelo Estado ou pelas autoridades locais, mas só deixou de ter esse cariz tímido com a entrada do Estado Novo, quando é efetivamente assumida essa responsabilidade e começam a aparecer os primeiros programas estatais de promoção de habitação, que serão aprofundados posteriormente. Entre eles encontram-se as Casas Económicas, em 1933; as Casas de Renda Económica, em 1945; as Casas de Renda Limitada em 1947; as Casas para Famílias Pobres, em 1945; as Casas para Desalojados das Ilhas do Porto, em 1946; as Casas para Pescadores, em 1956; a Auto-construção, em 1962, entre outros.

24 Teixeira, M. (1992). *As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940*, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, p. 67.



Fig. 7 - Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril - S. Vicente, em Viana do Castelo, uma das muitas produções do cooperativismo habitacional.

Contudo, nem com todos estes programas se conseguiam ver melhorias significativas no campo habitacional. Era constante o incremento da população das grandes cidades e o ritmo de construção de novos alojamentos não conseguia combater a procura. Assim, iam proliferando, sobretudo, os bairros clandestinos de “*barracas*”.

A visibilidade da intervenção do Estado começou a ganhar outra dimensão após a criação do Fundo de Fomento à Habitação (FFH)²⁵, em 1969, com o intuito de dar resposta direta aos problemas habitacionais que os grandes centros registavam.

A queda do Estado Novo e a independência dos territórios ultramarinos é marcada pelo regresso de cerca de um milhão de retornados das ex-colónias, fator que vem piorar, ainda mais, o problema da habitação. A solução passava por construir em grande número e, para isso, a política usada para as novas habitações aproximou-se da construção em altura.

É a partir de 1974 que se começa a verificar uma resposta adequada às necessidades por parte do governo, quer pela construção de novas habitações, quer pelo incentivo aos privados. O Fundo de Fomento da Habitação tem um papel importante nesta fase, através do apoio a diversas movimentações no campo habitacional, entre elas: o impulso às Cooperativas de Habitação Económica; o novo regime de Contratos do Desenvolvimento de Habitação, com o principal objetivo de financiar os investimentos privados; o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para construção de habitações condignas para aqueles que viviam em situações degradantes; o PRID, Programa de Recuperação de Imóveis Degradados; e, ainda, a remodelação de algumas normas dos programas já existentes, como as Casas de Renda Limitada e as Casas Económicas.

Até 1985 a construção pública de habitação concretizou-se numa escala nunca antes vista, sendo certamente a época com a resposta mais eficaz às necessidades de alojamento. Porém, a partir desta data o Governo distancia-se de uma política de intervenção direta e passa para uma abordagem indireta de financiamento a quem pretende adquirir casa própria. Observa-se um declínio no número de construções públicas para habitação e o investimento privado passa a dominar o mercado, fenómeno que também se deve à desarticulação entre as várias entidades públicas e ao aumento da quantidade de bancos a concederem créditos à habitação.

25 Atualmente Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU).

3. VIANA ATRAVÉS DO TEMPO



Fig. 8 - Vista aérea atual da cidade de Viana do Castelo

Implantada a Noroeste de Portugal junto à foz do Rio Lima, a cidade de Viana do Castelo nasce numa região de características maioritariamente rurais e confina-se numa composição “poética” abraçada pelas encostas verdejantes do Monte de Santa Luzia, pelo horizonte aberto do Oceano Atlântico e pela serenidade transmitida pelo estuário do rio.

A paisagem e o seu ritmo agregados à articulação da estrutura orográfica, refletem-se na morfologia urbana e no seu assentamento, que se condensa e distribui pelas cotas mais estáveis, deixando livre os sapais e as veigas que a envolvem. Estas condicionantes permitem enquadramentos muito peculiares, sempre com a referência do monte, que domina a aglomeração, e do templo, que domina esse monte. A malha urbana compacta, a quadrícula formada por ruas estreitas, que permitem conversar entre passeios opostos, e os edifícios que não ultrapassam os três pisos de altura são já imagens afetivas de Viana. Mesmo quem se aproxima pelo rio e pela costa atlântica consegue perceber de imediato a atmosfera que envolve a cidade.

Viana pode-se compreender a duas escalas: a escala local, onde vigoram os tecidos resultantes de uma urbanização apertada, que se implanta à cota baixa entre a foz do Lima e o relevo do Monte de Santa Luzia; e a grande escala, onde se destaca a sua relação com o mundo, os construtores navais, o porto, as trocas comerciais e o diálogo com a Galiza, aperfeiçoado com a construção das novas vias de rápida articulação, nomeadamente a A3 (Porto-Valença), o IC1 (Porto-Viana do Castelo) e o IC28 (ligação a Ourense), permitindo melhores acessibilidades e funcionando como porta de entrada no país. Assim, pode-se afirmar que a sua localização e características impõem-lhe um estado de permanente contacto com novas culturas e trocas comerciais.

Porém, é na sua história arquitetónica, através do revivalismo e do ecletismo, que a cidade de Viana do Castelo demonstra, de uma forma peculiar, uma identidade que reflete a importância dada às tendências que foram marcando o traçado da cidade ao longo dos séculos.

“Viana do Castelo é talvez o lugar de Portugal onde mais claramente se dá a ver uma espécie de “microclima arquitetónico” (...)”²⁶

26 Queiroz, J. (2000). O património nas periferias urbanas de Viana do Castelo. Porto: FAUP, p. 11. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada).



Fig. 9 - Compreensão da posição relativa dos bairros em estudo na malha urbana de Viana do Castelo.

1 - Bairro do Jardim 2- Bairro da CP 3- Bairro dos Pescadores 4- Bairro da Providência 5- Bairro Conde de Bertandos 6- Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia 7-Bairro na rua de S. Tiago 8-Bairro da Socomina 9-Bairro Cooperativa Capitães de Abril S. Vicente 10-Bairro Cooperativa Capitães de Abril Abelheira 11-Bairro das Ursulinas

O gosto pelo luxo e decoração patentes na arquitetura vianense, remete ao manuelino, um estilo decorativo e inovador que teve um sucesso único na cidade de Viana e que não se perdeu até à atualidade. Atravessada por muitos outros estilos e eras, o manuelino sempre manteve a sua importância na imagem transmitida pela cidade. Até mesmo os arquitetos contemporâneos recuperaram as fachadas preservando elementos deste estilo.

Esta filosofia está bem patente no núcleo urbano. Viana nunca se desfez da sua história e os seus edifícios são prova disso, trazendo em si as memórias dos seus antecessores, formando uma cidade equilibrada e evitando que ela se desfaça numa pluralidade de estilos.

Apesar destas premissas, nos últimos anos tem-se assistido a uma série de mutações e a cidade tem-se expandido a uma grande velocidade. Nunca perdendo a forte ligação entre o relevo, o mar e o estuário, a transformação urbana vai-se estendendo em várias frentes: começando pela remodelação da frente ribeirinha, entre a Ponte Eiffel e o porto, com o tratamento de espaços públicos e um reforço funcional, também habitacional; continuando pelo longo litoral norte, onde se verifica um corredor urbano que se estende ao longo da EN13 e da linha de comboio; prosseguindo pela margem direita do rio, evidenciando o crescimento para nascente até ao nó da ponte nova na Meadela; e, ainda, pela margem Sul, com a expansão para Darque que, tal como nos casos anteriores, não corresponde a um modelo de estruturação de malhas, uma vez que o modo de aproveitamento do território baseia-se na ocupação sucessiva das margens das estradas.

Relativamente à habitação, atendendo ao objetivo central desta dissertação, ainda se concretizaram em Viana do Castelo algumas intervenções pertinentes, como a construção de um conjunto de bairros que vieram compor a malha urbana e participar diretamente num primeiro “*anel*” de expansão da cidade para fora dos limites do Centro Histórico. Como se pode verificar na figura 9, com a localização dos bairros de promoção pública que surgiram na cidade durante o século XX. Hoje em dia, grande parte desses bairros, mais ou menos degradados, ainda continuam a servir o seu propósito e cada um deles será abordado mais aprofundadamente no capítulo 4.

Posto isto, segue-se uma análise cuidada à evolução da cidade de Viana do Castelo, com o intuito



Fig. 10 - Posição da Citânia perante a cidade de Viana do Castelo.



de compreender o conjunto de mutações que a sua malha urbana sofreu até à atualidade e de que modo os bairros promovidos por programas públicos e os planos de urbanização conviveram com essas mutações, moldando-a e individualizando-a. As cidades antigas vão formando um carácter que as difere umas das outras, resultado de um conjunto de fenómenos que as vão moldando ao longo do tempo. Essa evolução é marcada pelas características populacionais, económicas e sociais dos seus habitantes, pela localização e disposição dos próprios elementos urbanos perante o relevo, pelas diferenças culturais, linguísticas e estilísticas que a cruzam. No fundo, uma cidade é fruto da sua história e para realmente conseguir compreender a sua identidade é preciso remeter a todos estes acontecimentos que a individualizam das restantes.

3.1. Da Fundação até ao Século XIX

As primeiras povoações de que se tem registo nos territórios de Viana do Castelo são de cultura castreja e remetem à Idade do Ferro e da Romanização. Este pequeno povoamento, hoje em dia denominado Citânia de Santa Luzia, foi implantado a 226 metros de altitude²⁷, no topo do monte de Santa Luzia. Lugar estratégico do ponto de vista defensivo, de onde se domina a área envolvente, desde o estuário do Rio Lima até à zona costeira atlântica.

A citânia é sem dúvida um dos castros mais importantes para o estudo da Proto-história e da Romanização do Noroeste Peninsular, sendo considerada atualmente como monumento nacional. Todavia, a sua implantação atual apenas dispõe de aproximadamente um terço das construções a descoberto, visto que grande parte foi demolida com a edificação do Hotel de Santa Luzia e respetivos acessos. Numa análise atenta à sua composição, consegue-se compreender uma organização complexa constituída, na sua essência, por habitações de planta circular e elíptica, à exceção de uma ou outra retangular, envolvidas por três linhas de muralhas, pontualmente reforçadas por torreões.

No período romano as populações terão sido forçadas a abandonar aquele lugar e a ocupar dispersamente a encosta, dando origem à criação de pequenas comunidades agrícolas. Mais tarde, nos séculos IX e X surgem alguns aglomerados nas redondezas do monte de Santa Luzia, dando especial atenção ao Átrio ou *Adro* que se estabeleceu junto à margem do Rio Lima e que

²⁷ Almeida, C. (1990). *Proto-história e Romanização da bacia inferior do lima*. 1ª Edição, Viana do Castelo: Centro de estudos regionais, p. 225.

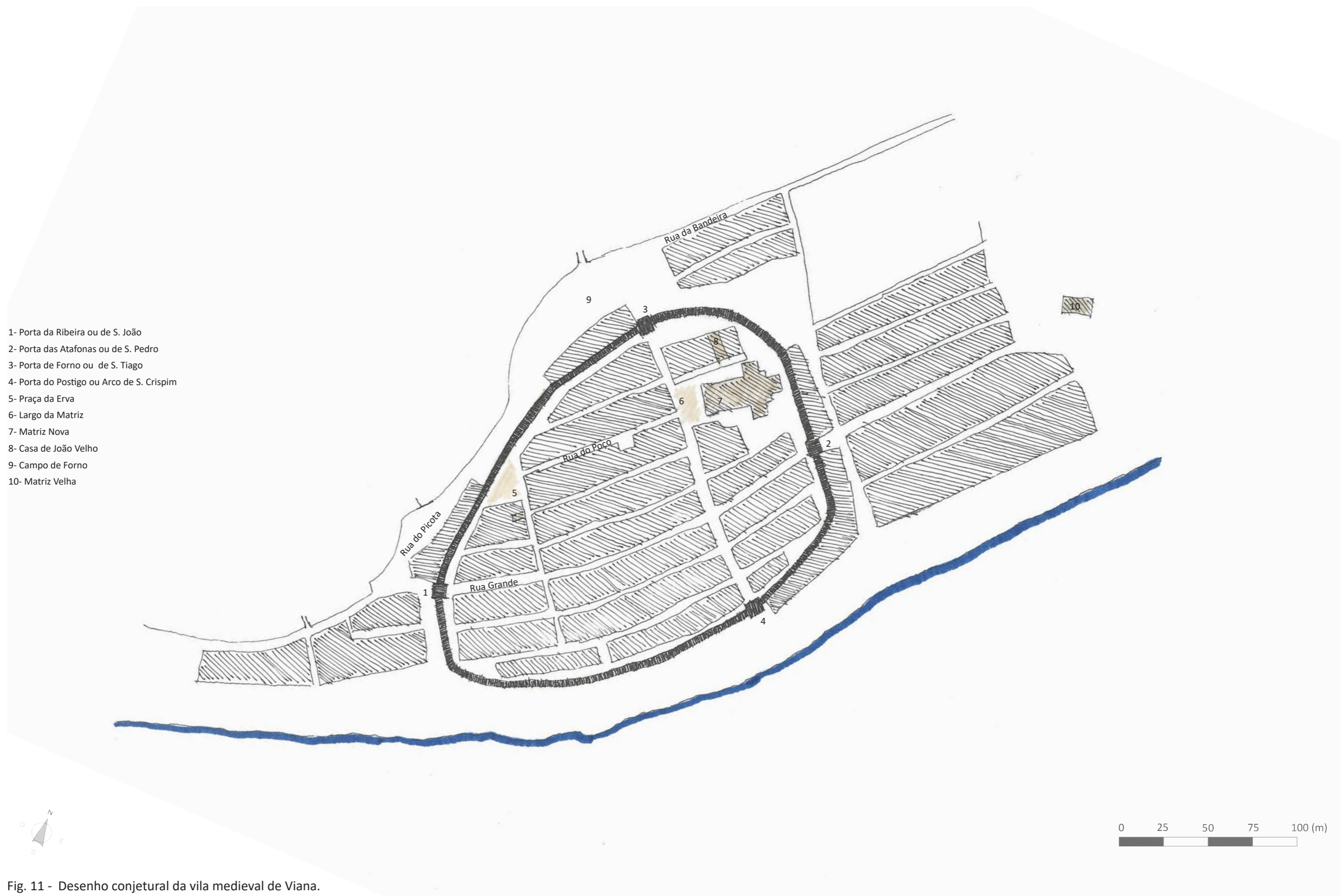


Fig. 11 - Desenho conjectural da vila medieval de Viana.

estava, essencialmente, direcionado para atividades marítimas e comerciais. Destes resultaria a povoação que viria a ganhar extrema importância no reinado de D. Afonso III, como o local ideal para fundar a vila de Viana.

A fundação da vila é datada de 1258 e acontece através da emissão de um foral, que se explica pelo aumento das relações comerciais marítimas internacionais e pela necessidade adjacente de criar condições que garantissem a fluidez das atividades dependentes do transporte de água. Havia na determinação do rei uma intencionalidade de montar uma rede urbana nacional de raízes marítimas, acompanhada por um programa de organização do reino que tencionava garantir a multiplicação e a crescente valorização do estatuto dos Municípios. Encontrando em Viana as características ideais para participar e aperfeiçoar essa estratégia, D. Afonso III lançou as bases para o seu desenvolvimento transformando-a num dos portos mais movimentados de todo o país.

“(...) Em nome de Cristo e da sua graça. Porque é instável a memória dos homens, encontrou-se o remédio da escrita, para que atos dos mortais se tornassem firmes e chegassem ao conhecimento dos vindouros. Por isso é que eu, Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal e Conde de Bolonha, juntamente com minha esposa, Rainha D. Beatriz, filha do ilustre Rei de Castelo e Leão, [e o nosso filho infante D. Dinis e a nossa filha infanta D. Branca], quero fazer uma Póvoa, no lugar chamado Átrio, na foz do Lima, à qual de novo imponho o nome de Viana (...)”²⁸

Viana da Foz do Lima, assim designada enquanto vila, atravessou um processo de edificação, de certa maneira planeado, apresentando uma malha urbana ortogonal muralhada, semelhante ao modelo do burgo medieval fortificado²⁹, estruturada por dois eixos perpendiculares entre si, um deles paralelo ao rio. João Gonçalves, com o poder de povoador concedido por D. Afonso III, foi responsável pela construção e organização deste traçado da vila. A intenção era albergar e atrair a população de outros aglomerados vizinhos, apresentando-lhes melhores condições de vida, proximidade de serviços e uma série de benefícios para os seus moradores, acima de tudo, a nível de isenção de portagens e impostos.³⁰

28 Excerto traduzido do 1º Foral escrito por D. Afonso III em 1258.

29 Caldas, J. e Gomes, P. (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, p. 16.

30 Como exemplo a isenção às portagens das mercadorias que circulassem no rio lima, aos impostos piscatórios,



Fig. 12 - Vestígios das ameias da muralha, observados a partir do topo das escadas traseiras do antigo Paços do Concelho.



Consta que a muralha começou a ser levantada em 1263 e passaram cerca de 111 anos até à sua conclusão. Porém existem algumas incertezas relativamente a estes dados, não se sabendo ao certo se a última data é referente à conclusão de uma muralha cuja construção se arrastava há mais de um século, ou se corresponde à conclusão da reconstrução de uma muralha já traçada no século XIII. A Muralha Fernandina, assim designada após a sua conclusão, tinha um perímetro de 685m, 10m de altura e 2,20m de espessura³¹, proporcionando quatro entradas para o núcleo, praticamente alinhadas pelos pontos cardeais e denominadas pelos santos cujos retratos as encimavam, entre elas a Porta da Ribeira ou de S. João, localizada a poente, a Porta das Atafonas ou de S. Pedro, a nascente, a Porta do Forno ou de S. Tiago, a norte e a Porta do Postigo ou Arco de S. Crispim, a sul.³²

No entanto, durante as décadas finais do século XVIII e em toda a extensão do século XIX a muralha foi praticamente toda destruída, restando poucos vestígios que apenas se podem encontrar pelos olhares mais atentos. Essa demolição gradual da muralha, iniciada em 1781, possibilitou a reutilização da pedra numa série de obras públicas, essencialmente na pavimentação de ruas e na ampliação do cais fluvial.³³

Sabe-se que o desenho da vila não denuncia uma intenção de integrar qualquer pré-existência a não ser o poço velho que deu origem à Rua do Poço, essencial para o abastecimento de água da população. Pode-se afirmar que, quer a muralha quer a uniformidade do traçado urbano, não estiveram dependentes de concepções teóricas e o aglomerado foi criado à imagem das novas vilas medievais. A configuração deste primeiro desenho vianense permanece, à exceção da muralha, praticamente intacto, ainda hoje, com as suas ruas quase retas e os seus quarteirões ortogonais de dimensões similares.

Com o passar dos anos o interior das muralhas começou a ficar lotado ampliando sucessivamente a necessidade de expandir a malha urbana para fora, em continuidade dos seus limites. Pressupõe-se que esse extravasar tenha acontecido durante o século XV, havendo

à décima sobre produtos estrangeiros exceto os provenientes de França ou de origem muçulmana.

31 Fernandes, M. (1993). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 70. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

32 Caldas, J. e Gomes, P. (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, p. 18.

33 Fernandes, M. (1993). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 75. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

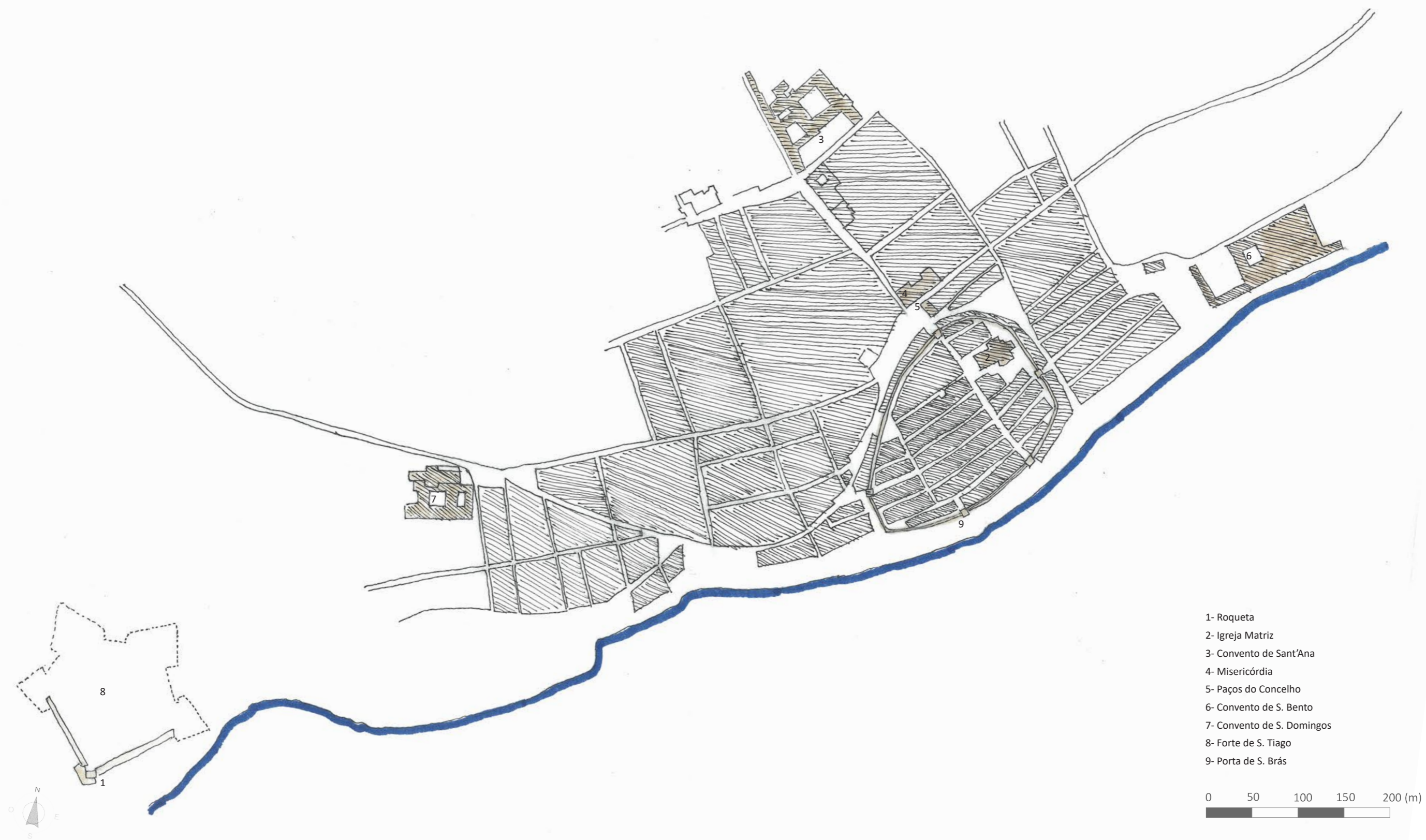


Fig. 13 - Desenho conjectural de Viana no final do século XVI.

confirmações da existência de algumas dessas expansões extramuros no início do século XVI.

Até ao século XX, a mais expressiva expansão urbanística da vila dá-se durante o século XVI, pelo menos em comparação com as restantes aglomerações de Portugal. Este crescimento significativo surge em sequência do aumento do tráfego marítimo, do comércio e da construção naval. Aparecem, nesta altura, os primeiros conventos urbanos – Sant’Ana, S. Bento e S. Domingos – e, paralelamente, existe uma proliferação de moradias de burgueses e fidalgos ligados a este tipo de comércio. No entanto, a transformação realmente mais notória é a expansão da estrutura viária, que excede claramente as necessidades do enquadramento urbano, com o objetivo de permitir um crescimento ordenado a longo prazo, evidenciando uma matriz urbana que perduraria até ao século XIX.

Esta expansão é, de certa maneira, permitida pela aventura dos Descobrimentos, época marcada pela forte ambição que corria nas veias de todos os navegadores portugueses. Viana, aproveitando a sua posição favorável em relação ao mar, que a tornava num dos principais pontos de partida à procura de novas terras e culturas, aventurou-se e conseguiu dar um grande salto a nível económico, apresentando um crescimento claro do seu património edificado, fruto das riquezas provenientes das aventuras além-mar. Para se ter uma noção do papel que representou Viana nos Descobrimentos, pode-se afirmar que durante a expansão marítima o seu porto foi o terceiro mais movimentado de todo o país. Torna-se evidente o interesse dos vianenses nesta nova aventura, reforçado com a hipótese de povoar e colonizar novos países de onde se podia extrair muita riqueza.³⁴

A 1 de Junho de 1512, D. Manuel I concede a Viana um foral, no seguimento do reconhecimento da sua importância marítima. Porém a sua visão política absolutista enfraqueceu o poder dos municípios concretizando-se numa abordagem descaracterizadora dos privilégios locais. Foi notório o descontentamento da população e as reclamações não se fizeram tardar, com o intuito de garantir o regresso de algumas das regalias anteriormente presenteadas por D. Afonso III. Apesar disto, a visita de D. Manuel I à vila vianense, numa peregrinação até Santiago de Compostela, teve impactos incalculáveis, associados à construção de algumas obras que

34 É exemplo desse interesse o Caramuru (Diogo Álvares Correia), que embarcou no Brasil em 1510 e passou a vida entre os indígenas da costa, facilitando o contacto de outros viajantes com os povos nativos.



Fig. 14 - Desenho conjectural de Viana no final do século XVIII.

viriam a instalar um estilo muito próprio, o Manuelino, de grande sucesso no *microclima arquitetónico* vianense.

É importante mencionar que no *Numeramento de 1527* Viana teria 962 fogos, o que a colocava no décimo terceiro lugar no que se refere às unidades administrativas no país, e em terceiro no Douro e Minho, sendo apenas ultrapassada por Guimarães, com 1405, e pelo Porto, com 3006, o que realmente demarca a dimensão da povoação vianense.³⁵ Porém, como já referido anteriormente, este século foi marcado por um crescimento demográfico notório e, apoiando o discurso nos dados apresentados por Mário Fernandes³⁶ do número de fogos existentes em Viana entre 1527 e 1562, confirma-se que se verificou um incremento de 29% dos espaços habitacionais, passando de 962 para 1241 fogos.

É por esta altura que D. Sebastião envia um emissário real a Viana³⁷ com projeto e condições financeiras para construir uma fortaleza em redor da roqueta³⁸, entre 1568 e 1572. A construção do forte sebástico é possibilitada pelo acumular de riquezas oriundas, principalmente, dos Descobrimentos e surge pela, cada vez mais comum, prática de pirataria que se fazia sentir nesta época. Necessitava-se, portanto, de aumentar a sua capacidade de defesa já que as muralhas medievais e a roqueta não estavam em condições de garantir a isenção de possíveis ataques.

Anos mais tarde, com o redobrar dos ataques dos corsários, D. Filipe II manda construir o Castelo de S. Tiago da Barra dotado de cais próprio, implantado à beira rio e envolvendo a roqueta, que apresenta, ainda hoje, uma planta pentagonal com um sistema de baluartes triangulares nos vértices voltados para a terra, tudo isto rodeado por um fosso hidráulico. Podemos, atualmente, encontrar o castelo praticamente intacto, tendo sofrido poucas alterações ou acréscimos.

Contudo, a grande proliferação de riqueza nos territórios vianenses durante o século XVI foi

35 Daveau, S. (1986). *O numeramento de 1527-1532*, Tratamento Cartográfico, Lisboa, Memórias do C.E.G., nº9, C.E.G.

36 Fernandes, M. (1993). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 72. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

37 É enviada uma carta régia com esse efeito a 23 de Dezembro de 1566.

38 Esta foi construída a pedido de D. Manuel I e projetada por Francisco de Arruda.



Fig. 15 - Planta de Viana, Barra e Castello datada de 1756.



Fig. 16 - Carta Cadastral da Cidade de Viana do Castelo, levantada em 1868/69 por Telles Ferreira e E. V. Salgado à escala 1/500.



quebrada com a perda da independência de Portugal, espalhando-se, portanto, uma crise por todo o país. Em sequência deste fenómeno, verifica-se em Viana uma invasão castelhana e uma conseqüente diminuição do comércio marítimo. Estas fases de declínio económico, como é de esperar, têm uma repercussão direta na diminuição do ritmo de expansão urbana, marcando fortemente os séculos XVII e XVIII, sobre os quais incidiu uma estratégia de completar e consolidar a malha urbana, através do preenchimento de espaços livres nos quarteirões recentes e da restauração dos quarteirões mais antigos. Durante o século XVIII verifica-se uma linguagem preponderantemente barroca nas novas construções, que ainda hoje fazem parte da essência da imagem que transmite Viana.³⁹

A expansão da malha urbana de Viana fica, de certa maneira, limitada até ao início do século XX pelo perímetro criado pelos conventos urbanos, como se pode verificar na figura 14: S. Bento, Carmo, S. António, Sant'Ana, S. Teotónio, Recolhimento de Santiago e Convento de S. Domingos. Esse anel estabelecido pelos edifícios religiosos, que mais tarde viria a ser reforçado pela linha de comboio, delimita dois tipos de malha urbana completamente distintos. Um, no interior, apresenta uma malha consolidada de parcelas e ruas estreitas, outro, no exterior, perde a coerência, a homogeneidade e a consistência, e apresenta-se dispersamente distribuído no território, sem qualquer relação entre si.

É por esta altura que se começam a sentir os primeiros passos da Revolução Industrial na Europa, e, como já referido anteriormente, apesar de em Portugal o seu impacto ser muito tímido, numa fase inicial, vai-se sentindo um acréscimo sucessivo de deslocações para os grandes centros à procura de melhores condições de vida. Perante estas movimentações, vai-se verificando o crescimento demográfico e económico na vila de Viana. Consequentemente, D. Maria II decide elevá-la à categoria de cidade, a 20 de Janeiro de 1848, através de uma Carta Régia, fixando oficialmente o seu nome em Viana do Castelo, visto que a vila teve várias designações dispersas ao longo dos séculos, desde Viana da Foz do Lima, Viana do Minho, entre outras. Os Vianenses acabam por homenagear a rainha, denominando a praça principal, hoje Praça da República, em sua honra, em retribuição do amor que D. Maria II mostrou por Viana.

39 Em reportório desse movimento temos o traje Vianense retratando o Barroco através da ilusão ótica e das cores.



Fig. 17 - Vista da Ponte Eiffel do início do século XX.



Fig. 18 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da Ponte Eiffel, adjacente à linha ferroviária que perfura a malha urbana, e, ainda, mostra a localização da antiga ponte de madeira que servia até então a cidade. A Ponte Eiffel apresenta uma extensão de 913 metros sendo 135 em rampa do lado da cidade e 215 do lado de Darque.



“Atendendo a que a Vila de Viana do Minho possui os elementos e recursos necessários para bem sustentar a categoria de cidade, derivados da sua extensão e vantajosa posição topográfica, da riqueza e importância comercial e da qualidade dos edifícios de que é composta; e tomando igualmente em consideração os importantes serviços prestados ao Estado, pelos seus habitantes, e os sentimentos de lealdade e constante adesão ao Trono e à Carta Constitucional da Monarquia, (...) Hei por bem e me praz, que a Vila de Viana do Minho fique ereta em cidade com a denominação de Cidade de Viana do Castelo, e que nesta qualidade goze de todas as prerrogativas que diretamente lhe pertencem (...)”⁴⁰

Se fizermos uma análise atenta entre a Planta de Vianna, de 1756 (figura 15), e a carta de 1864/67 (figura 16) que surge como o primeiro levantamento rigoroso da cidade, podemos verificar que a diferença entre as malhas urbanas é bastante reduzida. Observando-se uma tendência de consolidação da malha e uma ligeira expansão do aglomerado no sentido da foz do Rio Lima, sendo estes dois comportamentos curiosamente coincidentes com as freguesias de Monserrate e Santa Maria Maior. Segundo Mário Gonçalves Fernandes, a área correspondente a Santa Maria Maior, claramente de características mais compactas, marcada pelo núcleo medieval e seus arredores, teve um crescimento de aproximadamente 10%, quer em número de fogos, quer em número de habitantes, entre 1801 e 1864. Por outro lado, no mesmo intervalo de tempo, na área correspondente a Monserrate, de características mais dispersas, o crescimento populacional rondou os 40% e o número de fogos superou os 30%.⁴¹

Durante o século XIX, Viana foi palco de grande número de obras maioritariamente promovidas pelo poder central, desde o rasgamento de grandes vias até à introdução do caminho-de-ferro. Por esta altura, D. Maria II também se torna a responsável pela construção da ponte Eiffel sobre o rio Lima, apresentada na figura 17, em sequência da necessidade de uma ponte mais robusta em substituição de uma pequena ponte provisória de madeira, construída entre 1818 e 1820, que se localizava uns metros ao lado (figura 18), onde atualmente apenas podemos encontrar duas colunas em pedra que marcavam a sua entrada.⁴²

40 Transcrição em ortografia atual da carta de D. Maria II à Câmara de Viana. In Rios, E. (2009). *Viana do Castelo 75 Décadas de História, 75 Figuras Notáveis*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

41 Fernandes, M. (1993). *Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 81. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

42 Esta ponte de caráter provisório veio substituir a Barca do Concelho, desígnio que se dava à barca que fazia a travessia entre as duas margens do rio antes de 1820. Ainda, de referir, no ano de 1880 esta ponte de madeira



Fig. 19 - Desenho do autor da cidade de Viana do Castelo no final do século XIX.

O projeto da Ponte Eiffel foi da responsabilidade de Gustave Eiffel, curiosamente o mesmo engenheiro da mediática Torre Eiffel em Paris. Começou a ser construída em 1852, sendo apenas terminada 26 anos mais tarde, encontra-se, ainda hoje, sobre as águas do Rio Lima, apesar de ter sofrido algumas alterações⁴³, presenteando a população vianense com dois tabuleiros para diferentes tipos de trânsito: o inferior destinado a transportes ferroviários e o superior a transportes rodoviários e pessoas.

No ano de inauguração da ponte foi, também, iniciada a construção da estação de caminho-de-ferro e as respetivas linhas. Este projeto nasce em 1845 e tinha como principal objetivo criar uma ligação entre Porto e Vigo, porém, só começou realmente a ser construído em 1872, por estar limitado em termos de custos e ser necessário estudar e angariar os terrenos por onde a linha iria passar. A passagem pela cidade de Viana justificava-se pela sua implantação na costa marítima, evidenciando uma topografia regular, o que evitava a criação de inúmeras pontes e túneis.

Esta infraestrutura ferroviária, que a atravessou, condicionou em várias vertentes o desenho da malha urbana, funcionando como uma barreira que conteve o crescimento da cidade durante quase 50 anos⁴⁴, como se pode observar na figura 19. Ainda hoje, se verifica que a linha do comboio separa uma malha urbana bastante condensada de uma outra muito mais dispersa, quase como se pertencessem a dois mundos distintos (ver figura 9). Este perímetro urbano formado pela linha ferroviária vem coincidir, como referido anteriormente, com a localização dos edifícios religiosos que, no século XVI, também formavam um *anel* de contenção da expansão urbana.⁴⁵

3.2. Século XX: Entre Planos e Projetos

Desde o momento em que Viana se ergue a cidade, o seu crescimento populacional torna-

acabou mesmo por não resistir a umas cheias, ficando completamente destruída.

43 Em 2007 foi cortado o trânsito da ponte para proceder a obras significativas, numa tentativa de reforçar a estrutura que apresentava sinais visíveis de debilidade e ainda de alargar o tabuleiro superior, passando este de 6,88 para 8 metros, 6 deles destinados ao trânsito automóvel.

44 Importante mencionar que esse "*anel*" foi reforçado por uma nova ligação ferroviária entre a estação e a doca comercial, circundando completamente o núcleo urbano. Esse ramal foi terminado em 1918, no entanto, com a diminuição do tráfego ao longo dos anos acabou por ser eliminado não fazendo parte da atual cidade.

45 Tanta era a coincidência que para a construção da estação de caminho-de-ferro houve a necessidade de demolição do convento de S. Teotónio, também denominado de Crúzios.

Evolução da População Residente em Viana do Castelo

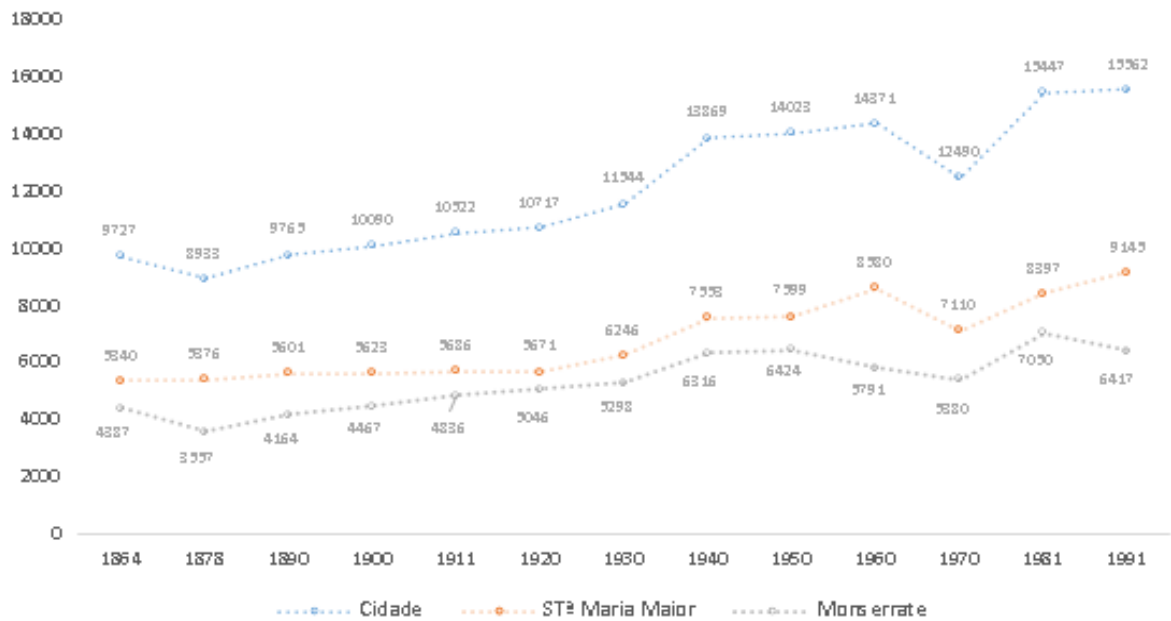
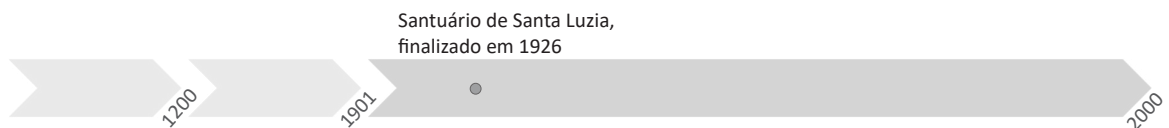


Fig. 20 - Percebe-se que existe um crescimento populacional claro na cidade de Viana durante o século XX, ainda que, se verifique durante a década de 1960 um decréscimo, devido à onda de emigrações que marcou esses anos.



Fig. 21 - Posição do Templo de Santa Luzia perante a malha urbana vianense.



se cada vez mais acentuado, trazendo várias implicações, sobretudo, no ordenamento do território. Era necessário dar uma resposta habitacional a essas movimentações e, ao mesmo tempo, garantir o planeamento prévio do seu crescimento para evitar o caos e a desordem urbana. No entanto, a proliferação de construções privadas não facilitou este processo e, fundamentalmente, a partir da generalização do uso do automóvel houve uma explosão urbana de tal ordem que, no final do século XX, a área urbana e suburbana de Viana do Castelo já englobavam as freguesias de Areosa, Darque e Meadela (a norte, a sul e a nascente da cidade, respetivamente).

Assim, antes de mencionar um conjunto de obras públicas e planos que influenciaram a configuração da malha urbana durante o século XX, é preciso esclarecer que as diversas intervenções planeadas para uma cidade nem sempre desenhavam um percurso linear, sendo caracterizadas por um incontável número de avanços e recuos, que se acumulam com outros fenómenos muitas vezes originados por oportunidades financeiras. A existência de um certo plano não implica a sua construção, porém, muitas vezes a sua importância incide no lançamento das linhas essenciais que determinam o futuro da cidade. Com o passar dos anos as vontades e as necessidades vão-se alterando, o ritmo do crescimento dos aglomerados urbanos torna-se cada vez mais complexo e, conseqüentemente, os planos vão evoluindo sendo substituídos por outros mais atuais, adaptados às novas realidades.

Deve-se mencionar, também, que, nesta transição de século, assuntos como a saúde e a higiene pública tornam-se prioridades e a sua discussão constante tenta evitar a proliferação de epidemias, como é o caso da peste bubónica no Porto, ou até mesmo a própria varíola, que se espalhou na cidade de Viana em 1881. Começam-se, portanto, a instalar uma série de normas e de hábitos junto da população vianense, normalizando-se um assear constante das vias públicas e, paralelamente a estas medidas, surgem as primeiras instalações de candeeiros elétricos ao longo das suas extensões.⁴⁶

É durante este período que se ergue, possivelmente, um dos edifícios mais marcantes na imagem de Viana - o Templo de Santa Luzia, também conhecido como Basílica do Sagrado

⁴⁶ A cargo da empresa Hidro Elétrica do Coura que venceu o concurso em 1912 para fornecimento de energia elétrica.



Fig. 22 - Vista da Avenida dos Combatentes no início do século XX.



Fig. 23 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, no centro da malha urbana, mas também, a norte, o Santuário e Hotel de Santa Luzia.



Coração de Jesus, representado na figura 21. Correspondendo a um projeto ambicioso do arquiteto Ventura Terra, datado de 1898, cuja construção é apenas iniciada uns anos depois, já no século XX. Situado a 250 metros de altitude, este templo domina a cidade e possibilita a contemplação, a partir do mesmo, de toda a sua envolvente (ver figura 23). Contudo, devido à complexidade da construção, o projeto parou durante uns anos, sendo que só a cargo do arquiteto Miguel Nogueira, em 1926, a obra realmente foi finalizada, e, em Agosto desse mesmo ano, abriu para a prática religiosa.

Paralelamente à obra anterior e na mesma zona, edifica-se o Hotel de Santa Luzia, a mando de Domingos de José Morais, que escolheu aquela implantação pelo seu carácter tranquilo e pelos enquadramentos proporcionados perante a cidade. O Hotel de Santa Luzia seria finalizado em 1921 pelo Engenheiro Bernardino Pinto Abrunhosa que acabaria também por ser responsável pela construção do Elevador de Santa Luzia, em 1923, através do qual se pretendia facilitar o acesso da população da cota baixa à cota alta.⁴⁷

Segue-se então, uma das primeiras transformações de grande impacto na malha urbana de Viana do Castelo, a abertura da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (ver figura 22), projetada perpendicularmente ao rio com o objetivo de criar uma ligação direta entre a doca comercial e a estação de caminho-de-ferro. Se retrocedermos ao século XIX podemos encontrar várias intenções de criar esta abertura, havendo pelo menos quatro propostas com esse fim.⁴⁸ A proposta que vingou foi lançada pela Junta Geral do Distrito, em 1917. Esta, para além da ligação já referenciada, visava, também, um melhor escoamento do fluxo viário e uma maior dinamização do porto de mar.

A dimensão desta artéria provocou a expropriação e a consecutiva demolição de cerca de 80 habitações⁴⁹, o que leva a Câmara Municipal a tomar medidas para dar resposta às famílias desalojadas. No ano seguinte é apresentado um projeto para a construção de casas económicas no Bairro das Ursulinas, porém, por falta de recursos financeiros, este projeto nunca chegou a

47 Com uma extensão de 650 metros o elevador tornava-se o de maior extensão em Portugal.

48 Duas datadas de 1877, desenhadas pelo Diretor de obras públicas distritais e outra pelo Diretor de caminhos-de ferro do Minho. As restantes são de décadas posteriores, sendo uma de 1896, projeto da Câmara Municipal e outra em 1917 pela Junta Geral de Distrito. In Reis, H. (2008). *Evolução da estrutura urbana de Viana do Castelo - Fatores de transformação e elementos de continuidade*. Universidade Fernando Pessoa. p. 61. Tese de Mestrado.

49 Ramos, T. (2004). *Viana Polis, continuidade ou rutura..* Porto: FAUP. p. 37. Tese de Licenciatura (ed. policopiada)



Fig. 24 - Vista poente da cidade na década de 40. Consegue-se perceber o bairro do jardim à esquerda e o aparecimento do Bairro da CP junto à linha de comboio.

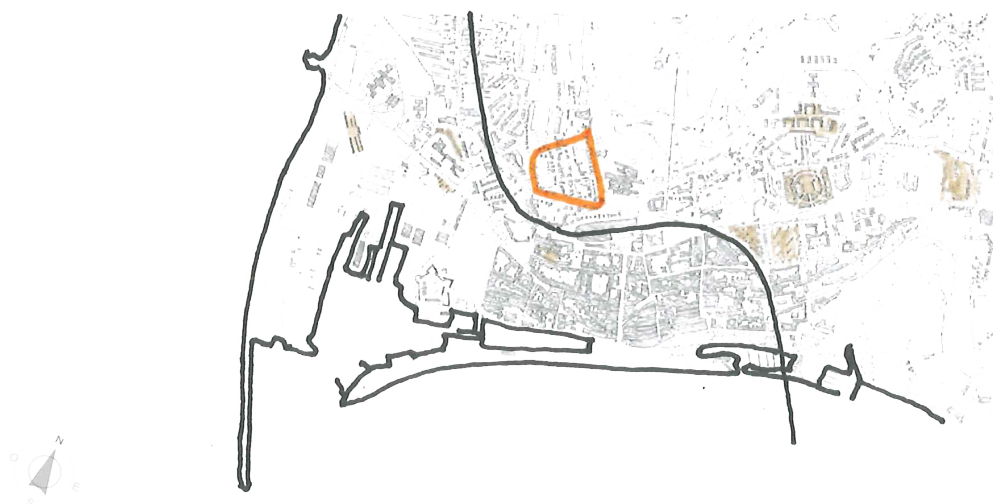
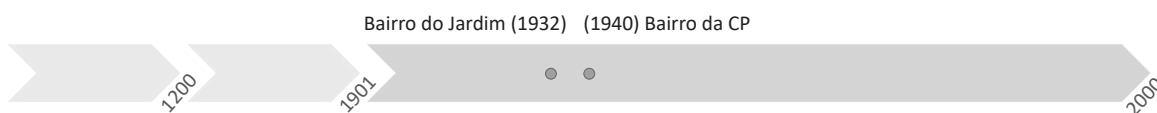


Fig. 25 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização do plano urbanístico intitulado - Bairro das Ursulinas



ser construído, sendo substituído por uma outra abordagem por parte das autoridades locais. Abordagem essa, que consistiu na elaboração de um plano urbanístico designado Bairro das Ursulinas⁵⁰, que tencionava criar as condições necessárias para a implantação de uma área residencial junto ao Convento dos Santos Mártires, atual Seminário das Missões (ver figura 25).⁵¹

O arquiteto municipal Magalhães Moutinho foi o responsável pelo estudo da abertura das novas ruas na área referente ao plano, perspetivando-se assim a expansão urbana para norte e a instalação de novas habitações nos terrenos que envolvem o *anel ferroviário*.

Esta abertura da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra criou uma nova centralidade na malha urbana vianense, tornando-a um dos espaços mais procurados para a instalação de alguns edifícios marcantes. Destacam-se, entre outros, a escola primária projetada por Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo e o edifício dos correios também de Rogério de Azevedo.

Com a entrada do Estado Novo, começam a aparecer os primeiros programas habitacionais de promoção estatal, como já referido anteriormente, surgindo na cidade de Viana do Castelo os primeiros bairros durante a década de 1930. Estes foram-se instalando na periferia da cidade sendo responsáveis pelos primeiros passos do crescimento da malha urbana para fora do *anel ferroviário*. O Governo, através do Programa das Casas Económicas, implanta o primeiro bairro vianense de promoção pública, o Bairro do Jardim, projetado por Rogério de Azevedo na zona da Abelheira e construído entre 1939 e 1941. Segue-se, por parte da Direção de Caminhos-de-ferro, a criação de um bairro jardim para os seus operários localizado junto ao canal ferroviário, bairro esse que vem a ser construído na década seguinte.⁵² Ambos serão aprofundados com maior detalhe no decorrer do capítulo 4.

Ao entrarmos na década de 1940, aparecem alguns planos urbanísticos que pretendem organizar a cidade mas, fundamentalmente, regrar o seu crescimento. Duarte Pacheco,

50 Apesar da designação de Bairro das Ursulinas e de ter como responsáveis a Câmara Municipal este projeto não passa de um plano, por este motivo não se enquadra nos parâmetros do capítulo 4, que apenas se foca em projetos de habitação de promoção pública.

51 Inicialmente este plano foi batizado com o nome Bairro Aires d'Abreu, em homenagem ao seu mentor, magistrado superior de distrito.

52 Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: pensar/fazer cidade: o processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, p. 78. Tese de Mestrado (Ed. policopiada).

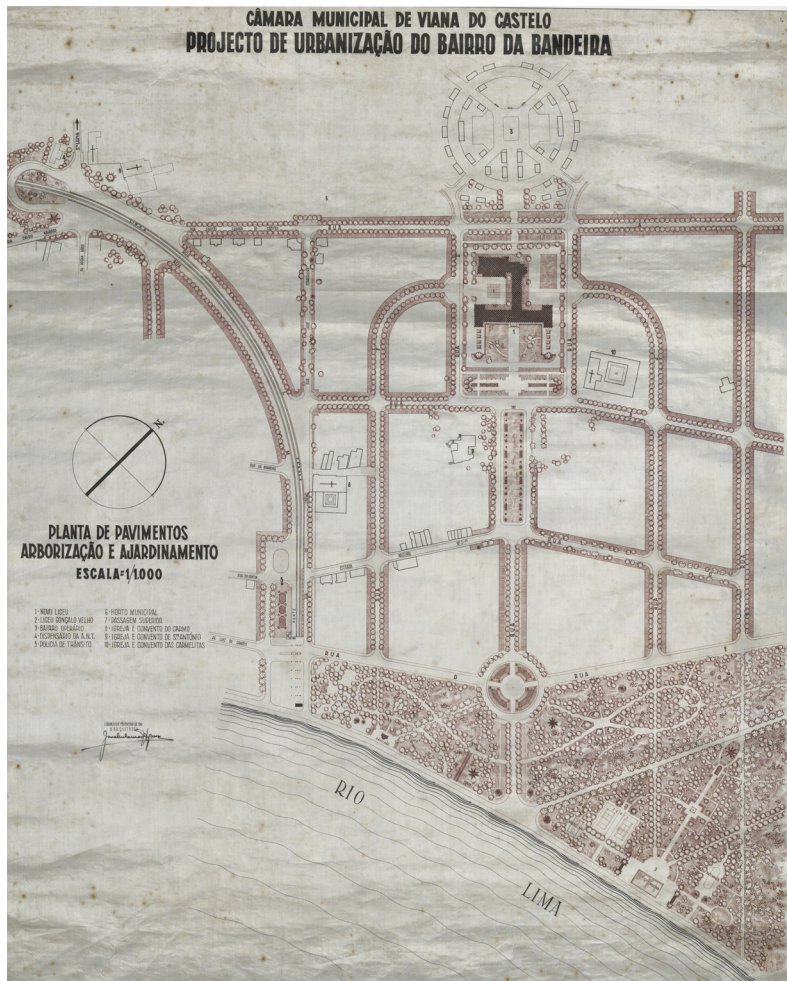


Fig. 26 - Projeto de Urbanização do Bairro da Bandeira - João de Aguiar.

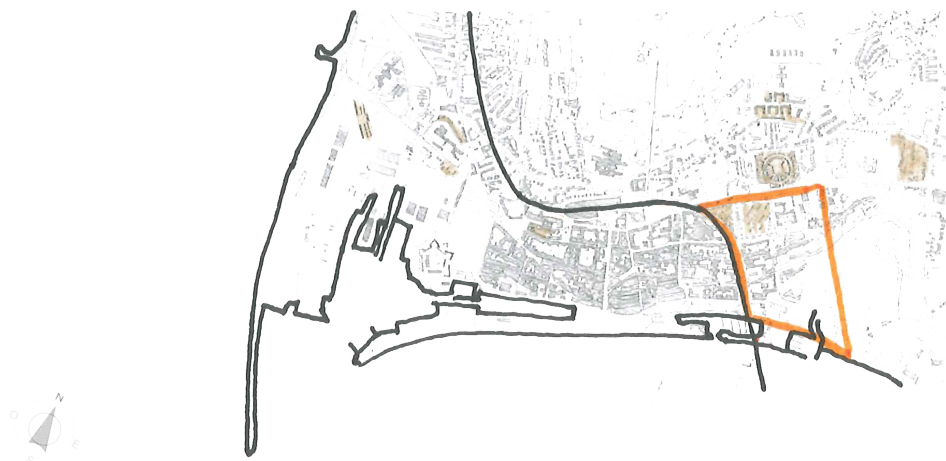
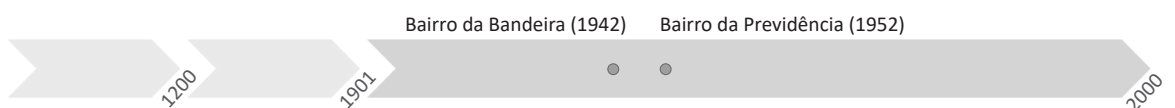


Fig. 27 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização do plano urbanístico intitulado - Bairro da Bandeira



Ministro das Obras Públicas, foi um dos primeiros grandes impulsionadores da estratégia de modernização do urbanismo em Portugal, contratando especialistas portugueses e estrangeiros para o ajudarem a espalhar e a afinar a sua abordagem. Segundo Nuno Grande, ele tinha como objetivo “(...) urbanizar estrategicamente o território através de um método apriorístico e uniformizador, onde as cidades fossem a expressão da ação e do controlo hegemónico do estado sobre o espaço social.”⁵³

Em Viana são exemplos disso o Plano Urbanístico de Santa Luzia, realizado pelo arquiteto João Faria da Costa, o Plano do Porto de Mar e da Cidade, realizado pelo arquiteto Paulo Cunha e, ainda, o Plano de Pormenor para o Bairro da Bandeira, do arquiteto João de Aguiar.

O arranjo urbanístico de Santa Luzia pretendia melhorar os acessos ao topo e, ao mesmo tempo, requalificar o exterior do templo, enquanto o plano para a cidade do arquiteto Paulo Cunha tinha como principal objetivo aproveitar os grandes logradouros existentes para a abertura de novas ruas, evitando o desperdício de áreas.

O projeto urbanístico para o Bairro da Bandeira, realizado em 1942, de maior interesse para esta dissertação, compreendia uma considerável extensão de terrenos a nascente da linha férrea, como se pode ver nas figuras 26 e 27. Este plano, para além da reestruturação viária e qualificação de espaços urbanos, propunha um conjunto de áreas habitacionais e uma série de edifícios públicos, como é o caso do Liceu Nacional, da Cadeia, das Finanças, do Palácio da Justiça, da Casa dos Magistrados e do Banco de Portugal.

Em paralelo ao plano do Bairro das Ursulinas este plano intitulado Bairro da Bandeira também não é considerado um projeto de habitação, razão pela qual não faz parte do capítulo 4. No entanto, como já acontecera no Bairro das Ursulinas, existe um incentivo claro à construção de habitação, tanto que, anos mais tarde, se vai instalar na sua zona de intervenção um bairro de habitações de renda limitada a cargo da Federação Caixas de Previdência, junto ao Liceu Nacional. Porventura a Câmara não teria disponibilidade financeira para completar todas as ambições previstas no plano, dando, desta maneira, prioridade ao Liceu, à Cadeia Comarcã, aos respetivos acessos e, para além do Bairro da Previdência, a um ou outro melhoramento viário.

53 Grande. N. (2002). *O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitetura da FCTUC, p. 119.



Fig. 28 - Desenho do autor representando Viana do Castelo em 1949.

1 - Bairro do Jardim 2- Bairro da CP 3- Bairro dos Pescadores

O Liceu Nacional foi projetado de raiz pelo arquiteto Januário Godinho entrando em funcionamento no ano de 1946, depois das suas instalações mudarem várias vezes de edifício devido à degradação das mesmas. Apesar de ter sofrido algumas alterações, já no século XXI, ainda mantém a sua localização atualmente.

Paralelamente a esta fase de planos e projetos urbanos, é importante mencionar que, no mesmo período e a poente da cidade, constroem-se os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, datados de 1944, com uma área que abrange os 35 mil metros quadrados. Com o intuito de melhorar toda a frota piscatória esta empresa torna-se a maior da cidade em número de pessoas empregadas. Com o passar dos anos, a sua área foi aumentando, ocupando atualmente cerca de 400 mil metros quadrados. Para melhor compreender o peso destas instalações na situação financeira da população de Viana do Castelo, remete-se para a figura 20 onde se verifica que a cidade, na década de 1950, tinha cerca de 14mil habitantes e os Estaleiros Navais empregavam, em 1957, cerca de 1500 trabalhadores, mais de um décimo da população.⁵⁴

No seguimento deste emaranhado de projetos a Câmara pede ao arquiteto João de Aguiar⁵⁵ para elaborar um plano de urbanização para toda a extensão da cidade vianense, o qual atravessou um processo de várias indecisões e discordâncias, que levou à realização de três planos praticamente consecutivos. O urbanismo do Estado Novo regia-se, sobretudo, por um modelo higienicista, obedecendo a uma organização monofuncional, baseado no *zoning*⁵⁶, centralizando os equipamentos em torno dos quais se implantavam as áreas residenciais. Esta abordagem espelha alguns princípios do modelo *cidade-jardim* que esteve subjacente em grande parte dos planos e anteplos de urbanização lançados nas décadas de 1940 e 1950 em Portugal, tendo como principais protagonistas Etienne de Groer e João de Aguiar.

Com estas premissas, em 1945 surge, da autoria de João de Aguiar, a primeira planta de trabalho (figura 29) que apresenta como objetivos a remodelação de toda a estrutura viária e a definição de novos limites para a cidade. Apesar da sua cuidada análise à cidade de Viana

54 Neto, D. e Abreu, A. (1993). *Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA*. 1ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, p. 42.

55 Um dos urbanistas mais procurado em todo país, sendo responsável por grande parte das capitais de distrito.

56 “A lógica funcionalista zonifica a cidade por funções e determina a concepção urbana por sistemas independentes.” In Lamas, J. (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 303.

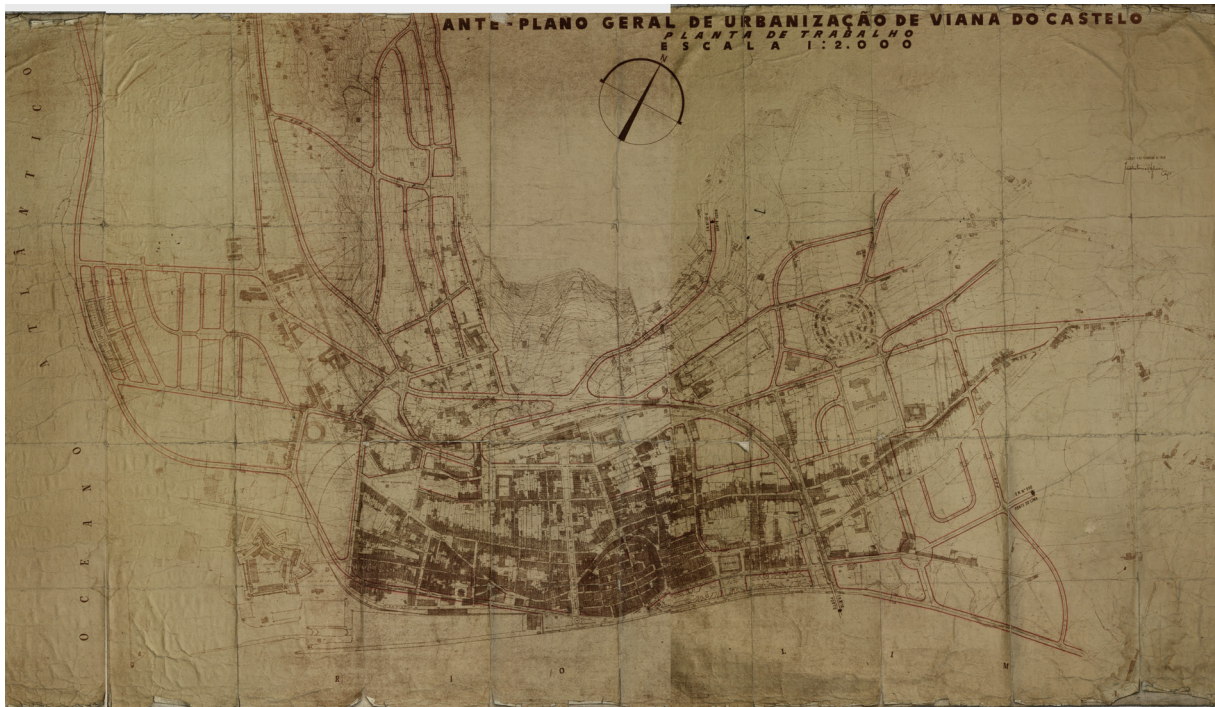
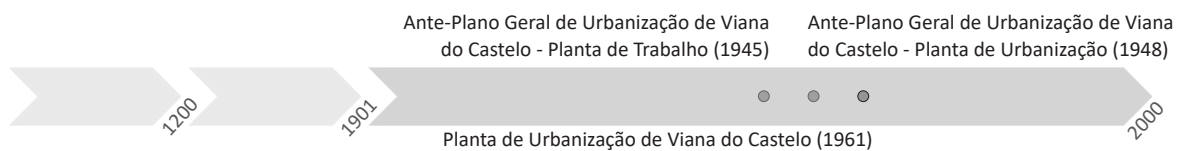


Fig. 29 - Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo - Planta de Trabalho - João de Aguiar (1945).



Fig. 30 - Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo - Planta de Urbanização - João de Aguiar (1948).



do Castelo e ao problema habitacional patente, este plano não conseguiu vingar, devido, essencialmente, às inúmeras demolições necessárias para a sua concretização. Entre outras propostas percebe-se, como se pode verificar na figura 29, a tentativa de introdução do Bairro da Bandeira na estrutura da cidade.

Três anos mais tarde surge o Antepiano Geral de Urbanização de Viana do Castelo (figura 30) acompanhado por um inquérito. Este plano, que surge em sequência da análise do poder local ao plano anterior, foi aprovado em 1950 tendo como intenção providenciar as linhas mestras de expansão da malha urbana para fora do anel ferroviário e, simultaneamente, proporcionar uma rede de arruamentos ortogonais, a norte e a poente, que permitissem a implantação de novas áreas residenciais de baixa densidade, transparecendo nele os princípios da *cidade-jardim*. Porém, como referenciado anteriormente, o que estava presente neste plano não foi seguido a rigor, uma vez que grande parte das ideias permaneceram apenas em desenho.

A cidade vai-se desenvolvendo e as suas necessidades vão-se alterando, daí que, em 1961, o mesmo arquiteto, João de Aguiar, foi chamado a rever o Plano de Urbanização de Viana do Castelo (figura 31). Aproveitando os princípios dos planos anteriores, a nova abordagem considera uma escala de expansão mais alargada da cidade. Entre outras intenções destaca-se o desenho de uma nova ponte, justificada pela falta de condições para suportar o tráfego existente por parte da ponte Eiffel, e a proposta de uma nova ligação de atravessamento rápido da cidade, afastando o trânsito do seu centro para aqueles que apenas a querem cruzar. Relativamente ao Centro Histórico, verifica-se uma clara intenção de preservar as suas raízes, apenas considerando a criação de uma área comercial de carácter turístico e cultural. É importante mencionar, também, que fazem parte deste plano a criação de uma zona desportiva de serviço à cidade, composta por campos de futebol e ténis e uma piscina e, até mesmo, a implantação de uma lagoa integrada no complexo desportivo, aproveitando a topografia dessa área. No entanto, não chegaram a ser realizadas estas últimas intenções. Só muitos anos mais tarde foram aproveitados os conceitos lançados e, atualmente, essa área integra as áreas renovadas pelo Programa Polis, onde acabou por ser criado o parque da cidade. Na década que se segue ao plano de 1961, verifica-se uma consolidação da malha urbana, com um preenchimento de muitos dos espaços desaproveitados no centro da cidade e, simultaneamente, o aparecimento

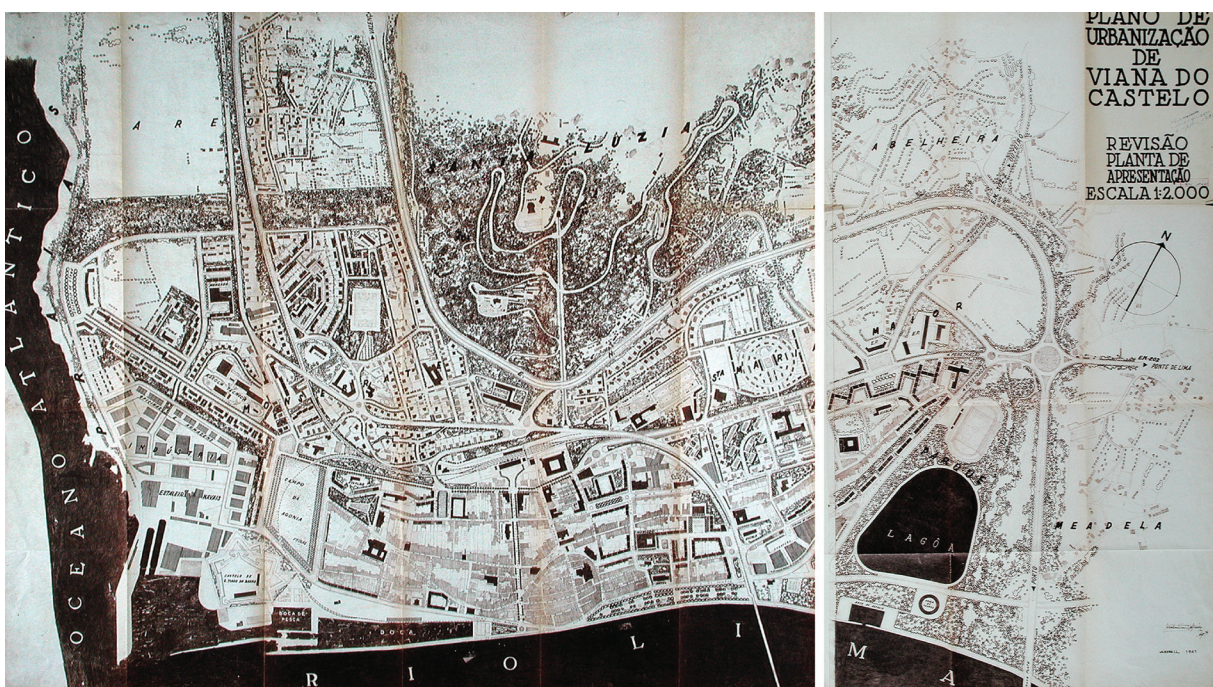
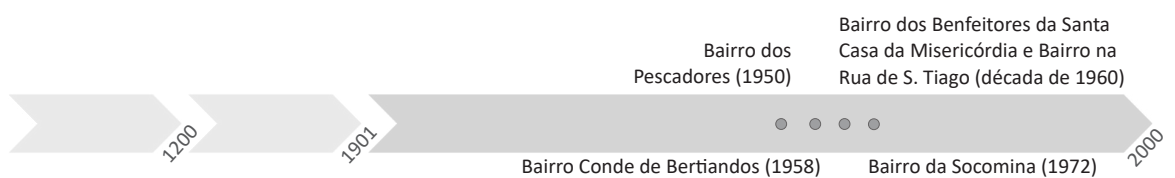


Fig. 31 - Plano de Urbanização de Viana do Castelo - João de Aguiar (1961).



de alguns equipamentos e serviços propostos por João de Aguiar.

Consegue-se perceber que estes planos funcionam à base de ideias consideravelmente utópicas. No entanto, apesar de muitas não serem concretizadas na altura fazem, hoje, parte estruturante da cidade e algumas continuam a funcionar como elementos chave para o bom funcionamento do fluxo viária de Viana do Castelo.

Se observarmos o Plano de Urbanização de Viana do Castelo de 1961 (figura 31) conseguimos encontrar mais dois bairros que foram construídos entretanto, e que serão tratados no capítulo 4. Um deles é o Bairro dos Pescadores, de 1950, situado a poente da cidade junto ao mar e mandado construir pela Junta Central das Casas dos Pescadores, enquanto o outro é o Bairro de Conde Bertandos, de 1958, implantado junto ao Jardim D. Fernando no limite poente do Centro Histórico. Poucos anos depois surgem, também, o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia e o Bairro na Rua de S. Tiago, ambos realizados a pedido da Santa Casa da Misericórdia para alojar famílias com pouca capacidade económica. E, já nos anos finais do Estado Novo, surge o Bairro da Socomina, datado de 1972, junto à Escola Técnica em Monserrate, concretizado a cargo do Fundo de Fomento da Habitação.

3.2.1. Pós 25 de Abril: a Intensificação do Planeamento Urbano

Após o 25 de Abril, já sob o comando de governos democráticos, o planeamento urbano ganha outra dimensão, tentando acompanhar o crescimento exponencial que se verifica em todos os sectores, como se pode ver na figura 20. Normalizam-se um conjunto de planos a nível nacional, municipal e urbano: a nível nacional podemos encontrar os PEOT, onde se inserem os POOC e os POAP, a nível municipal os PDM e a nível local os PP e os PU.

Surgem nesta altura dois viadutos na cidade de Viana, elementos essenciais para a diminuição do carácter “barreira” da linha ferroviária e para o desaparecimento das passagens de nível, que estavam, progressivamente, a ser fechadas devido aos desastres⁵⁷ que aconteciam com alguma regularidade. Um deles denominou-se Viaduto do Carmo, apresentando uma utilização apenas pedonal enquanto o outro, o Viaduto de Santo António, destina-se à circulação pedonal

57 Por exemplo a 1 de Maio de 1938 um autocarro procedente de Barcelos foi colhido por um comboio provocando 22 mortes e 15 feridos.

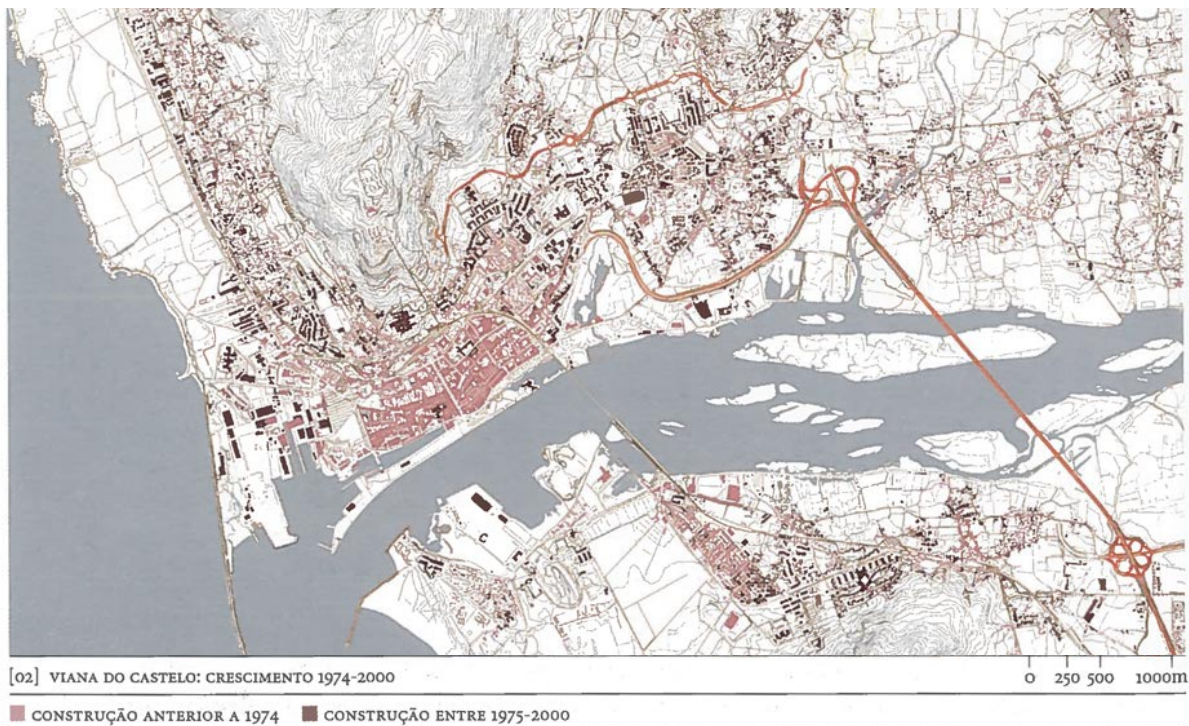


Fig. 32 - Este mapa facilmente comprova o somatório de todas as intervenções presentes nas décadas finais do século, verificando-se o claro crescimento exponencial da malha urbana vianense.

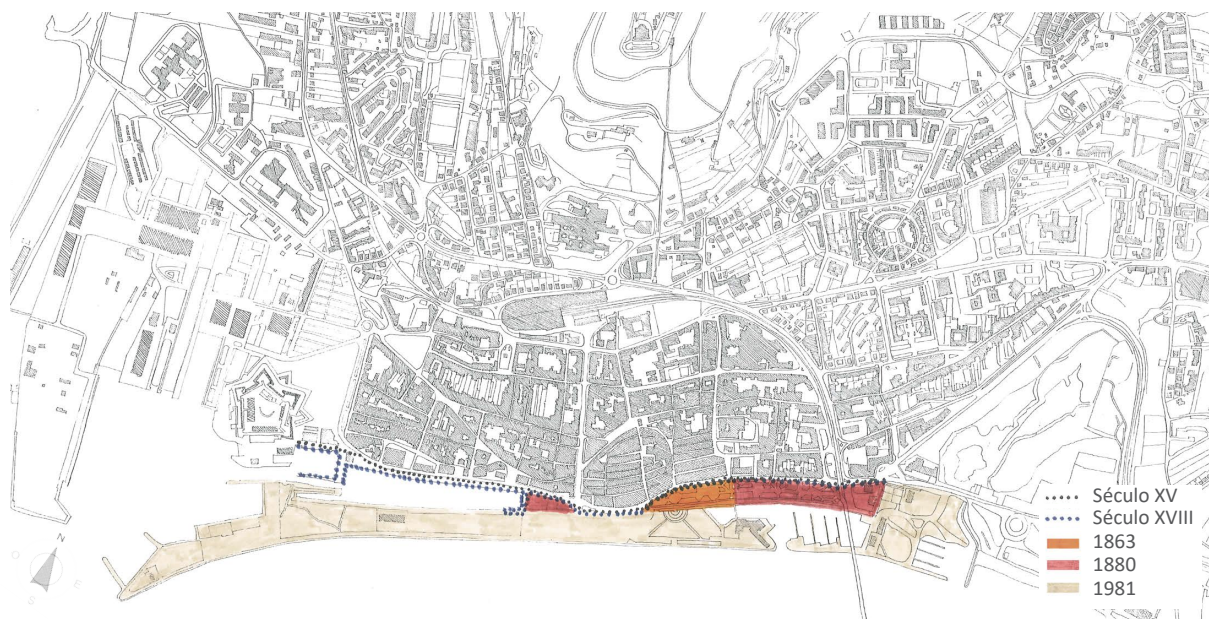


Fig. 33 - Consegue-se compreender neste esquema as metamorfoses que ocorreram na frente ribeirinha ao longo dos séculos. Aos poucos, devido à importância marítima, Viana do Castelo foi conquistando terreno ao Rio Lima e foi aperfeiçoando, através de plataformas, as suas infraestruturas portuárias e os seus espaços públicos ribeirinhos.



e automóvel, facilitando, desta maneira, o escoamento dos fluxos do centro da cidade.

Entra-se numa época de crescimento urbano mais acentuado e, com o grande desenvolvimento a nível de infraestruturas, passou a optar-se pela construção em altura de maneira a conseguir dar uma resposta adequada à quantidade de população que se começava a estabelecer nas cidades, rentabilizando ao máximo as áreas disponíveis. Dentro desta filosofia aparecem, anos mais tarde, os Bairros da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril em S. Vicente e na Abelheira, respetivamente de 1984 e 1987, dispondo de uma grande quantidade de fogos para a população vianense. Contudo, esta abordagem era usada, essencialmente, na expansão da cidade, numa zona mais periférica, mantendo a integridade do Centro-Histórico, para não se perder o seu carácter. Paradoxalmente, tanta polémica gerou e tem gerado o Prédio Coutinho que não se enquadra na malha de baixa densidade vianense, arrastando-se um processo para a sua demolição há vários anos.⁵⁸

Antes da abordagem a inúmeros planos que foram elaborados para a cidade, é importante analisar a evolução da frente ribeirinha, que, curiosamente, foi conquistando terreno ao rio e expandindo a sua área ao longo dos séculos. Como podemos verificar na figura 33, as necessidades foram aumentando e o porto foi ganhando outra dimensão, no entanto, simultaneamente, ganhou-se espaço de lazer e convívio num dos pontos considerados mais agradáveis da cidade.

Com estas premissas vários são os planos que tentam regular a complexidade de movimentações patentes na cidade de Viana do Castelo durante as décadas finais do século XX.

- *Plano para a Área Territorial, 1977-1985*

O primeiro a ser apresentado é o *Plano para a Área Territorial*, datado de 1977, da autoria do arquiteto Arménio Losa, envolvendo Viana do Castelo, Caminha e Cerveira. Foi mandado elaborar pela Direção Geral do Planeamento Urbanístico, em Fevereiro de 1977. Tendo como principais ordens de trabalho, a proteção da estrutura viária, a criação de uma zona administrativa ao

58 O prédio Coutinho tem suscitado tantas polémicas porque apresenta-se com 13 pisos de altura e implanta-se, desenquadradamente, no Centro Histórico de Viana do Castelo, onde as edificações não ultrapassam os 4 pisos de altura. Desde o ano 2000 que se tem prolongado uma campanha para a demolição do prédio e sucessiva reconversão do centro histórico. Porém, a falta de verbas e os sucessivos braços-de-ferro entre os proprietários do referido imóvel e a Câmara Municipal não têm permitido estas intenções.

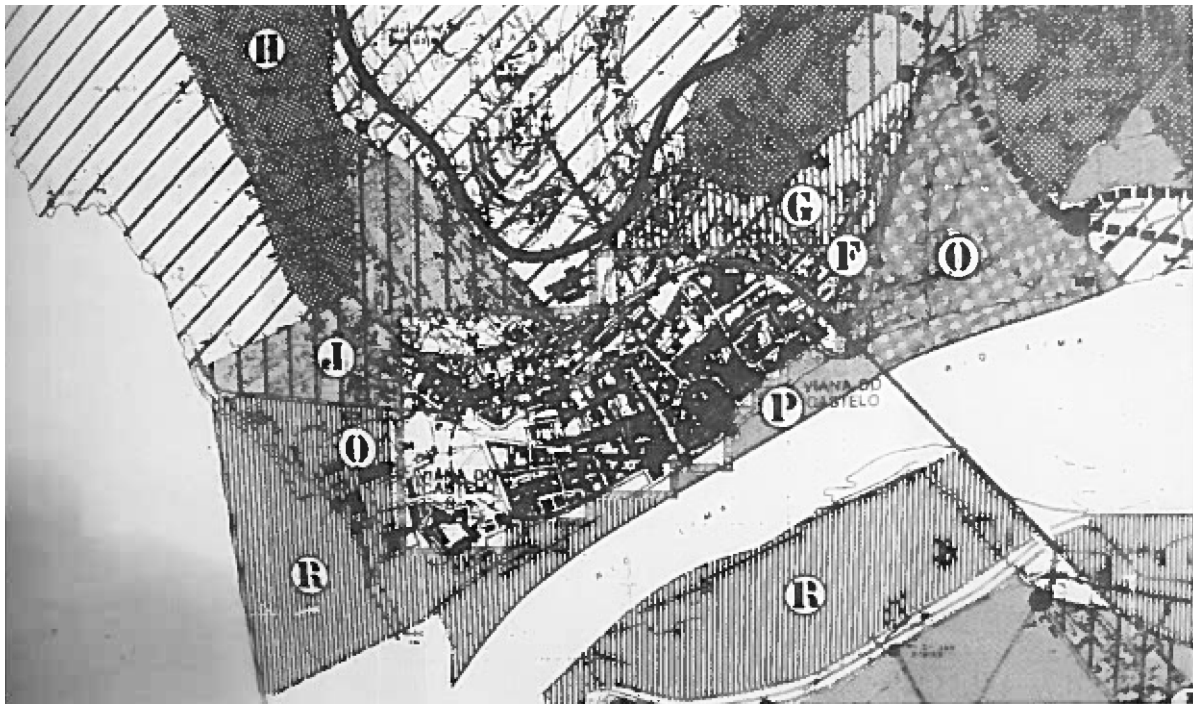


Fig. 34 - Plano Geral de Urbanização, 1979.



Fig. 35 - Plano Diretor Municipal, 1991.



fundo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a proposta de um parque municipal junto ao rio.

Com intenção de potenciar o turismo desenham-se vários equipamentos aproveitando as potencialidades naturais e as infraestruturas existentes. Paralelamente, servindo-se de alguns conceitos dos anteriores planos de urbanização de João de Aguiar, desenha um Parque da Cidade a nascente e junto ao rio.

- Plano Geral de Urbanização, 1979

Em 1979 surge o *Plano Geral de Urbanização*, por parte do arquiteto Augusto Pereira Brandão, consistindo num plano globalizante que remete o desenho urbano para uma série de Planos de Pormenor, onde se destaca a proposta para o Parque da Cidade, para o Jardim Marginal e para a reconversão do centro velho. Este plano foi marcado sobretudo pela radicalidade de retirar todo o trânsito do Centro Histórico, dando prioridade, desta maneira, à circulação pedonal. A agregar a essa intenção também foi desenhado um conjunto de percursos pedonais, desde a zona junto à atual Praça dos Touros até ao Campo da Agonia, qualificando e aproveitando os enquadramentos que a zona ribeirinha pode proporcionar.

- Plano Diretor Municipal, 1991

O *Plano Diretor Municipal*, datado de 1991, foi elaborado por um conjunto de técnicos da Câmara de Viana do Castelo, estabelecendo algumas unidades operativas sujeitas a Planos de Pormenor, porém, curiosamente, não é feita qualquer abordagem ao Centro Histórico. Caracteriza as áreas da Frente Ribeirinha, do Campo da Agonia e do Parque da Cidade como áreas de equipamentos. Dividiu-se em algumas ordens de trabalho que se configuraram em várias figuras de planeamento, desde o Plano de Pormenor do Parque da Cidade, o Plano de Pormenor da Papanata, o Plano de Pormenor de São Bento, o Plano de Urbanização da Cidade e, ainda, um Estudo de Recuperação da área envolvente ao parque da cidade.⁵⁹

- Plano Estratégico, 1995

Este plano não tem tradução gráfica, isto é, funciona como um documento político que, através

⁵⁹ Ramos, T. (2004). *Viana Polis, continuidade ou rutura*. Porto: FAUP, p. 112. Tese de Licenciatura (ed. policopiada).

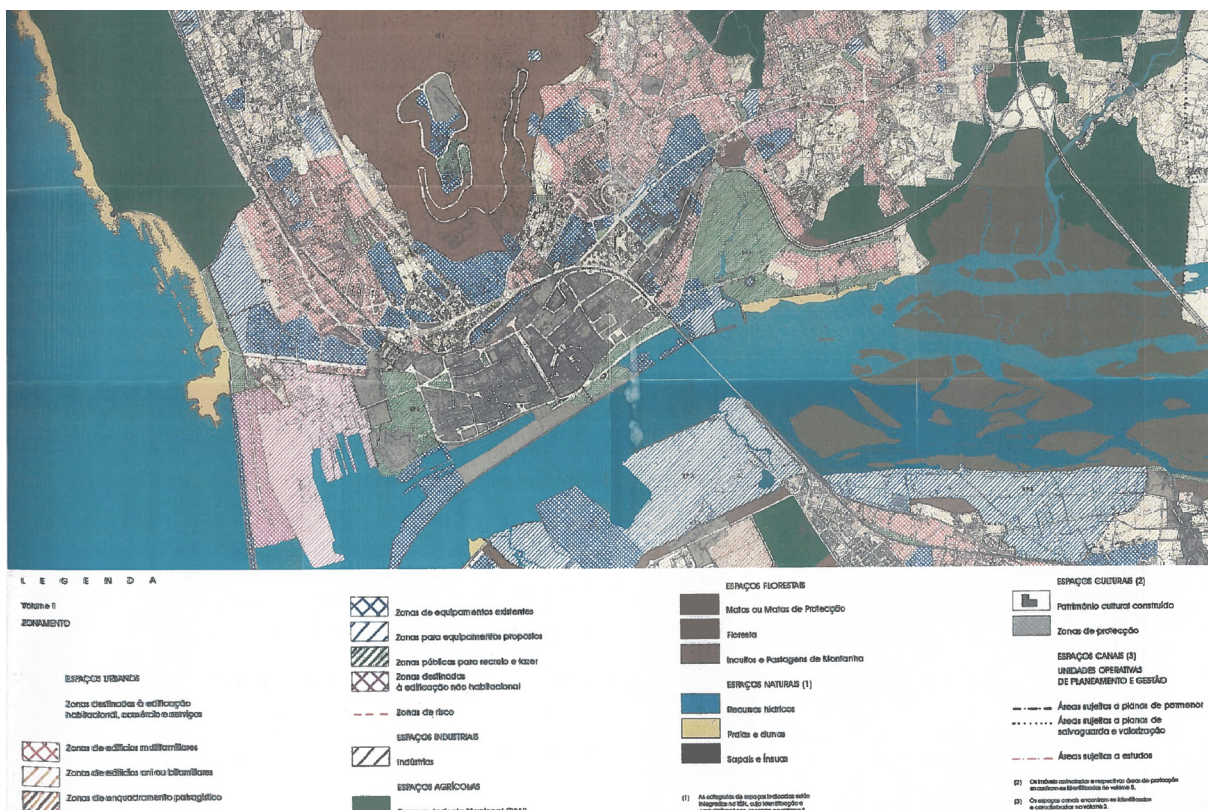


Fig. 36 - Plano de Urbanização da Cidade.



de uma análise às necessidades patentes, apresenta um conjunto de temas prontos a serem sugeridos. Obviamente que existe uma noção sobre como se poderiam materializar as ideias correspondentes, mas não existe uma tradução das mesmas em desenho. Um plano deste género enquadra-se, sobretudo, num plano económico e cultural, não tendo que apresentar uma proposta inédita, mas sim de estruturar um discurso que permita estabelecer uma visão a partir de uma leitura coerente da cidade.

O *Plano Estratégico* de Viana encaixa nestas premissas, sendo um plano de iniciativa autárquica, que aparece num ano de viragem política na cidade vianense. Ele pretende estabelecer dois tipos de relações, interior e exterior, isto é, com o território de proximidade e com os outros centros urbanos da região⁶⁰. É um plano que compreende a intervenção na malha urbana da cidade como algo participado, onde os diversos agentes públicos e privados têm uma certa responsabilidade. Existe uma preocupação com o ambiente e, como tal, um necessário aproveitamento dos elementos naturais à disposição, traduzindo-se em projetos junto à frente do rio e do mar. Tem como principais conceitos a reabilitação do Centro Histórico, com um reforço do comércio e de um conjunto de atividades que aproveitem o seu carácter histórico e patrimonial; a requalificação das ligações do porto com os transportes terrestres; a promoção de desportos náuticos e a valorização ambiental e recreativa da frente ribeirinha.

-Plano de Urbanização, 1999

O *Plano de Urbanização da Cidade* enquadra-se no conjunto de planos com tradução gráfica, isto é que apresentam propostas concretas de forma urbana. Nunca esquecendo que um plano tem sempre partes com um grau significativo de indeterminação, especialmente quando não se sabe quem suportará os custos de uma desejável transformação ou quando a incerteza relativamente ao futuro é determinante.

Este plano apresentou propostas desenhadas essencialmente para três zonas, entre elas, a área envolvente ao acesso norte, a área ocidental e a área oriental da cidade. As diferentes partes do plano foram entregues a três equipas de arquitetos lideradas por Henrique Carvalho, Fernando Távora e Matos Ferreira.

⁶⁰ São exemplos disso o reforço de algumas ligações, desde o IP1, o IC1 (Porto – Viana – Valença) e o IC28 (Porto – Lindoso).



Fig. 37 - Áreas de intervenção do Programa Viana Polis.



O desenho, neste tipo de plano, tem a função crucial de transmitir ideias, sendo a filosofia apropriada para a discussão do espaço da cidade, evitando a proliferação de vazios. Não se refere vazios materiais, mas sim, a vazios que correspondem à ausência de espaço pensado. O desenho deve ser visto, não como um produto final, mas como um ponto de partida com o intuito de orientar as próximas intervenções.

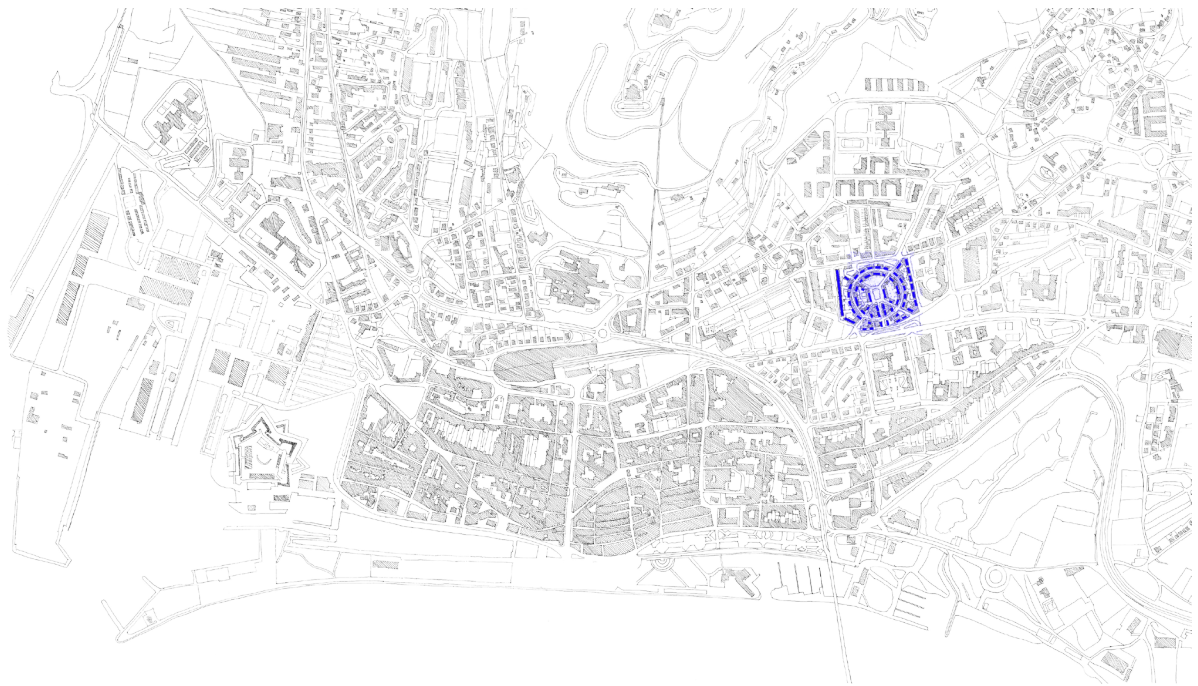
O Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo enquadra-se nas unidades operativas estabelecidas no Plano Diretor Municipal e compreende as freguesias de Sta. Maria Maior, Monserrate, Areosa, Meadela e Darque. Este plano redefine o perímetro da zona de proteção ao Centro Histórico limitando as intervenções sobre o mesmo. Propõe a criação de uma via de circulação interna apoiada por vários locais para estacionamento e a realização de três planos de pormenor referentes às envolventes do Centro Histórico: Área Oriental, Área Ocidental e Frente Atlântica.

-VianaPolis, 2000

VianaPolis surge através do Programa Polis, iniciativa do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território que procura requalificar e valorizar as cidades nas frentes de água. Em Viana o programa abrange uma área de 157 hectares, tendo como foco especial a margem direita do rio Lima e a parte da cidade a poente da ponte Eiffel.

As intervenções de *VianaPolis* resumem-se: à valorização do Centro Histórico, com a redução e até mesmo o anular do trânsito automóvel nas suas ruas, visto que a largura das mesmas está mais preparada para circuitos pedonais; à requalificação dos grandes espaços junto à margem do rio Lima e ao campo da Agonia proporcionando-lhe um carácter mais refrescante e de lazer; e, por fim, à requalificação do parque da cidade. A somar a estas intenções, juntam-se algumas propostas defendidas pela autarquia a longo prazo, como a construção de alguns equipamentos públicos que vêm ajudar a tornar mais concreta a proposta final. A intervenção de *Viana Polis* tem as suas definitivas ações transmitidas através de um conjunto de planos de pormenor, desde o Plano de Pormenor do Centro Histórico, coordenado pelo arquiteto Rui Mealha, o Plano de Pormenor do Campo da Agonia e Frente Ribeirinha, coordenado pelo arquiteto Adalberto Dias, até, por fim, ao Plano de Pormenor do Parque da Cidade, coordenado pelo arquiteto Manuel Fernandes de Sá.

4. VIANA DO CASTELO:
BAIROS DE PROMOÇÃO PÚBLICA



4.1. BAIRRO DO JARDIM

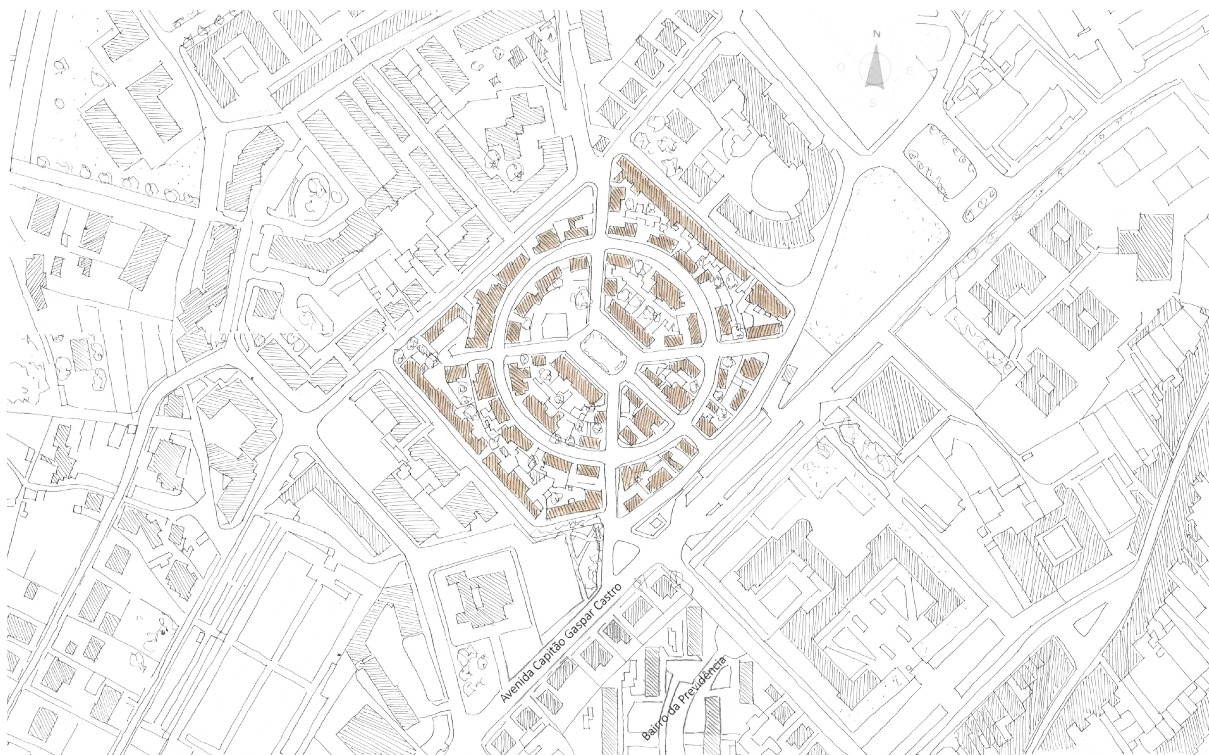


Fig. 39 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Jardim.



Fig. 40 - Fotografia do bairro na década de 1940.



Fig. 41 e 42 - Vistas do bairro atualmente.

Com a implantação do Estado Novo e o aparecimento dos programas habitacionais de promoção estatal, surge o primeiro bairro nas periferias da cidade de Viana do Castelo, junto à linha de caminho-de-ferro, integrado no Programa das Casas Económicas⁶⁰. O projeto intitulado “*Plano de uma Cidade-Jardim a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho-de-ferro do Vale do Lima, em Viana do Castelo*”, datado de 1932⁶¹, é da autoria de Rogério de Azevedo, arquiteto bastante conceituado e atento às correntes artísticas do seu tempo, responsável por inúmeros obras que marcaram o modernismo portuense, entre elas, a Garagem do Comércio do Porto.⁶²

O Programa das Casas Económicas, em que se enquadra este bairro, foi o primeiro programa de habitação integrado nas políticas habitacionais do Estado Novo, concebido com o intuito de responder às necessidades patentes em território nacional e direcionado, sobretudo, para famílias de baixos rendimentos. O propósito do governo, para além da gestão de recursos na construção das habitações, assentava na transferência dos supostos valores e modos de vida tradicionais da população portuguesa, de estilo rural, para um meio mais urbano, facilitando a adaptação dessas famílias à nova realidade. Introduce-se, deste modo, um novo conceito em Viana do Castelo, que decorre da *cidade-jardim* inglesa⁶³ e se traduz, na sua essência, por uma moradia de família com quintal, distribuída em pequenos lotes de 100 a 200m². Apesar destas premissas e da materialização das ações do programa esta metodologia era cara aos olhos de Salazar.⁶⁴

60 Entregue pelo delegado local do instituto nacional de trabalho (INT), Manuel Couto Viana, como refere Alberto Antunes Abreu em *História de Viana do Castelo 3º volume 2º tomo*, p. 282.

61 Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: Faup publicações. p. 146.

62 Pimentel, J. (2015). *Obra pública de Rogério de Azevedo - Os anos do SPN/SNI e da DGEMN*. Valladolid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura Universidad de Valladolid. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura (ed. policopiada).

63 Não se trata da importação do modelo da *cidade-jardim*, se considerarmos o que propunha o seu percussor Ebenezer Howard, mas antes o de *subúrbio-jardim*, reconhecendo a operacionalização da responsabilidade de Raymond Unwin. Este poderá ter conduzido a um entendimento equívoco, que se baseia no protagonismo atribuído à forma das intervenções, em detrimento dos princípios, mais alargados, que caracterizavam o conceito e a autonomia funcional e administrativa da *Garden City* proposta por Ebenezer Howard.

64 “A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa. Há impossibilidade, haverá mesmo em muitos casos inconveniente, em que o trabalhador possua os meios de produção e em deixar dividir a terra por minúsculas parcelas dando-se a todos um pedaço para a cultura. Mas é utilíssimo que o instinto de propriedade que acompanha o homem, possa exercer-se na posse da parte material do seu lar. É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob o teto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isto serve para os encontros casuais da vida, para as populações já semi-nómadas da alta civilização atual; para o nosso feitio independente, habitada em plena propriedade pela família.” Palavras de Salazar citadas em *Casas Económicas*, Lisboa: SPN, 1943, p. 16



CAMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Fig. 43 - Plano de uma *Cidade-Jardim* a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho-de-ferro do Vale do Lima, em Viana do Castelo, projeto de Rogério de Azevedo.

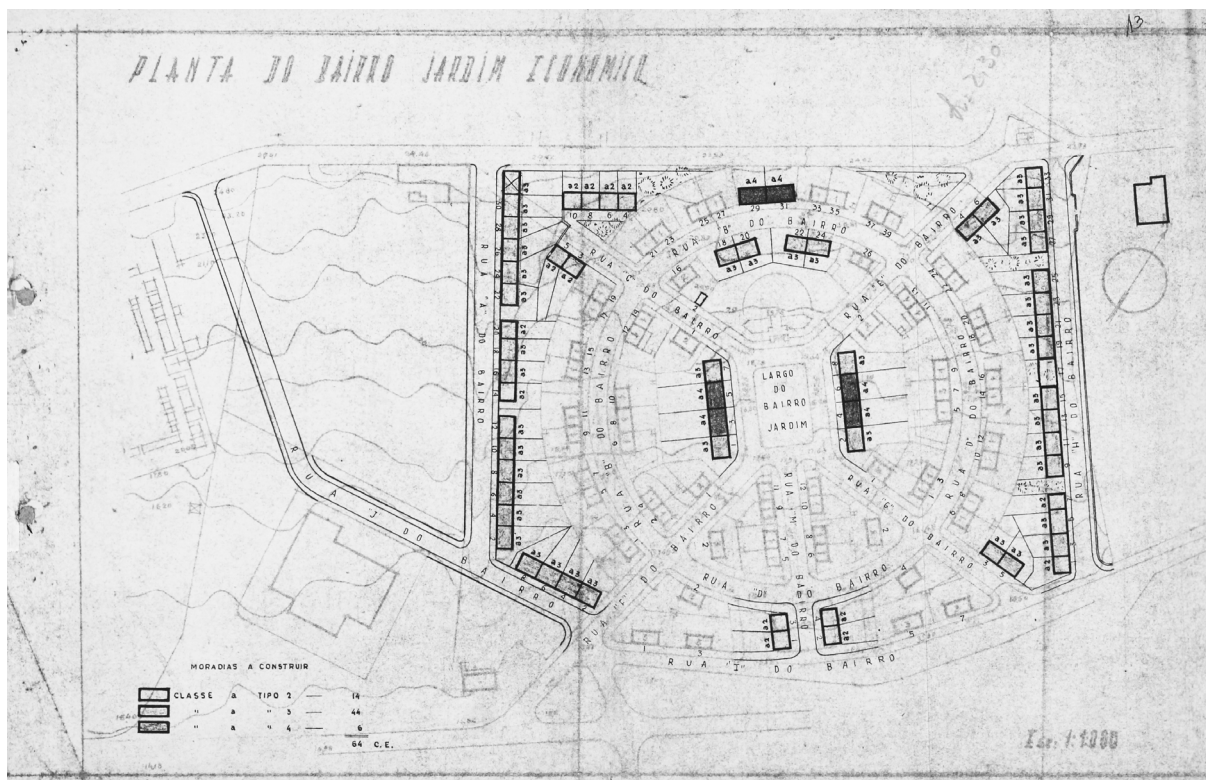


Fig. 44 - Ampliação para o Bairro Jardim datada de 1959.

O Programa das Casas Económicas estende-se por praticamente quatro décadas, desde 1933 a 1972⁶⁵, e é responsável pela edificação de mais de dezasseis mil casas em terreno nacional. Para além disso, proporcionava aos seus moradores a possibilidade de conseguirem acesso à propriedade plena através de uma política de renda resolúvel, isto é, os moradores poder-se-iam tornar proprietários das habitações a longo prazo, desde que pagassem uma prestação mensal durante 20 anos.⁶⁶

Com isto, pode-se afirmar que este *subúrbio-jardim*, em Viana do Castelo, tinha como objetivo criar espaços de residência em áreas menos densas, favorecendo o contacto com a Natureza, razão pela qual foi escolhida a zona da Abelheira como a ideal para a sua implantação, fora do *anel ferroviário*, “em terrenos da Quinta da Torre, de parte de outra quinta, dum campo de oliveiras junto ao Senhor do Alívio e por baixo da Socomina.”⁶⁷ Para ligar este novo bairro à cidade foi necessário o alargamento da rua do Horto (atual Avenida Capitão Gaspar de Castro, assinalada na figura 43), motivo que levou a expropriar mais terrenos.⁶⁸

A nomenclatura do bairro, terminado em 1941⁶⁹, surge em consequência das 64 habitações de apenas um piso possuírem um logradouro, que permite aos seus moradores disfrutarem de jardim próprio e, ainda, devido à totalidade do bairro se desenvolver em redor de um logradouro central ajardinado⁷⁰. No entanto, obviamente que esta designação se deve em parte ao prestígio que as soluções arquitetónicas-urbanísticas de Raymond Unwin ou Barry Parker acumulavam durante o início do século e onde, com alguma naturalidade, o arquiteto Rogério de Azevedo se inspirou.

“El de la ciudad jardin, entendida como mecanismo de difusión de la ciudad en el campo a través de la implantación de áreas residenciales de baja densidad”⁷¹.

65 Terminou com a decadência do Estado Novo, mas principalmente pela transferência do património da DGEMN para o Fundo de Fomento da Habitação.

66 Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: Faup publicações. p. 146.

67 Abreu, A. (2009). *História de Viana do Castelo 3º volume 2º tomo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, p. 282.

68 Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2016). *Os Bairros do Modernismo Urbano no Planeamento Urbanístico e na Organização dos Equipamentos Sociais da cidade de Viana do Castelo (1911-1974)*. Cadernos Vianenses, Tomo 49 (1), p. 191.

69 Idem, ibidem, p. 282.

70 Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Porto: Faup publicações. p. 146.

71 Martí Arís, C. e Alegre, L. (1991). *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Edicions UPC, p. 20.

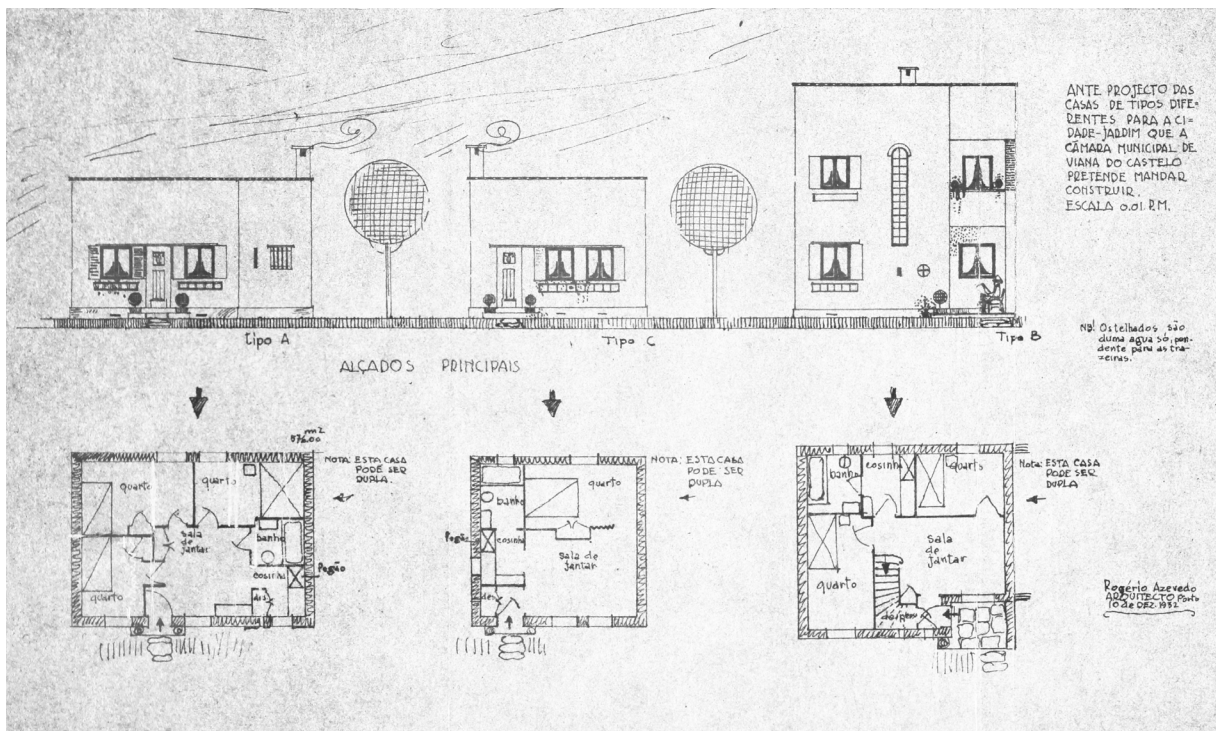


Fig. 45 - Anteprojecto das casas para o Bairro do Jardim, assinado por Rogério de Azevedo. Ideias iniciais que acabaram por ser não construídas.

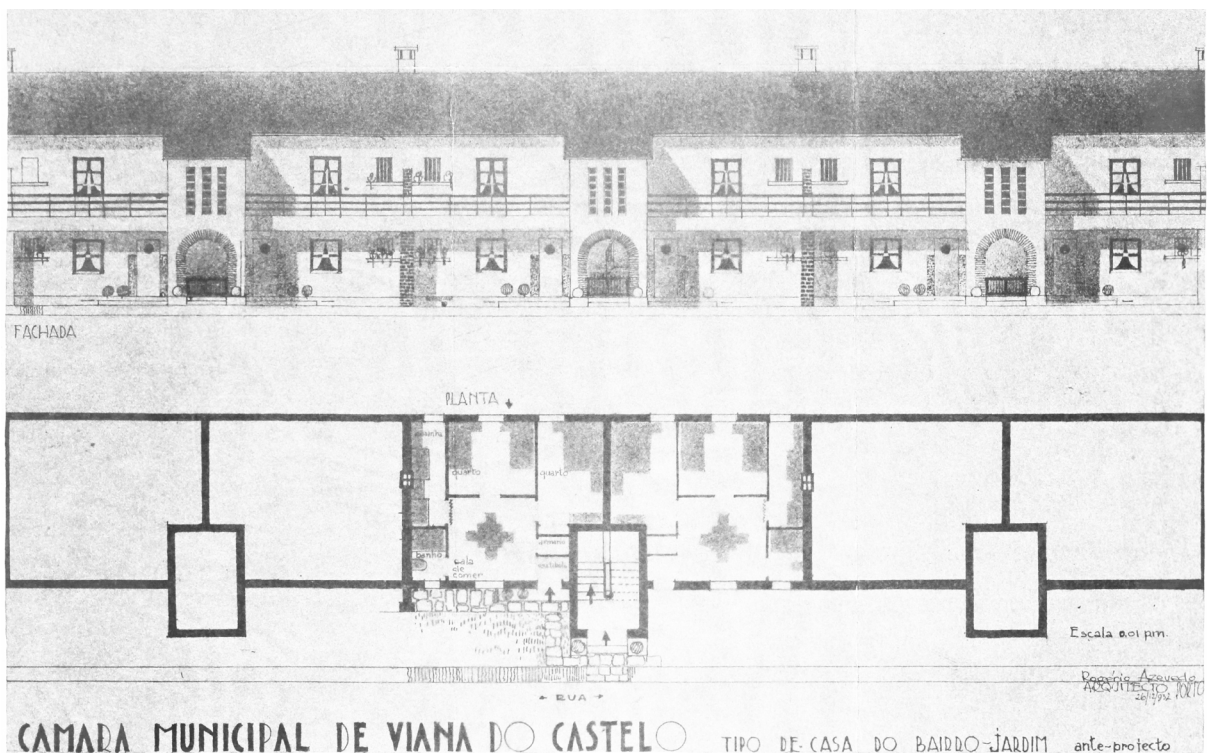


Fig. 46 - Anteprojecto de outro tipo de casas para o Bairro do Jardim, assinado por Rogério de Azevedo. Ideias que também acabaram por não ser construídas.

Este pequeno bairro operário segundo alguns autores⁷² enquadra-se na corrente germânica das *Siedlungen*⁷³, que surgem no início do século XX a partir de uma reflexão sobre as *cidade-jardim* inglesas. Apesar dessas afirmações, pensa-se que se aproxima mais das *cidade-jardim* visto que uma das principais diferenças entre ambas é a maneira como se integram e participam na malha urbana da cidade: as *Siedlungen* garantem, normalmente, uma participação mais direta no tecido urbano existente. Aquando da construção do Bairro Jardim, como se observa na figura 40, pouco ou nada existia em seu redor, implantando-se isolado da restante cidade. A reforçar esta afirmação pode-se observar a organização da implantação dos seus elementos que reflete uma certa independência, uma composição voltada para si mesma.⁷⁴

É importante referir, que a intenção de Rogério de Azevedo foi realizar um simples bairro económico, o que, neste caso, nada indicava sobre a expansão urbana até então, nem pretendia ter o estatuto de regulador de crescimento para fora do *anel ferroviário*.

Numa análise comparada entre a figura 39, representação atual do Bairro do Jardim, e a figura 43, o projeto do arquiteto Rogério de Azevedo, consegue-se perceber que o plano foi completamente absorvido pela estrutura urbana envolvente e que ocorreram algumas transformações morfológicas, dos seus edifícios e logradouros, descaracterizadoras do projeto inicial. À margem das construções e reabilitações dispersas protagonizadas nestas últimas décadas, por parte dos seus proprietários⁷⁵, desconfigurando a composição inicial pretendida pelo arquiteto, é de referenciar o plano de ampliação que surge 20 anos depois, como a segunda fase planeada do Bairro Jardim, cujo principal responsável foi o Dr. José Gonçalves de Araújo Novo. A sua construção iniciou-se em 1959 e prolongou-se até 1963, sendo aplicada uma renda resolúvel ao fim de 25 anos aos seus moradores.

72 Segundo Margarida Lôbo em *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco* e segundo Jorge Pimentel em *Obra pública de Rogério de Azevedo - Os anos do SPN/SNI e da DGEMN*.

73 Mies, Ernest May, e Bruno Taut foram os autores mais citados na produção habitacional que decorria no período entre guerras na Alemanha. Conceitos como padronização, industrialização da construção, habitação mínima e funcionalidade são comuns nas suas abordagens. As *Siedlungen* surgem através de uma reflexão sobre as *idades-jardim*, sendo que a principal contradição perante a mesma é a integração na cidade. As *Siedlungen* são desenhadas com o objetivo de incorporarem-se na estrutura urbana pré-existente enquanto as *idades-jardim* apresentam-se como uma alternativa exterior à cidade compacta.

74 Porém também existem alguns contras. As *idades-jardim* normalmente tinham uma escala muito maior e uma distribuição muito mais espaçada no terreno, apresentando menor densidade habitacional.

75 Muitos proprietários acrescentaram um piso às suas habitações, outros venderam os logradouros para a construção de mais casas, no fundo, hoje em dia são poucas as habitações que se mantêm intactas, mantendo-se apenas o sistema de ruas desenhado pelo arquiteto que facilmente se compreende em planta.



4.2. BAIRRO DA CP



Fig. 48 - Desenho do autor com destaque para o Bairro da CP.



Fig. 49 - Vista do Bairro da CP no início do século XX, pode-se observar que muitos dos vãos já se encontravam encerrados.

Imediatamente após a construção do Bairro Jardim, surge o Bairro da CP, na zona leste da cidade, junto ao canal ferroviário, num terreno triangular compreendido entre a Avenida Salazar (atual Avenida 25 de Abril) e a Avenida Capitão Gaspar de Castro, como se pode verificar na figura 48. Concebido a cargo da Direção de Caminhos-de-ferro com o intuito de dispor aos seus operários boas condições de habitabilidade⁷⁶. Empresa esta, de capitais mistos (públicos e privados), com grande impacto na morfologia urbana de Viana do Castelo, deixando transparecer com este tipo de ações uma perfeita consciência da realidade vianense, visto procurar resolver as carências habitacionais dos seus operários, já que a cidade não conseguia proporcionar, a preços económicos, as condições necessárias.

Este bairro foi construído em 1941 e o seu projeto, à semelhança do Bairro Jardim, era caracterizado por casas geminadas e singelas de um só piso, complementadas por um logradouro ajardinado na sua frente e um pequeno quintal nas traseiras, como se percebe na figura 11. A sua composição distribuída numa área de 7273 metros quadrados⁷⁷ e disposta segundo a geometria do local de implantação, contava com doze edifícios, dos quais nove correspondiam a casas geminadas e três a casas unifamiliares isoladas, contabilizando, desta maneira, um total de 21 habitações à disposição dos seus trabalhadores, com compartimentos suficientes para albergar uma família alargada.⁷⁸ Infelizmente, não foi possível aceder a qualquer informação relativamente ao arquiteto responsável ou ao próprio projeto, porém é apresentada na figura 50 uma proposta desenhada de *“Habitação para um casal com 6 filhos, destinada a assentadores de via férrea ou capatazes de reparação e conservação de estradas”*, que apresenta algumas semelhanças no traçado arquitetónico com as casas que formavam o Bairro da CP.⁷⁹

Este bairro, que pertencia à Rede Ferroviária Nacional (REFER), é o único bairro social construído em Viana do Castelo que atualmente já não se encontra edificado, tendo sido demolido

76 Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: pensar/fazer cidade: o processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP. p. 78. Tese de Mestrado (Ed. policopiada).

77 Olhar Viana do Castelo. (2016). Antigo bairro de trabalhadores da CP em Viana transformado em zona habitacional de luxo. [online] Disponível em: <http://olharvianadocastelo.blogspot.pt/2011/04/antigo-bairro-de-trabalhadores-da-cp-em.html> [Acedido a 31 de Ago. 2016].

78 Abreu, A. (2009). *História de Viana do Castelo 3º volume 2º tomo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, p. 284.

79 Magalhães, F. (1938). *A habitação*. 2nd ed. Lisboa: Livraria Bertrand, p. 38.



Fig. 50 - “Habitação para um casal com 6 filhos, destinada a assentadores de via férrea ou capatazes de reparação e conservação de estradas”.

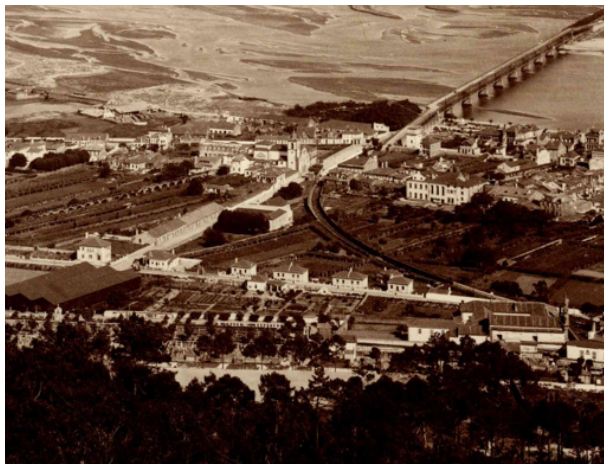


Fig. 51 - Vista do Bairro da CP em fase de construção na década de 1940.



Fig. 52 - Vista aérea atual do terreno do Bairro da CP, já com as demolições efetuadas.



Fig. 53 e 54 - Vistas atuais do terreno do Bairro da CP, sem edificações.

em pleno século XXI depois de se encontrar abandonado por mais de duas décadas⁸⁰. Este esvaziamento tornou-o um dos locais mais degradados da cidade, usualmente conectado com situações de marginalidade e, por isso, o presidente da Câmara de então, Defensor Moura, tomou medidas perante estes fenómenos, com o intuito de requalificar uma das melhores zonas da cidade.⁸¹

Estas casas eram “(...) quase todas para acoitar marginais e os terrenos transformaram-se em depósito de lixo”⁸², lia-se na moção enviada pela Câmara à REFER, que tem a cargo o património da Rede Ferroviária Nacional. Em consequência, durante 2007, Defensor Moura propõe à REFER, um possível plano de reabilitação daquela área ou até mesmo a construção de uma nova zona habitacional. Porém, só em 2009 a REFER tomou medidas, selando as portas e janelas das habitações de maneira a travar os abusos no local, como se pode verificar na figura 49.

Mais tarde, em 2011, a REFER avança, finalmente, para a venda do terreno onde se implanta o - Bairro da CP, por um valor aproximado de 1,2 milhões de euros a uma empresa de construção civil - Festa e Festa - com sede em Viana do Castelo. A ideia, aplaudida pela Câmara, é de implantar naqueles terrenos um complexo habitacional de luxo, qualificando assim esta zona degradada da cidade. Neste momento já se procedeu à demolição das habitações do antigo Bairro da CP, como se pode verificar nas figuras 52, 53 e 54, aguardando-se, então, o início da edificação do complexo habitacional.

80 Em 2007 apenas viviam no bairro dois funcionários da CP, e uma das casas teria sido cedida à associação de dadores de sangue, no entanto todas as restantes habitações se encontravam ao abandono sendo ocupadas esporadicamente por marginais e sem-abrigo.

81 Esta questão foi primeiramente levada à Assembleia Municipal de Viana do Castelo pelo líder do partido socialista, José Carlos Resende, a 07 de Abril de 2006, sendo aprovado uma moção invocando à REFER movimentações para acabar com aquele “foco de insalubridade”.

82 RTP, R. (2016). Antigo bairro da CP em Viana do Castelo poderá ser transformado em residencial sénior - País - RTP Notícias. [online] Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/antigo-bairro-da-cp-em-viana-do-castelo-podera-ser-transformado-em-residencial-senior_n41846 [Acedido a 31 de Ago. 2016].



4.3. BAIRRO DOS PESCADORES

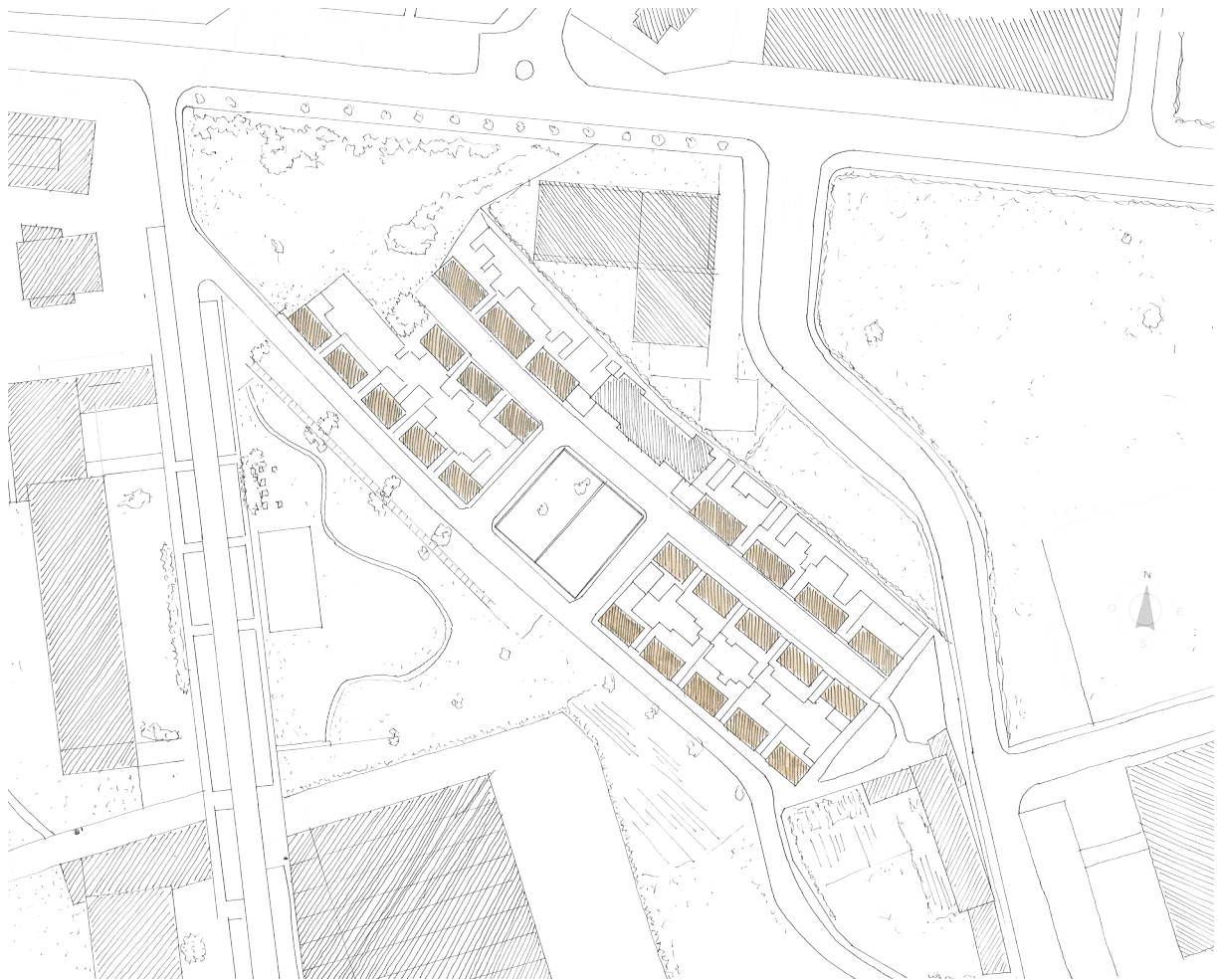


Fig. 56 - Desenho do autor com destaque para o Bairro dos Pescadores. Curiosamente nas plantas da década de 1940 e 1950 o Bairro dos Pescadores encontrava-se a poucos metros do Oceano Atlântico, como se pode verificar na figura 31, porém com o passar dos anos e, mais especificamente, com as ampliações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, procedeu-se a uma grande conquista de terreno ao mar, afastando este bairro da linha costeira.



Fig. 57 e 58 - Vistas atuais do Bairro dos Pescadores.

O Bairro dos Pescadores localiza-se junto à costa atlântica, perto da Praia Norte, tendo sido construído, entre 1947 e 1951, a cargo da Junta Central das Casas dos Pescadores em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo. A finalidade deste projeto era albergar a comunidade piscatória vianense com capacidades monetárias reduzidas, proporcionando-lhe as condições necessárias para a habitação de famílias alargadas, transferindo-as, desta maneira, das construções precárias típicas onde viviam, para uma construção de carácter permanente.

“O seu contexto locativo era uma forma de facilitar o melhor acesso ao mar, quer de mariscagem quer também de maior proximidade destes trabalhadores aos seus locais de trabalho - as embarcações sediadas no porto de pesca”⁸³

Os bairros das Casas de Pescadores foram promovidos pelo Estado Novo especificamente direcionados a esta classe social, e desenvolveram-se entre 1933 e 1972⁸⁴, disseminando-se pelas zonas costeiras de todo o país. Esta intervenção por parte do governo gerou o aparecimento de algumas entidades de apoio social, denominadas Casas dos Pescadores, geridas pela Junta Central das Casas dos Pescadores.

“As Casas dos Pescadores têm por dever conservar e acarinhar todos os usos e tradições locais, especialmente os de natureza espiritual, que estejam ligados à formação dos sentimentos e virtudes da gente do mar”⁸⁵. A organização de um bairro de pescadores tem de se enquadrar com as suas práticas, isto é, um pescador no seu ofício não pode prescindir dos seus companheiros o que, com alguma naturalidade, é transferido para o seu comportamento em comunidade, portanto, o assentamento destes bairros teria de compreender este tipo de premissas e, essencialmente, o arquiteto teria de as conseguir materializar.

O projeto do Bairro dos Pescadores em Viana do Castelo é datado de 18 de Dezembro de 1947 e elaborado pelo Arquiteto Mário Bonito, como se pode comprovar na memória descritiva e no desenho da implantação presente na figura 59, ambos assinados pelo arquiteto. Mário Bonito

83 Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2016). *Os Bairros do Modernismo Urbano no Planeamento Urbanístico e na Organização dos Equipamentos Sociais da cidade de Viana do Castelo (1911-1974)*. in *Cadernos Vianenses*, Tomo 49(1), p. 204.

84 Curiosamente o mesmo intervalo de tempo do Programa das Casas Económicas.

85 Decreto-Lei nº1:953 (1937): p. 207.

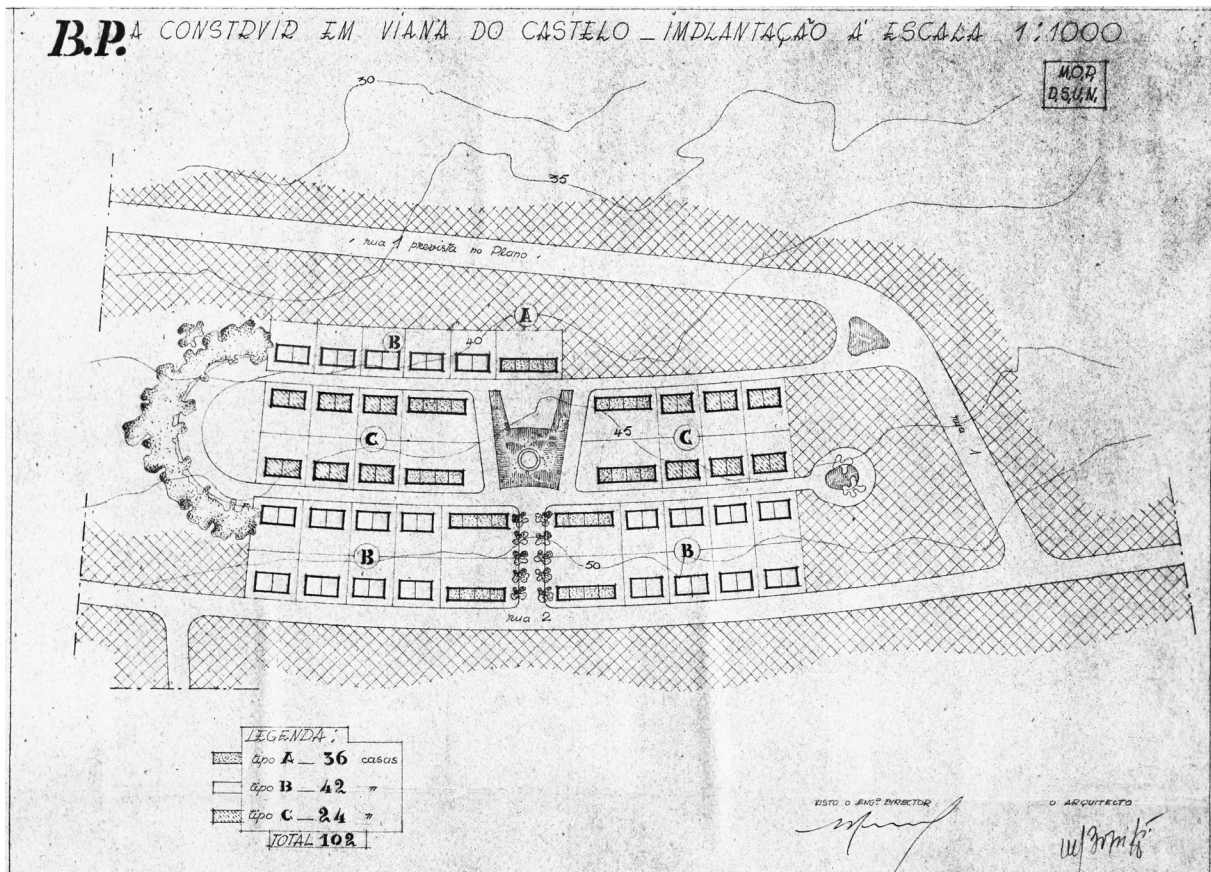


Fig. 59 - Planta de implantação do Bairro dos Pescadores de Viana do Castelo, assinada pelo arquiteto Mário Bonito.

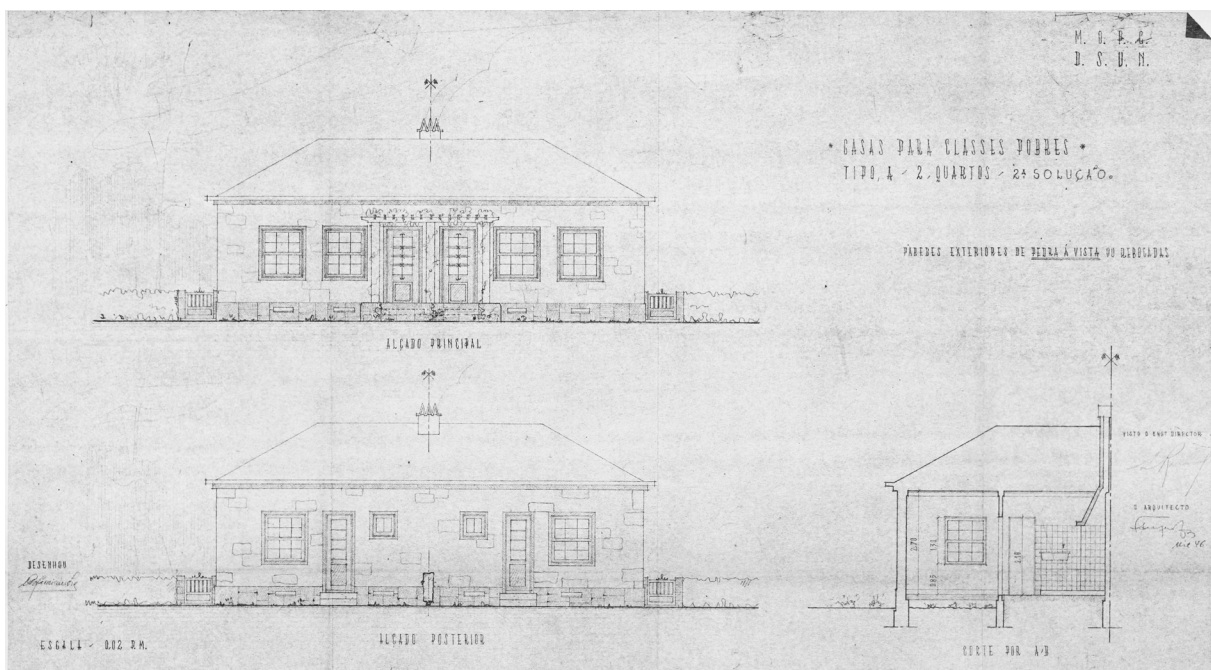


Fig. 60 - Anteprojecto de um tipo de habitação geminada para o Bairro dos Pescadores.

teve um papel importante na discussão do modernismo português e elaborou este projeto enquanto funcionário da Direção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU),⁸⁶ antes de exercer o tirocínio⁸⁷ e até mesmo requerer a prova final (CODA) que lhe daria o diploma de arquiteto.

A construção do bairro iniciou-se nesse mesmo mês de Dezembro de 1947 por parte da empresa Faria & Delgado, Lda.⁸⁸, porém prolongou-se durante quase quatro anos devido à falta de verbas, terminando, apenas, em Novembro de 1951.⁸⁹ De salientar que, por causa dessa falta de verbas, o projeto inicial não se cumpriu na sua totalidade, sendo reduzido o número de habitações planeadas. A primeira intenção era de construir 102 habitações divididas em 3 tipologias, no entanto apenas foram construídas 50, de duas tipologias. Estas habitações térreas eram geminadas existindo um total de 36 fogos do tipo A, mais pequenos, e conseqüentemente mais baratos, de apenas 3 divisões (T2), e 14 fogos do tipo B, com 4 divisões (T3). Cada habitação é complementada por um logradouro nas suas traseiras para jardim ou cultivo de alimentos, incluindo um pequeno anexo para animais de capoeira.

A pesca, durante a época do Estado Novo, sempre foi uma das principais atividades da população vianense e, na década de 1950, o bairro dos pescadores já não era suficiente para dar resposta à quantidade de famílias deste sector económico-social. Estuda-se assim, a mando da Junta Central das Casas dos Pescadores, uma ampliação do bairro desenhada pelo arquiteto Alexandre Bastos, em 1958. Segundo a memória descritiva do projeto, datada de 25 de Fevereiro desse ano, previa-se a construção de 36 fogos, agrupados em 14 blocos, porém esta ampliação permaneceu no papel devido à falta de verbas. Só em 1972 a Câmara avança para a construção de um edifício de quatro andares, arquitetonicamente desenquadrado do restante bairro, disponibilizando à comunidade piscatória um total de 16 fogos novos.

86 A 6 de Fevereiro de 1945 deu entrada na DGSU onde protagonizou relativamente poucos projetos (*Boletim da Direção Geral dos Serviços de Urbanização*, Janeiro de 1973, nº3).

87 Entre 1946 e 1947 Mário Bonito fez o tirocínio prático no Gabinete de Januário Godinho segundo - Ribeiro, H. (2012). *A experimentação do moderno na obra de Mário Bonito: um processo de desenho dos anos 40 a 60*. Porto: FAUP. Dissertação de Doutoramento (ed. policopiada).

88 Esta empresa, com a sede instalada na Rua José Espregueira nº155, ganhou o concurso público levado a cabo pela Junta Central das Casas dos Pescadores, apresentando o orçamento mais baixo das restantes concorrentes, num valor de 1.599.000\$00. Informação retirada no ADVCT, em *Construção de um Bairro de Casas para Pescadores*, presente em Processo de Obras 1940/1990 da Direção de Urbanização de Viana do Castelo. (cota: 1.51.7.2-3).

89 A finalização da obra foi confirmada pelo Engenheiro Civil José Manuel de Oliveira Valença como representante da Direção Geral dos Serviços de Urbanização e pelo senhor Adolfo José de Almeida e Silva como representante da Junta Central da Casa dos Pescadores.



4.4. BAIRRO DA PREVIDÊNCIA

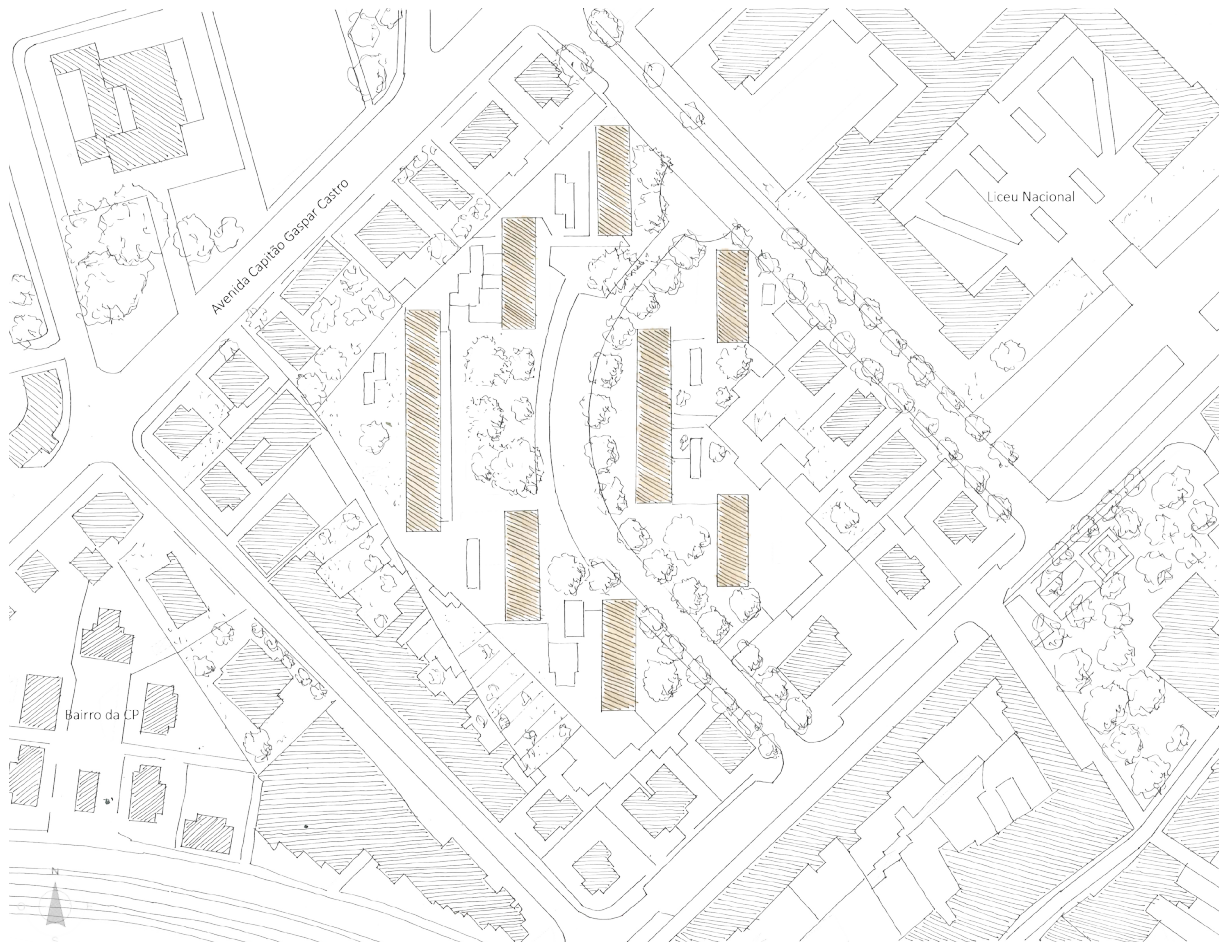


Fig. 62 - Desenho do autor com destaque para o Bairro da Providência.



Fig. 63 e 64 - Vistas atuais do Bairro da Providência, em Viana do Castelo.

O Bairro da Previdência, popularmente denominado Bairro do Liceu, foi construído na cidade de Viana do Castelo no início da década de 1950, através do Programa das Casas de Renda Económica participado pela Federação de Caixas de Previdência. Foi implantado numa posição intermédia entre o Bairro do Jardim e o Bairro da CP, enquadrando-se numa área que se integrava no plano urbanístico do Bairro da Bandeira.

As HE-FCP (Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdências)⁹⁰ consistiam num programa habitacional, lançado pelo Estado Novo, que surgiu com a crise provocada pela Segunda Guerra Mundial e com a ineficácia que o Programa das Casas Económicas vinha a refletir. Este programa⁹¹ teve Nuno Teotónio Pereira como figura incontornável no seu percurso, importantíssimo na sua evolução e na distância conceptual relativamente ao Programa das Casas Económicas. O regime de renda resolúvel deixa de ser uma medida usada por parte das HE, não permitindo a possibilidade aos moradores de se tornarem proprietários através do simples pagamento de renda.⁹² Para além disso, a disposição no terreno e os tipos de habitações preconizados tinham princípios totalmente diferentes, dispensando o módulo unifamiliar com terreno destinado para horta em prol do módulo plurifamiliar, com construções maiores embora nunca ultrapassando os três pisos,⁹³ princípios, claramente em consonância com a discussão da *habitação para o maior número* que vinha marcando aquelas décadas.

Com isto, no início dos anos de 1950, as HE lançaram os concursos para a realização do projeto de dois bairros participados com fundos da Federação das Caixas de Previdência, um em Viana do Castelo e outro na Guarda. Esta abordagem deve-se à inexistência de um corpo técnico sólido numa primeira fase deste programa. Quanto ao concurso correspondente ao Bairro do Liceu, terá sido ganho pelo arquiteto Jerónimo Reis, de Espinho, muito mais próximo da realidade vianense do que os arquitetos de Lisboa que, à época, eram regularmente

90 Tavares, M. “Leituras de percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência.” In Portas, N. (2013) *Habitação para maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, 1st ed. Lisboa: CML, IHRU, p. 21-45.

91 A constituição das HE-FCP é aprovada em Diário do Governo n.º 137, de 15 de Junho de 1946, com fundamento no n.º 3 do art. 11.º do Decreto-Lei 35 611, de 25 de Abril do mesmo ano.

92 Abreu, P. (2010). *Casas Económicas do Estado Novo. Os Bairros Sociais na Covilhã*. Covilhã: Universidade da Beira Interior – Engenharia Civil e Arquitetura. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada).

93 Marques, I. (2004). A Sereia, a Varina e o Governador de Macau, Intervenções artísticas e espaço público nos Bairros de Casas Económicas de Lisboa. On the W@terfront, *Arte/Espacio Público*, nº 6, p. 193.

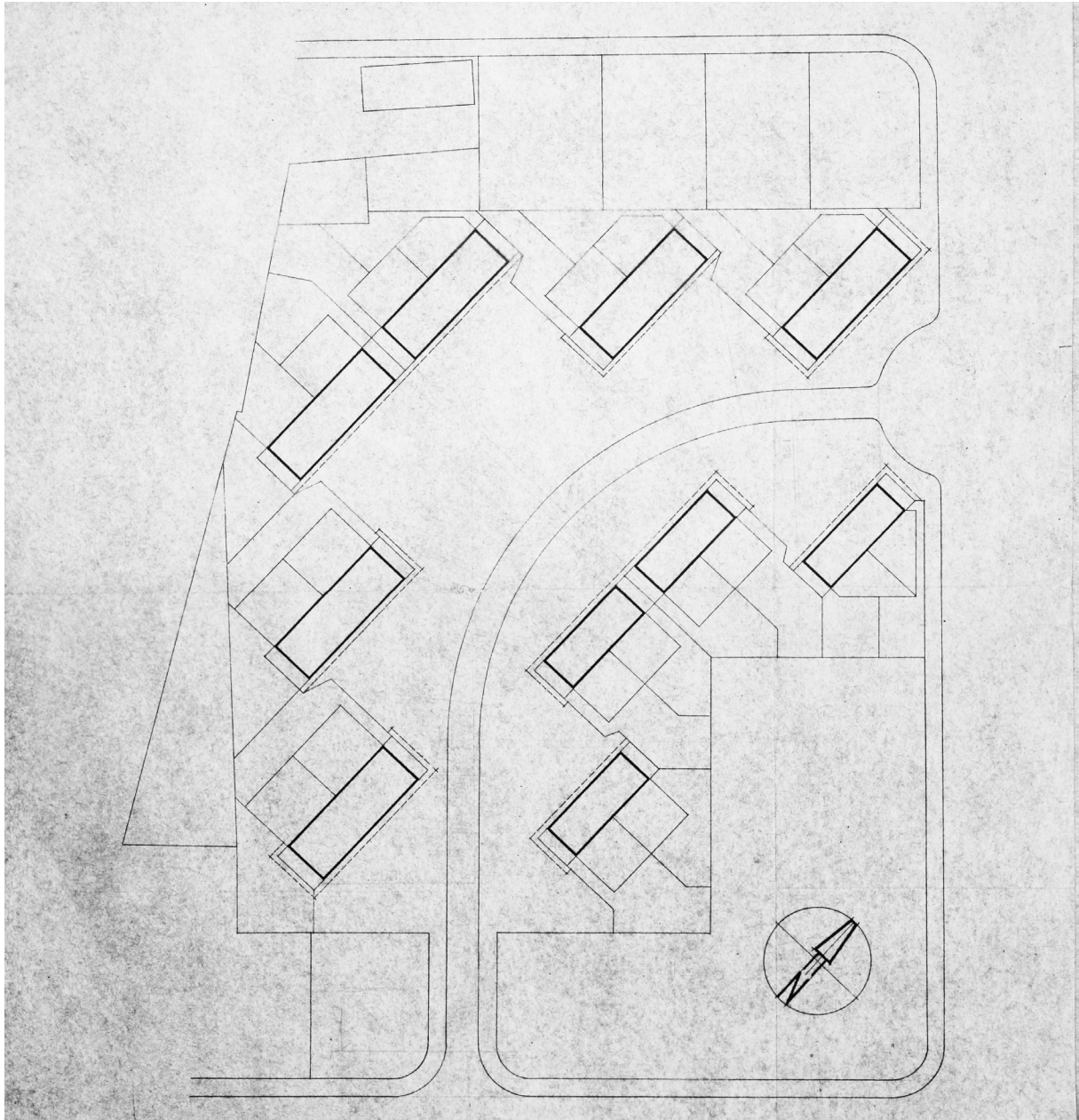


Fig. 65 - Planta de implantação do Bairro da Providência, onde se percebe perfeitamente o alinhamento dos alçados laterais do edificado pelo norte.

convidados a projetar para as HE. Este discurso é baseado numa entrevista realizada a Nuno Teotónio Pereira por Maria Tavares, Nuno Portas e José Manuel Fernandes apresentada por escrito em *Habituação Para o Maior Número, os anos de 1950-80*, onde se pode encontrar uma planta de implantação do Bairro do Liceu, citando: “*Viana do Castelo, Casas de renda económica, planta geral, projeto Jerónimo Reis, 1958*”⁹⁴.

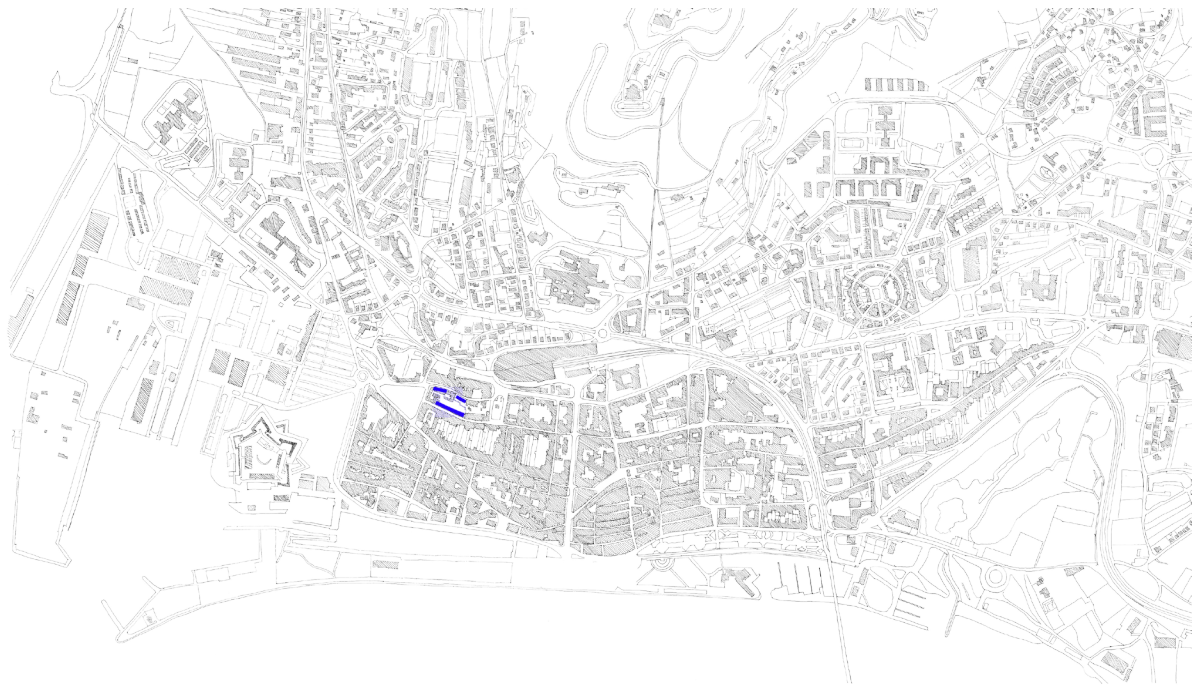
O Bairro da Providência é um exemplo claro de uma intervenção influenciada pela Carta de Atenas, na recusa do conceito rua-corredor e no destaque dado à arquitetura livre implantada no espaço verde, sendo visível um esforço no domínio da escala e na disposição dos edifícios de habitação em relação ao espaço público que os envolve. Curiosamente, a implantação destes blocos habitacionais, como se pode verificar na figura 65, encontra-se perfeitamente alinhada pelo Norte, orientada, portanto, segundo a exposição à luminosidade natural, espelhando um dos princípios discutidos na terceira reunião dos CIAM em Bruxelas.

*“En una ponencia presentada al 3.er CIAM de Bruselas de 1930, Herber Boehm y Eugen Kaufmann, (...) definen los modelos generales de agrupación residencial basados en la forma lineal: uno com los edificios siguiendo la alineación de las calles (...); el outro com los edificios en posición transversal respecto a las calles y colocados a intervalos regulares. En ambos los edificios siguen la directiz Norte-Sur siendo el esquema viário el que cambia de posición (...).”*⁹⁵

O bairro, datado de 1952, implanta-se no interior de um quarteirão sensivelmente quadrangular, ocupando uma área de cerca de 8500 m² e é atravessado por uma rua de traçado curvo, anteriormente prevista por João de Aguiar no Bairro da Bandeira (ver página 61), que é incluída por Jerónimo de Reis e se torna um elemento ordenador que se contrapõe ao ritmo marcado dos edifícios. Fazem parte da sua composição dez blocos habitacionais de dois pisos, contabilizando um total de sessenta fogos, com rendas acessíveis a classes médias e especialmente destinadas a famílias numerosas. O projeto inicial ainda hoje se pode encontrar praticamente intacto, sofrendo apenas alterações visíveis no espaço público adjacente, resultado de alguns planos de urbanização que foram requalificando a zona ao longo dos anos.

94 Portas, N. (2013) *Habituação para maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*, 1st ed. Lisboa: CML, IHRU, p. 111

95 Martí Arís, C. e Alegre, L. (1991). *Las formas de la residència en la ciudad moderna*. Edicions UPC, p. 37



4.5. BAIRRO CONDE DE BERTIANDOS E BAIRRO NA RUA DE S. TIAGO





Fig. 67 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Conde de Bertiandos e o Bairro na Rua de Santiago.



Fig. 70 - Foto atual do Bairro General Afonso Botelho ou da GNR, na Ajuda.

Fig. 68 e 69 - Respetivamente: Foto atual do Bairro Conde de Bertiandos e perspetiva do anteprojecto do mesmo bairro.

Durante a década de 1960 a cidade de Viana do Castelo viu crescer dois bairros num mesmo quarteirão, de costas viradas entre si, implantados entre a rua General Luís do Rego e a Rua de São Tiago, junto ao Jardim D. Fernando (representado na figura 67). Estes conjuntos habitacionais foram construídos a cargo da Santa Casa da Misericórdia, que fomenta e disponibiliza uma série de moradias económicas de diferentes tipologias, complementadas com um logradouro de tardoz, espaço multifuncional que as valoriza. São os únicos bairros tratados nesta dissertação que, à data da sua edificação, não ocupavam uma posição periférica na malha urbana vianense, sendo implantados numa zona ainda pertencente ao Centro Histórico da cidade, numa filosofia de consolidação do tecido urbano, optando pelo preenchimento de espaços vazios. Na realidade, a Santa Casa da Misericórdia já era proprietária daqueles terrenos, o que facilitou, desde logo, a sua escolha para a implantação destes conjuntos habitacionais.

Antes de avançar para uma análise mais detalhada é relevante mencionar que, apesar destes bairros se tratarem de iniciativas não públicas, provenientes de fundos privados da Santa Casa da Misericórdia, nunca esquecendo que muitas vezes têm participações das Câmaras Municipais, fazem pleno sentido serem abordados nesta dissertação pela posição e preocupação social que esta entidade apresenta ao longo da sua história, quer na cidade de Viana do Castelo quer em todo o território nacional.

Assim sendo, a intervenção da Santa Casa da Misericórdia na cidade vianense é principiada pela construção do Bairro Conde de Bertandos⁹⁶ implantado no limite do quarteirão adjacente à Rua General Luís do Rego, como se pode ver na figura 71. O projeto deste conjunto habitacional remonta a 1958⁹⁷ e pertence, como consta nos desenhos do bairro, aos arquitetos Ruy Borges e Alfredo Rodrigues⁹⁸, muito solicitados pela Santa Casa para este tipo de trabalhos em Viana do Castelo. Trata-se de uma construção económica e direcionada a famílias de baixos rendimentos, com um traçado arquitetónico simples de onde decorre a linearidade e a repetição muito características do Movimento Moderno.

96 O seu nome foi dado pela Santa Casa da Misericórdia em honra de Gonçalo Pereira da Silva de Sousa de Meneses, Conde de Bertandos, que representou papel importante entre a comunidade vianense.

97 Apesar de no próprio bairro se encontrar uma placa a descrever "*Bairro Conde de Bertandos, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, 1968*", data que simplesmente deve representar a altura em que lhe foi atribuído o nomenclatura visto que a memória descritiva do projeto de urbanização do bairro, elaborada logo após a sua construção, é datada de 1958.

98 Supervisionado pelo Engenheiro Diretor Julio Jose Netto Marques.

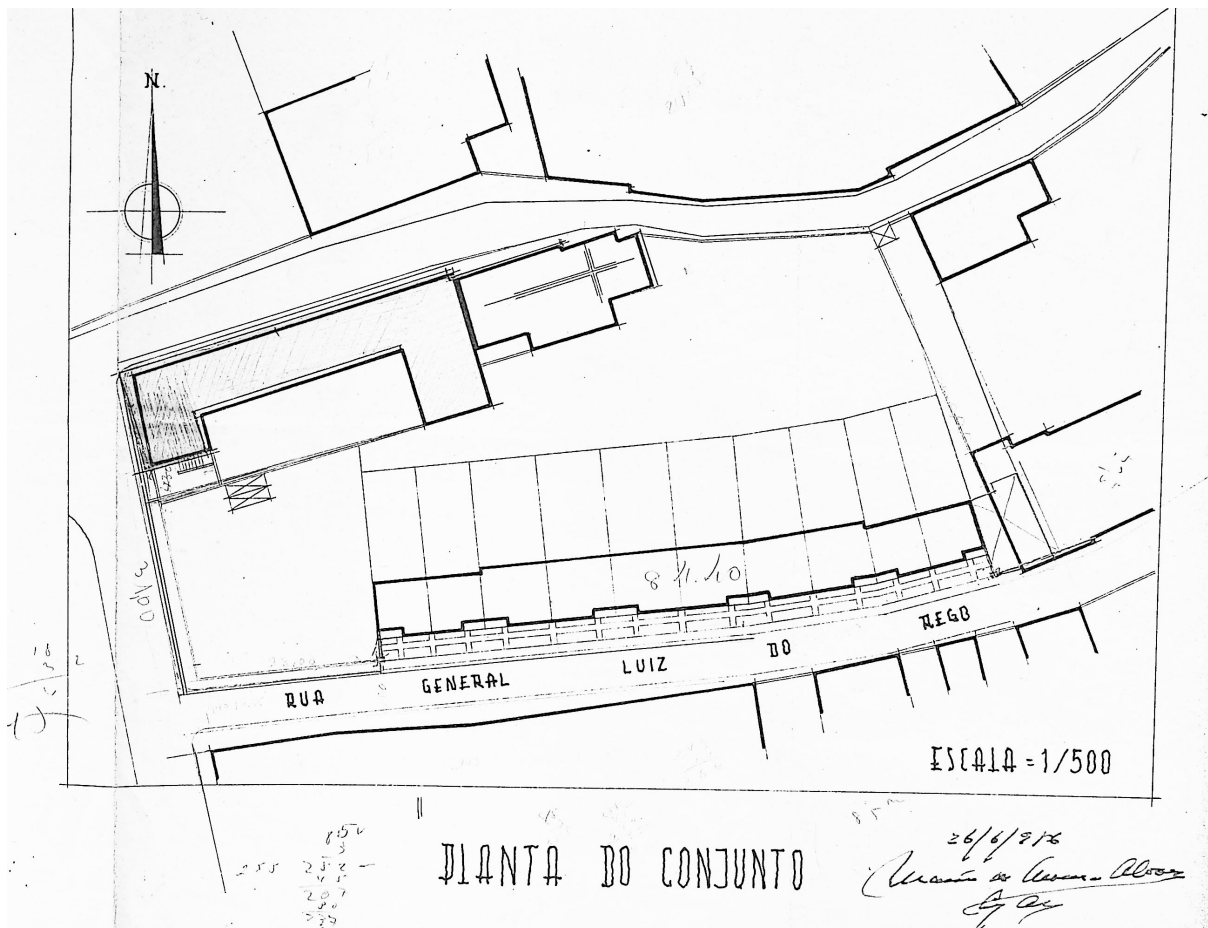


Fig. 71 - Planta de implantação do Bairro Conde de Bertiandos.

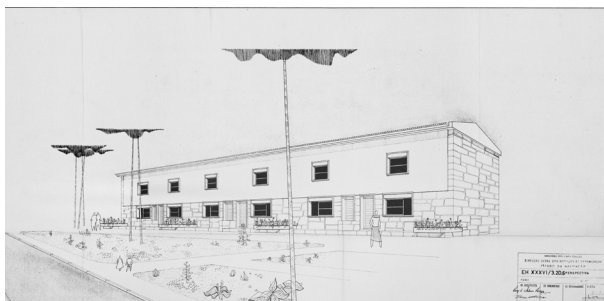


Fig. 72 - Perspetiva do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago.

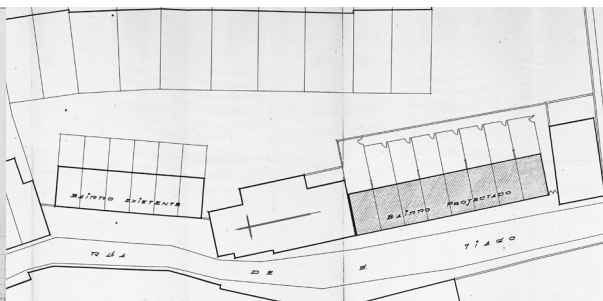


Fig. 74 - Planta de implantação do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago.



Fig. 73 - Vista atual do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago.



Fig. 75 - Vista atual do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago.

“El esquema lineal es el más congruente com el principio de repetición de un elemento y com la búsqueda de una seriación regida por una ley constante.”⁹⁹

Com isto, pode-se afirmar que o Bairro Conde de Bertiandos dispõe-se num conjunto habitacional de esquema linear, formado por 10 moradias com dois pisos, para um total de 20 fogos. Contabilizam-se, desta maneira, 2 fogos por moradia em sistema de acesso direto, com direito a logradouro de tardoz, enquadrando-se, curiosamente, num modelo habitacional que foi uma tipologia usada por todo o país. É possível comprovar este fenómeno através da figura 70, que evidencia a semelhança que este bairro apresenta com o Bairro General Afonso Botelho, ou da GNR, na freguesia da Ajuda, em Lisboa.

Do lado oposto do quarteirão, a Santa Casa da Misericórdia manda edificar o segundo bairro na cidade, localizado na rua de São Tiago e construído em duas fases, que dão origem a dois pequenos blocos habitacionais separados pelo Recolhimento de S. Tiago. Uma primeira fase corresponde a um bloco de habitação, localizado mais a nascente, destinado a famílias pobres, sendo projetado pelos arquitetos Ruy Borges e João Sousa, como se pode verificar nas figuras 72 e 73. Bloco cuja construção termina em 1963, constituído por dois pisos de altura e um total de 6 fogos duplex, uma tipologia pioneira entre os bairros vianenses.

Dentro do mesmo desenho arquitetónico e a poente do Recolhimento de S. Tiago é implantado outro bloco habitacional, presente nas figuras 74 e 75, projetado por Valdemar dos Santos Portela Coelho, Agente Técnico de Engenharia¹⁰⁰, tendo a sua construção terminado em 1969, altura da urbanização adjacente ao bairro. O projeto, apesar de ser muito semelhante ao anterior, era destinado a famílias mais abastadas como o próprio título sugere *“Construção de 8 habitações para famílias modestas na rua de S. Tiago em Viana do Castelo”*¹⁰¹. O conjunto habitacional de dois pisos conta com 8 fogos duplex, mais 2 do que o anterior, porém quer a área correspondente a cada fogo, quer o número de divisões, quer a materialidade e o desenho das fachadas é substancialmente aproximado, como se pode verificar no conjunto de figuras da página seguinte.

99 Martí Arís, C. e Alegre, L. (1991). *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Edicions UPC.

100 Digitarq.advct.arquivos.pt. (2016). Construção de 8 habitações para famílias modestas na Rua de Santiago, em Viana do Castelo - Arquivo Distrital de Viana do Castelo - DigitArq. [online] Disponível em: <http://digitarq.advct.arquivos.pt/details?id=1050485> [Acedido a 31 de Agosto de 2016].

101 *Idem, Ibidem.*

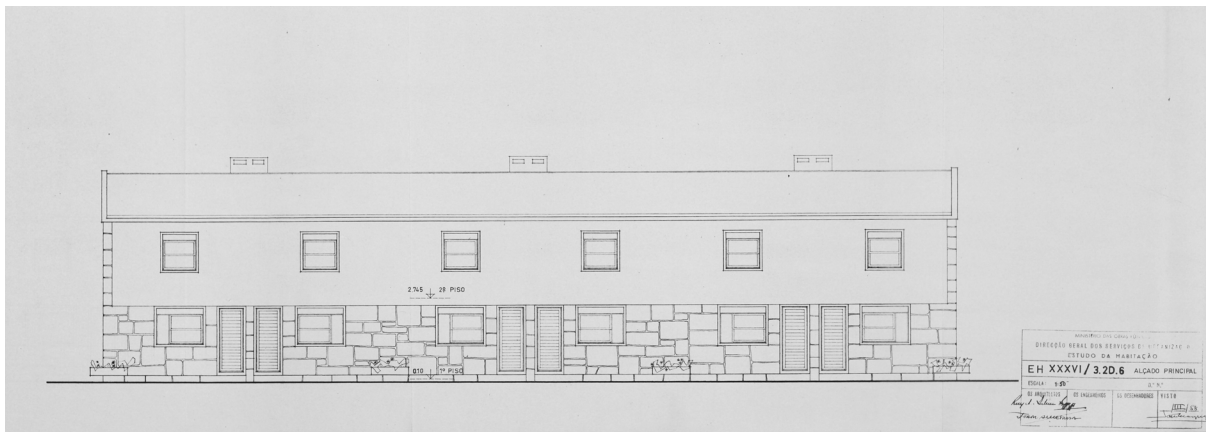


Fig. 76 - Alçado principal do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago.

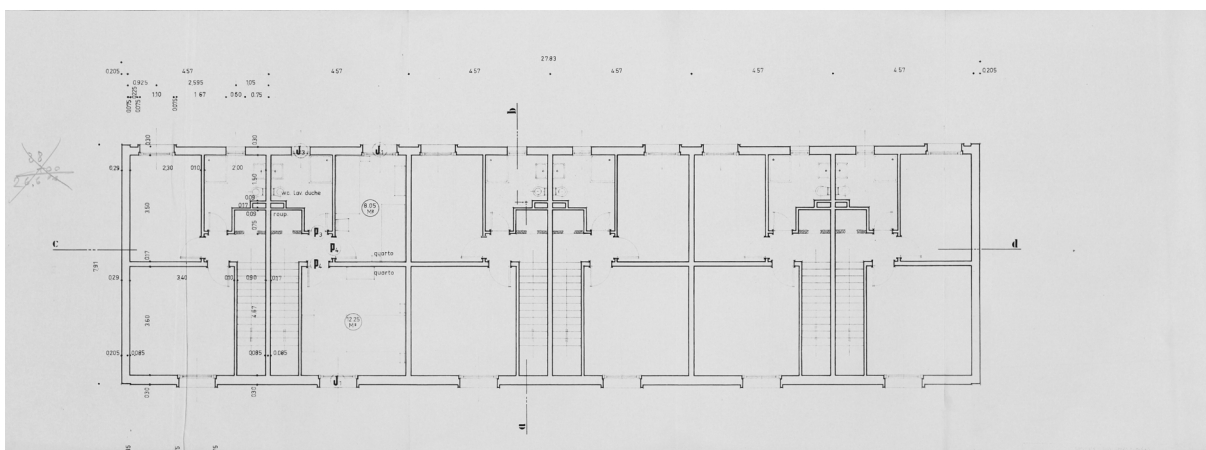


Fig. 77 - Planta do piso 1 do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago.

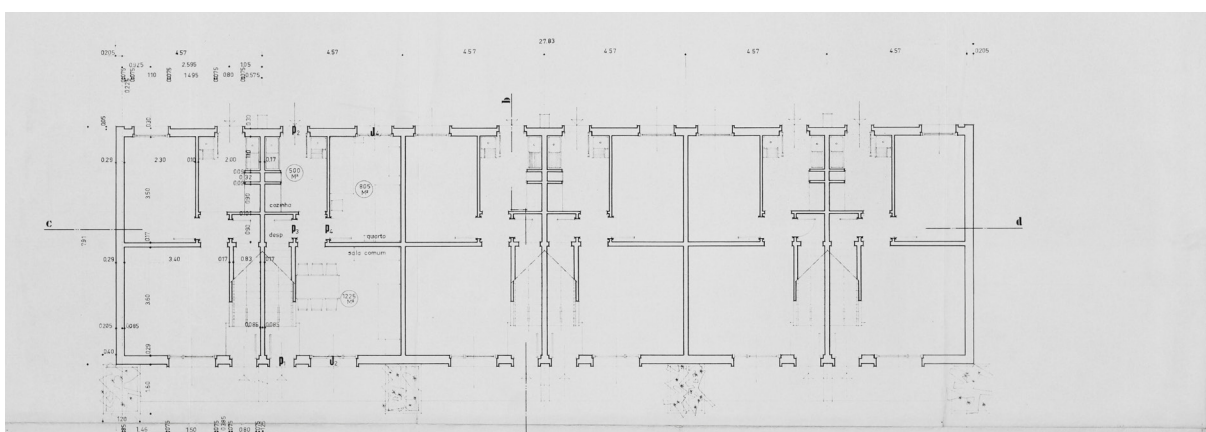


Fig. 78 - Planta do rés-do-chão do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago.

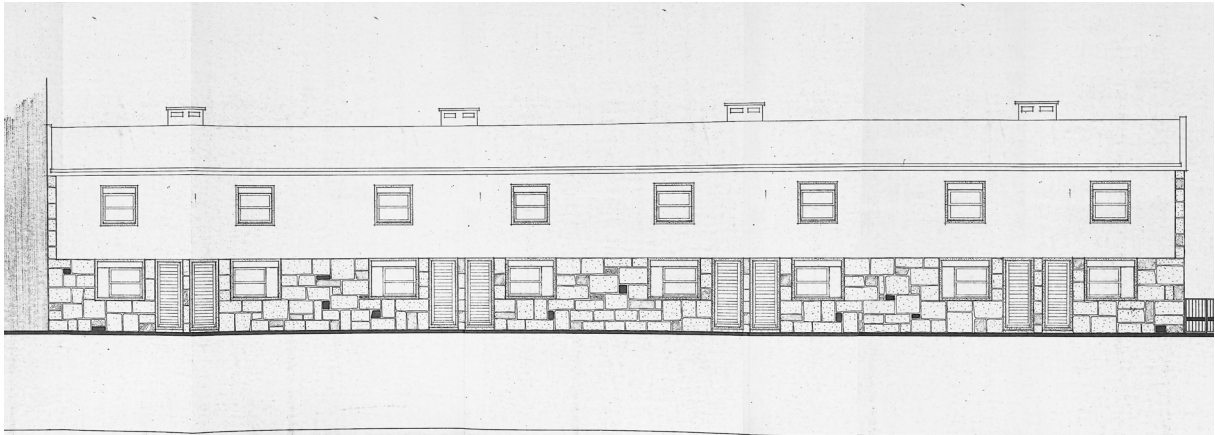


Fig. 79 - Alçado principal do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago.

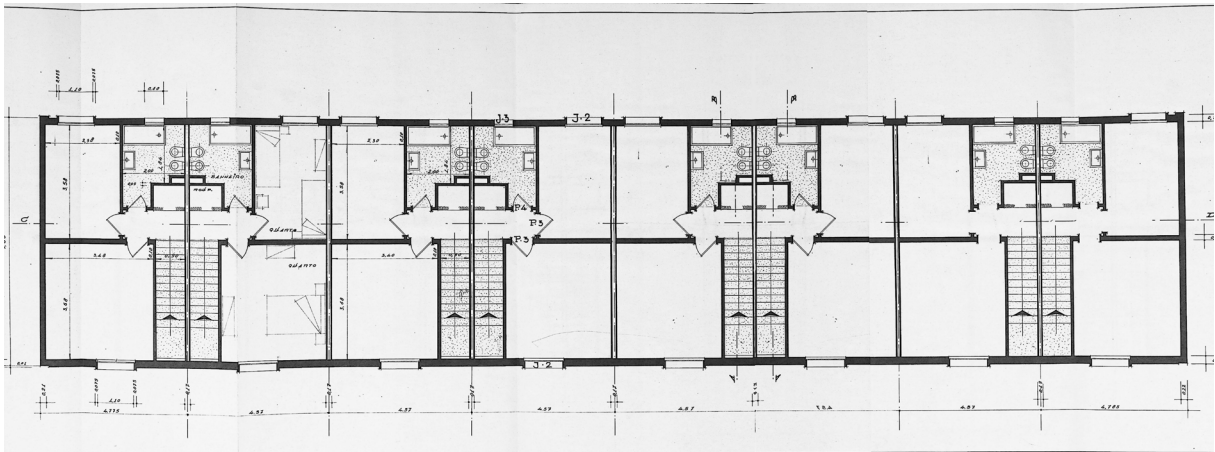


Fig. 80 - Planta do piso 1 do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago.

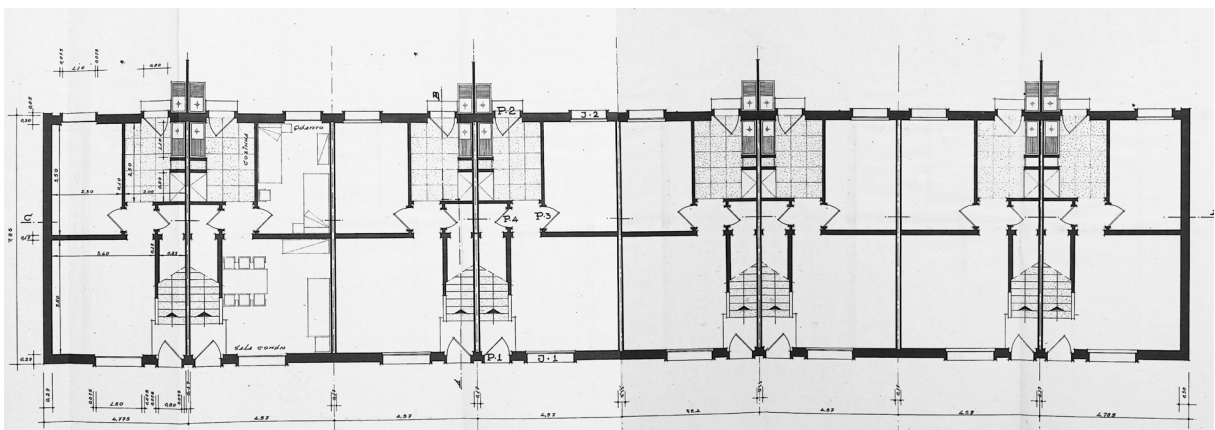


Fig. 81 - Planta do rés-do-chão do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago.



4.6. BAIRRO DOS BENFEITORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA



Fig. 83 - Desenho do autor com destaque para o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.

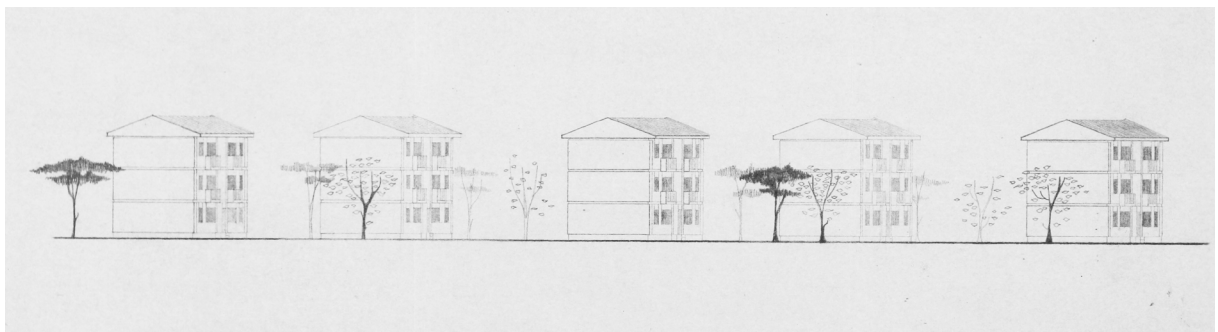


Fig. 84 - Alçado da Avenida do Atlântico do projeto para o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.



Fig. 85 e 86 - Vistas atuais do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.

Simultaneamente aos anteriores conjuntos habitacionais analisados, surge o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia, um bairro mandado edificar por essa mesma organização em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, na década de 1960, depois da demolição de uma série de prédios, pertencentes à Santa Casa, para a construção de um novo mercado municipal para Viana do Castelo, que se localizaria entre o Largo das Almas e a Rua de Martim Velho¹⁰². Com isto, a Câmara Municipal viu-se obrigada a disponibilizar terrenos para a construção de habitações que pudessem abrigar os inquilinos que à altura residiam nesses prédios.¹⁰³ É aqui que a Santa Casa interfere e propõe a construção de um bairro de habitações económicas para alojar esses moradores, bairro este que se viria a implantar no topo nascente da Avenida do Atlântico, junto à então Escola Técnica de Monserrate, como se pode verificar na figura 83.

À semelhança do Bairro da Previdência, abordado anteriormente, a sua composição também transmite alguns princípios da Carta de Atenas, como a disposição dos blocos habitacionais transversalmente à Avenida do Atlântico, que se contrapõe ao conceito rua-corredor e, ainda, o afastamento cuidado entre eles, propício a uma incidência solar igualmente distribuída por todos os fogos, o que permite, simultaneamente, uma melhor interação com o espaço público envolvente.

Já Walter Gropius no CIAM de Bruxelas, numa conferência intitulada “*Edificação baixa, média ou alta*” aborda o tema da densidade da habitação, através de uma representação gráfica equacionando vários fenómenos para uma composição equilibrada e uma incidência solar apropriada, desde a altura dos próprios edifícios à distância entre eles, questões bem patentes no cuidado visível na composição deste projeto.¹⁰⁴

Este bairro de habitações económicas, datado de 1968¹⁰⁵, foi assinado pelo Gabinete de

102 A Santa Casa aceitou vender 14 prédios que ali possuía para a construção do novo mercado por parte da Câmara Municipal, o que lhes obrigava a arranjar alternativa para alojar as famílias que ali habitavam. A Câmara já pretendia a realocação de mercado desde 1952, pois as suas instalações encontravam-se em péssimas condições por falta de obras de conservação durante anos. Segundo Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: pensar/fazer cidade: o processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, p. 82. Tese de Mestrado (Ed. policopiada).

103 Barreto, R. (2003). *Viana do Castelo: pensar/fazer cidade : o processo urbanístico na segunda metade do século XX*. FLUP, p. 82. Tese de Mestrado (Ed. policopiada).

104 Martí Arís, C. e Alegre, L. (1991). *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*. Edicions UPC, p.37.

105 *Idem, ibidem*, p.83.

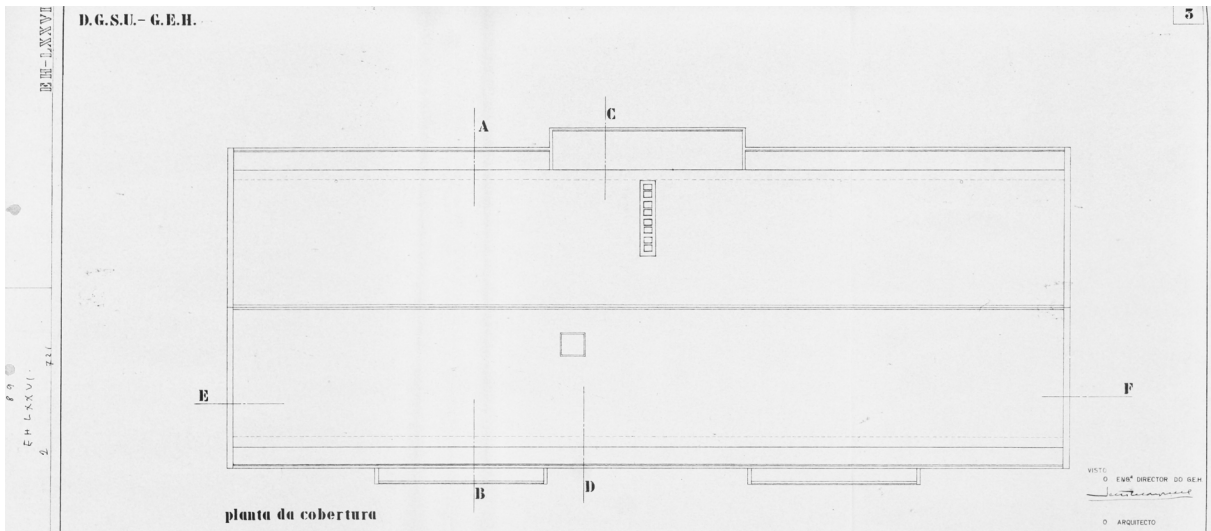


Fig. 87 - Planta de cobertura do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.

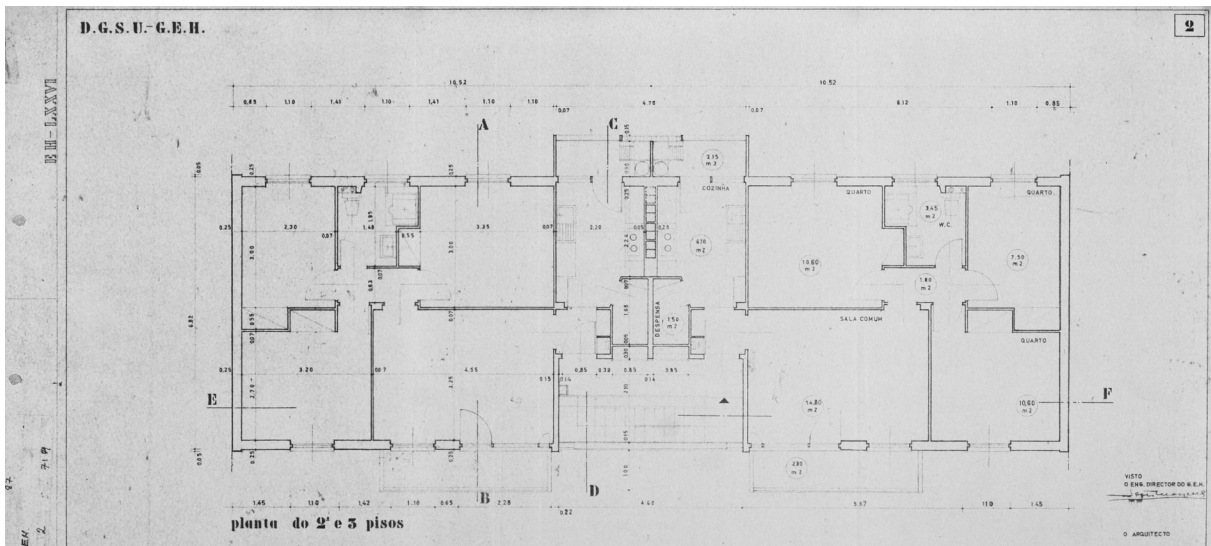


Fig. 88 - Planta dos pisos 1 e 2 do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.

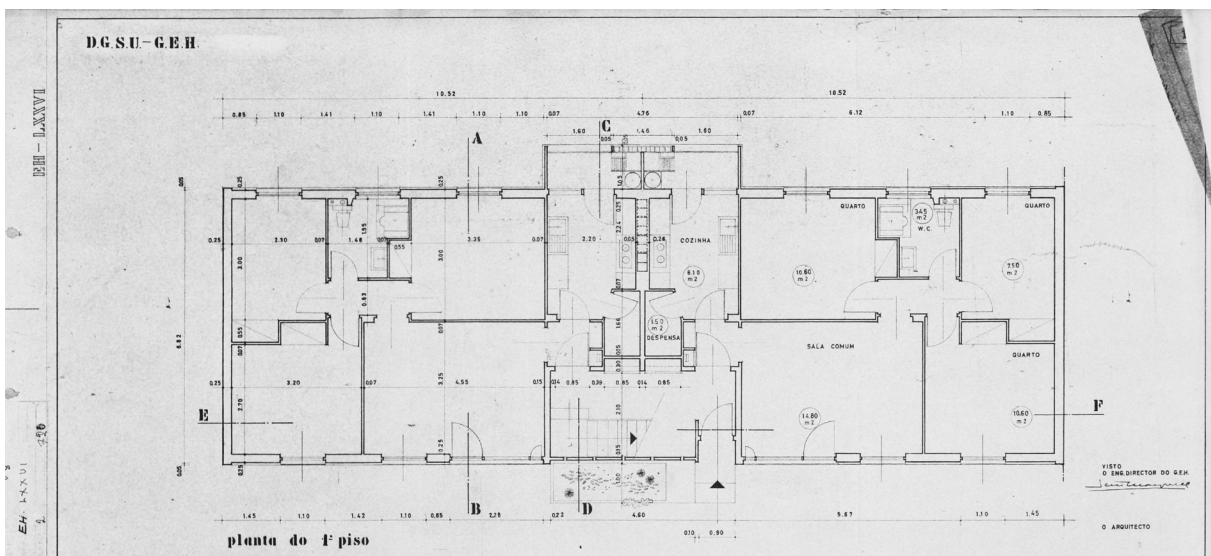
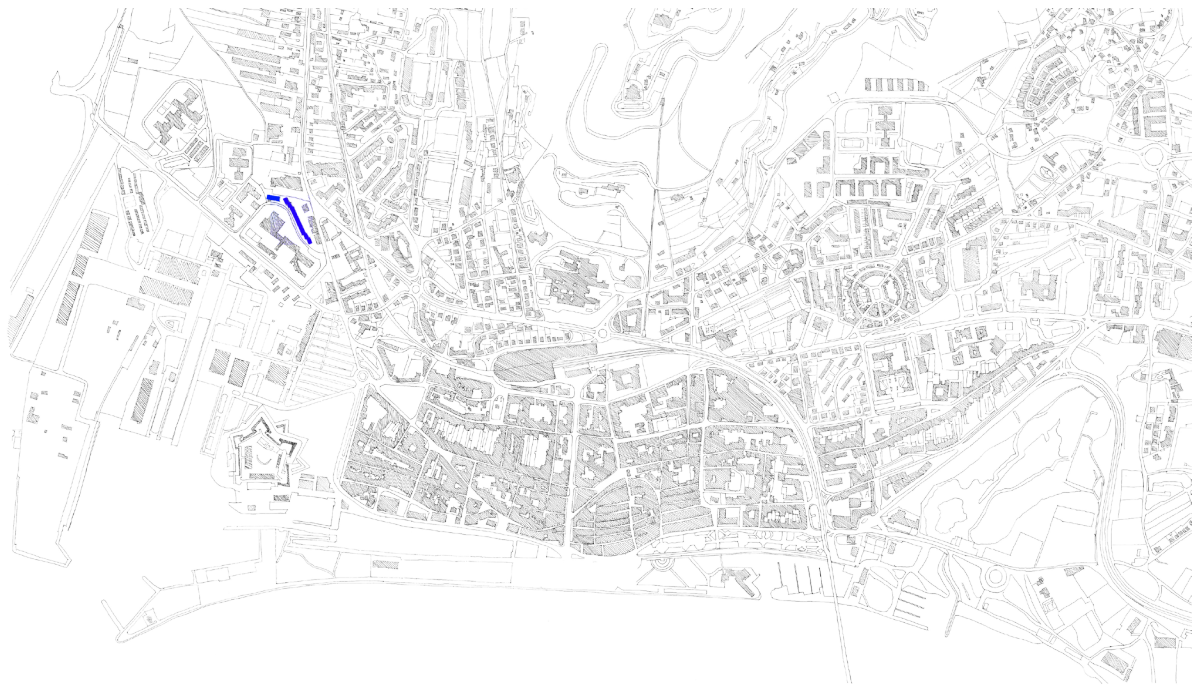


Fig. 89 - Planta do rés-do-chão do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia.

Estudos de Habitação da Direção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU/GEM), sendo os desenhos finais acertados pelo engenheiro Julio José Netto Marques, segundo a memória descritiva do projeto. Sob o aspeto arquitetónico são habitações de grande simplicidade e de construção económica, mas não isentas de singela beleza e equilíbrio, presenteando a cidade com um total de 30 fogos igualmente divididos em 5 blocos de habitação coletiva de 3 pisos. De mencionar que a disposição do conjunto através de um diálogo entre cheios e vazios, espaços ajardinados e percursos pedonais era propícia a um espaço público qualificado. O Engenheiro Civil José Torres Magalhães ficou responsável pelo desenho urbanístico adjacente à conclusão do bairro em 1968.¹⁰⁶

Atualmente ainda se encontra praticamente intacto servindo o seu propósito, apenas com umas remodelações nos espaços exteriores proporcionadas pelos planos de urbanização que foram decorrendo ao longo dos anos.

106 Segundo a memória descritiva do plano de urbanização presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo, intitulada: *“Urbanização do bairro de casas para famílias pobres na zona da Escola Técnica de Viana do Castelo”*.



4.7. BAIRRO DA SOCOMINA

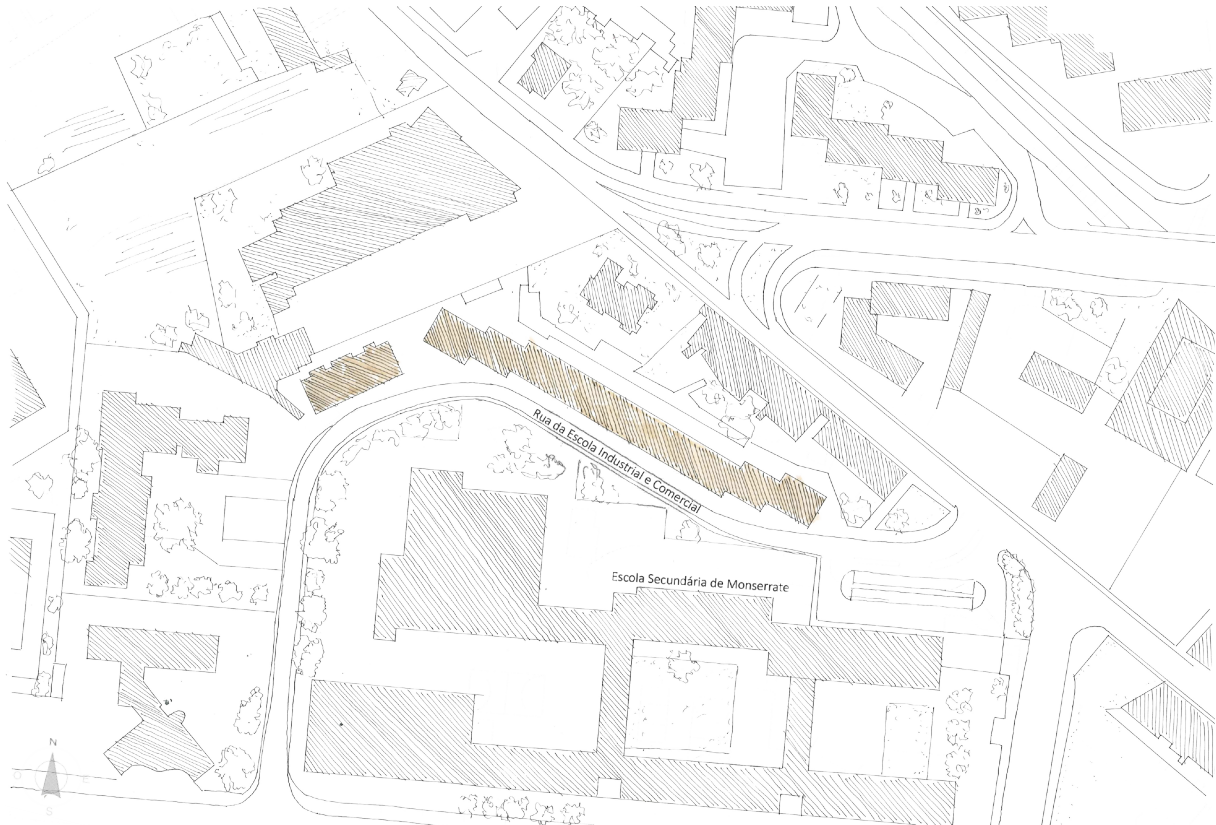


Fig. 91 - Desenho do autor com destaque para o Bairro da Socomina.



Fig. 94 - Vista do Bairro Dr. Luís Cunha Nogueira em Ponte de Lima.

Fig. 92 e 93 - Fotografias atuais do Bairro da Socomina.

O bairro que se segue, popularmente denominado Bairro da Socomina, localiza-se a poente da cidade de Viana do Castelo, perto do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia e adjacente à Escola Secundária de Monserrate, como se pode verificar na figura 91, local escolhido por grande parte do terreno já pertencer ao Município de Viana do Castelo¹⁰⁷.

“A escolha do local bem como a iniciativa do empreendimento foi diligenciada pela Câmara Municipal, tendo em vista a necessidade verificada de fogos para a instalação de famílias muito carenciadas daquela zona.”¹⁰⁸

O projeto do Bairro da Socomina, datado de 1975, logo após a queda do Estado Novo, foi participado pelo Fundo de Fomento à Habitação e teve como autor o arquiteto Arnaldo Barbosa, que se graduou na Escola de Belas Artes do Porto, em 1973, e trabalhou para o FFH entre 1974 e 1984.¹⁰⁹

O Fundo de Fomento da Habitação foi criado a 28 de Maio de 1969, através do Decreto-Lei nº 49033, com o intuito de apresentar medidas para combater o problema habitacional da população não beneficiada pelas Caixas de Previdência. Durante a década de 1970 este organismo teve um papel importantíssimo construindo perto de 400 bairros por todo o país.¹¹⁰ Os seus principais objetivos eram alojar as famílias mais carenciadas, apoiar o programa da Comissão de Apoio aos Retornados (que depois de 1974, com a independência das colónias portuguesas, veio a agravar o problema da habitação) e facilitar o realojamento de famílias que perderam os seus abrigos através de fenómenos como inundações, incêndios, sismos, entre outros.

Em 1982 o Fundo de Fomento à Habitação extingue-se¹¹¹ e só cinco anos mais tarde as suas propriedades são transferidas para o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). Por fim, em 2007, com a criação do Instituto de Habitação e

107 Apenas foi necessária a aquisição de alguns terrenos para possibilitar a construção da totalidade do bairro, segundo a memória descritiva do projeto.

108 Memória descritiva do projeto.

109 Pimentelbarbosa.com. (2016). Arquiteto - Arnaldo Pimentel Barbosa. [online] Disponível em: <http://www.pimentelbarbosa.com/> [Acedido a 31 de Ago. 2016].

110 Marques, L. e Ferreira, T. (2011). *Atlas de Património: Conjunto Habitacionais/ Bairros IHRU*. Sacavém: IHRU, p. 5.

111 Pelo Decreto-Lei nº 214/82.

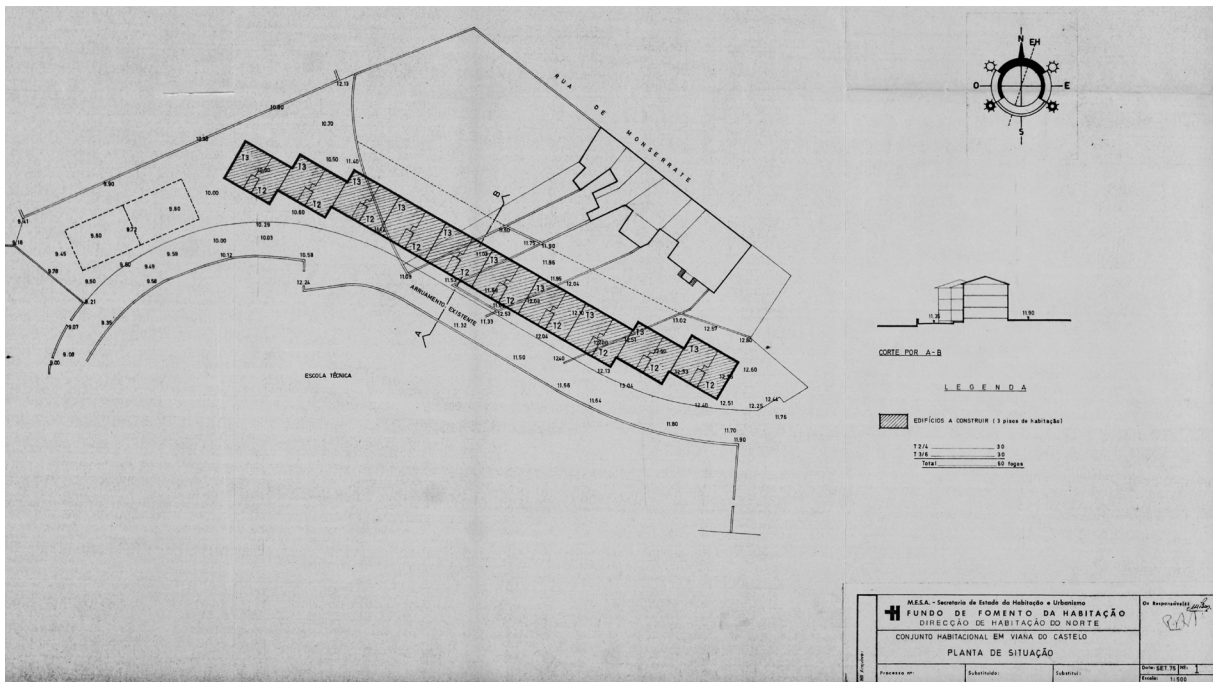


Fig. 95 - Planta de implantação do Bairro da Socomina.

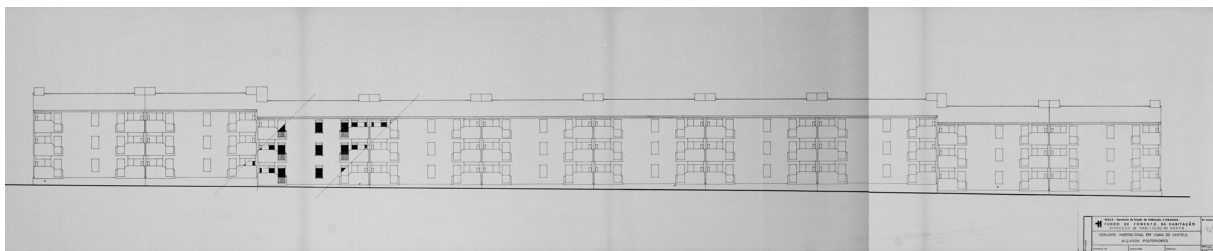


Fig. 96 - Alçado tardoz do Bairro da Socomina.

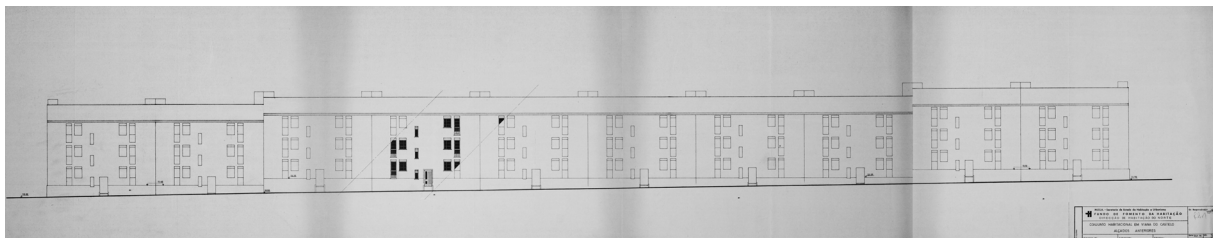


Fig. 97 - Alçado principal do Bairro da Socomina.

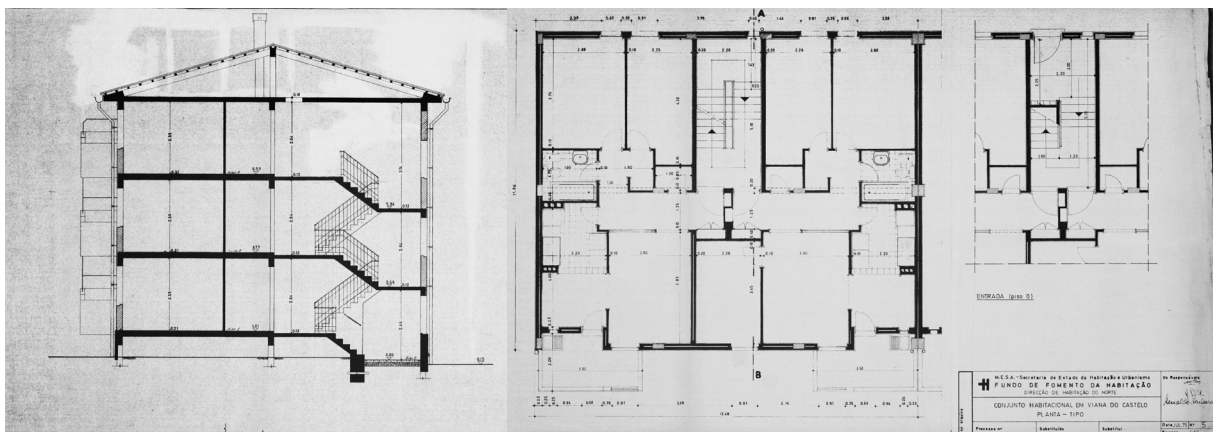


Fig. 98 - Corte e planta tipo do Bairro da Socomina.

da Reabilitação Urbana (IHRU) pelo Decreto-Lei 223/2007, os 136 conjuntos habitacionais, dos 450 construídos originalmente são transferidos para este novo organismo permanecendo até aos dias de hoje em sua posse, entre os quais se encontra o Bairro da Socomina.

Assim, com esta grande quantidade de bairros construídos a cargo do FFH num pequeno intervalo de tempo foi difícil evitar um estereótipo para os seus projetos, daí existirem linguagens semelhantes entre os muitos bairros do país edificados por esta organização. No caso do Bairro da Socomina conseguimos encontrar pelo menos dois que apresentam uma semelhança inequívoca, são eles o Bairro Pinto Balsemão, também denominado Bairro Azul, em Mirandela, e o Bairro Dr. Luís Cunha Nogueira, em Ponte de Lima, como se pode verificar na figura 94.

“Apesar de o projeto base ser o mesmo, os três bairros apresentam algumas diferenças entre si, destacando-se a caixa das escadas do bairro Pinto Balsemão, com vãos envidraçados virados para a fachada principal. Nos outros dois bairros a caixa das escadas é cega.”¹¹²

O Bairro da Socomina disponibiliza, portanto, à população vianense um total de 60 fogos, 30 T2 e 30 T3, distribuídos por 10 edifícios iguais, em banda, de três pisos de altura, dispostos ao longo da Rua da Escola Industrial e Comercial. Os edifícios são de acesso vertical e funcionam num sistema de esquerdo-direito, tendo dois fogos por piso. Simultaneamente, a fachada de tardoz apresenta varandas para as salas, ao contrário da fachada principal que não apresenta qualquer elemento saliente.

É de notar, como se pode verificar na figura 95, que o projeto inicial dá uma indicação para a possibilidade de se implantarem mais dois edifícios separados do resto da composição porém agregados entre si. Apesar de não fazerem parte do projeto inicial estes 12 fogos extra acabam por ser construídos exatamente com o mesmo traçado arquitetónico dos anteriores, apresentando atualmente o Bairro da Socomina um total de 72 fogos.

112 Marques, L. e Ferreira, T. (2011). *Atlas de Património: Conjunto Habitacionais/ Bairros IHRU*. Sacavém: IHRU, p. 12.



4.8. BAIRROS DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
ECONÓMICA CAPITÃES DE ABRIL

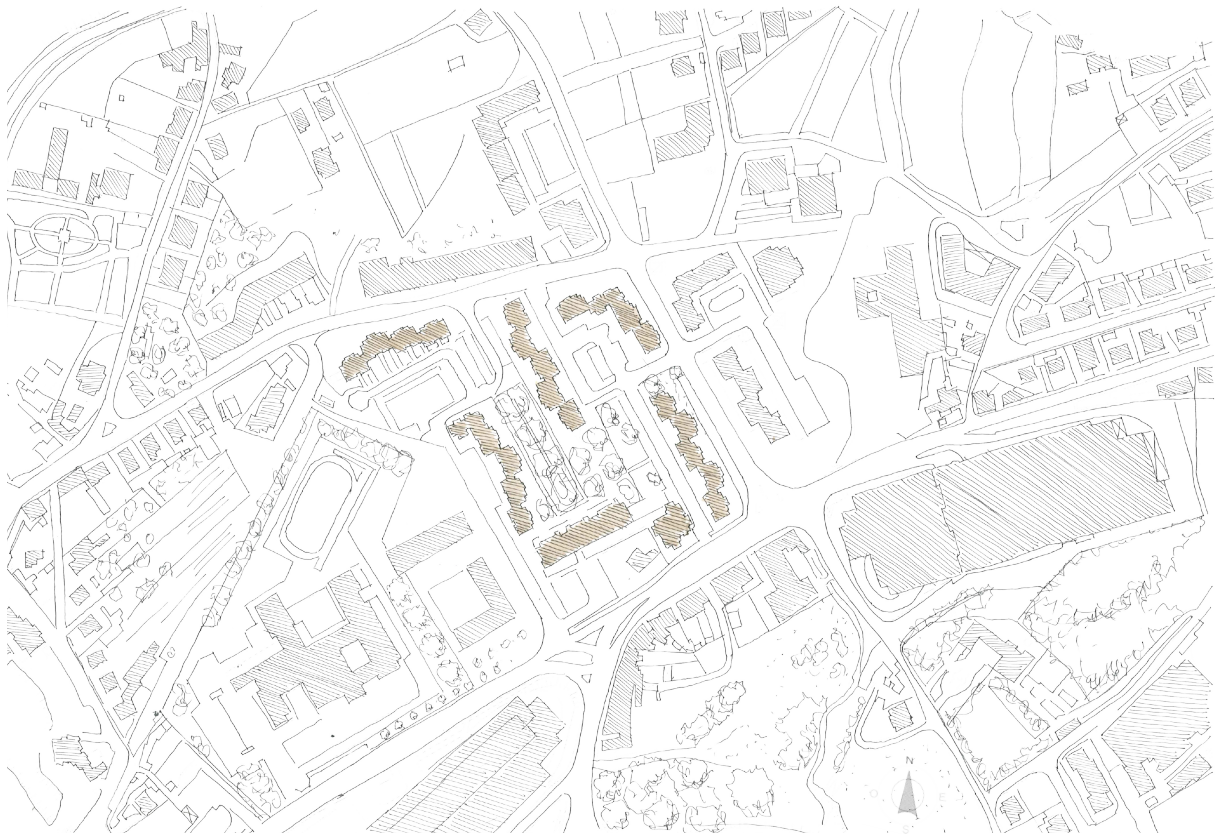


Fig. 100 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo.



Fig. 101 e 102 - Vistas atuais do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente.

As Cooperativas de Habitação começaram a ter um papel importante no combate ao problema da habitação a partir da queda do Estado Novo, devido às perspetivas de crescimento e desenvolvimento até aí inexistentes, embora, elas já existissem há bastante tempo, vigorando desde o século XIX¹¹³. O enorme défice habitacional e a má qualidade da habitação existente foi determinante para a constituição de um elevado número de cooperativas do ramo habitacional por todo o país¹¹⁴. Este fenómeno do cooperativismo habitacional dividiu-se em duas fases; numa primeira, logo após o 25 de Abril, com o surgir de Associações e Comissões de Moradores do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local)¹¹⁵; enquanto numa segunda fase surgem as Cooperativas de Habitação Económica, formadas essencialmente entre 1976 e 1978, e tendo a FENACHE (Federação Nacional de Habitação Económica) como estrutura de apoio e de enquadramento deste tipo de cooperativas.

“Desde o período inicial de aprendizagem, constituição e instalação de cooperativas, passando pelos momentos mais conturbados e difíceis da vida do país resultante da evolução do processo democrático iniciado com o 25 de Abril, que as cooperativas prestam à sociedade um importante e indispensável papel na promoção de habitações para os seus membros, constituindo a única alternativa, a viável para largas franjas populacionais carecidas de alojamento e prestando uma intensa atividade económica e social digna do maior apreço.”¹¹⁶

É dentro deste panorama que se enquadram os dois bairros da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril, que vieram colmatar os problemas da habitação com gestos de maior amplitude. Como já se vinha a discutir nas décadas anteriores, a construção em altura apresentava-se como a resposta adequada às necessidades patentes, e estes dois bairros espelham perfeitamente essa filosofia, sendo os primeiros, descritos nesta dissertação, a ultrapassarem os 3 pisos de altura. De mencionar, que estes empreendimentos da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril em Viana do Castelo foram financiados, sobretudo, pelo antigo FFH, extinto em 1982, e pelo INH, que veio substituí-lo dois anos mais tarde.

113 Onde funcionavam, sobretudo, como Caixas de Crédito Imobiliário onde *“os sócios se quotizavam mensalmente até atingirem um valor limite da respetiva classe de construção, altura em que adquiriam o direito a construir a sua habitação em terrenos próprios e dispersos”* in *Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991)*. (1992). Porto: FENACHE, p. 19.

114 Contabilizaram-se cerca de 250 novas cooperativas até ao final da década de 1970.

115 Algumas delas transformaram-se, mais tarde, em Cooperativas de Habitação, apoiadas pelo Fundo de Fomento da Habitação.

116 *Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991)*. (1992). Porto: FENACHE, p. 15.

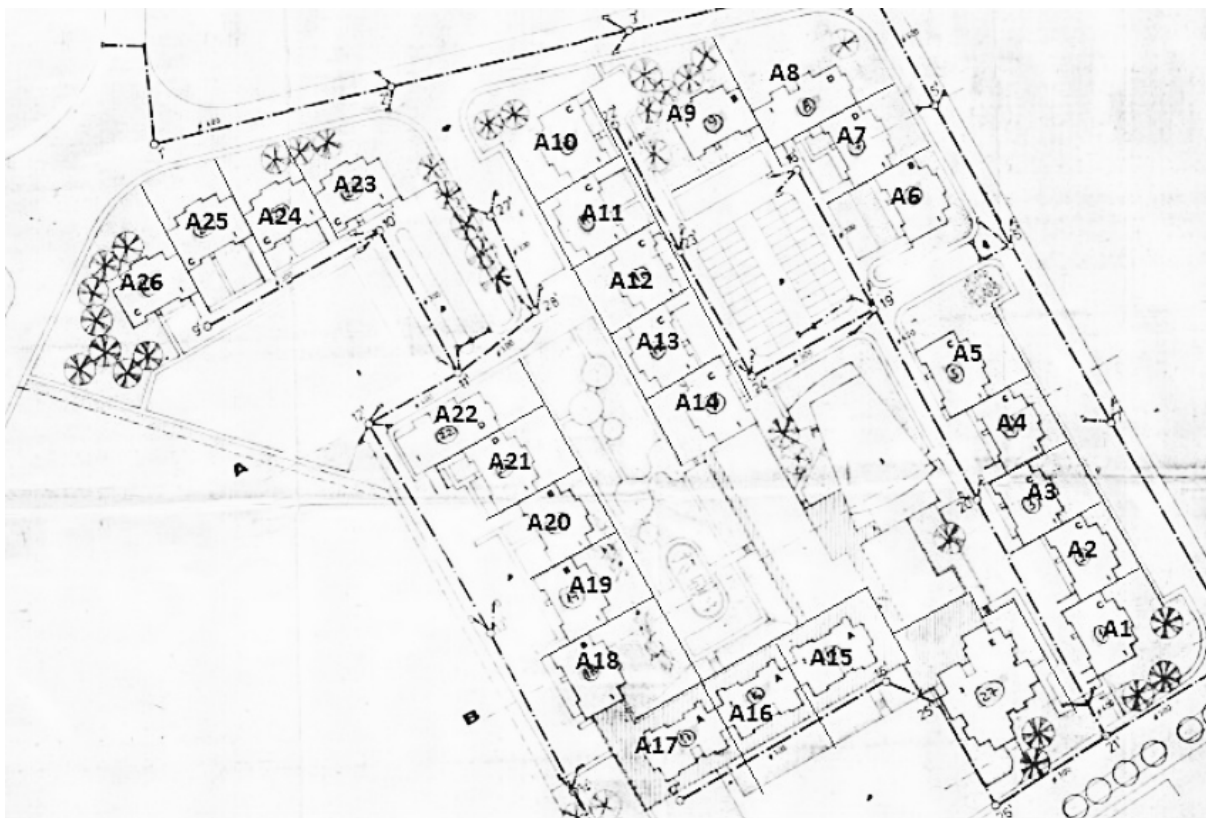


Fig. 103 - Planta de implantação do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo.

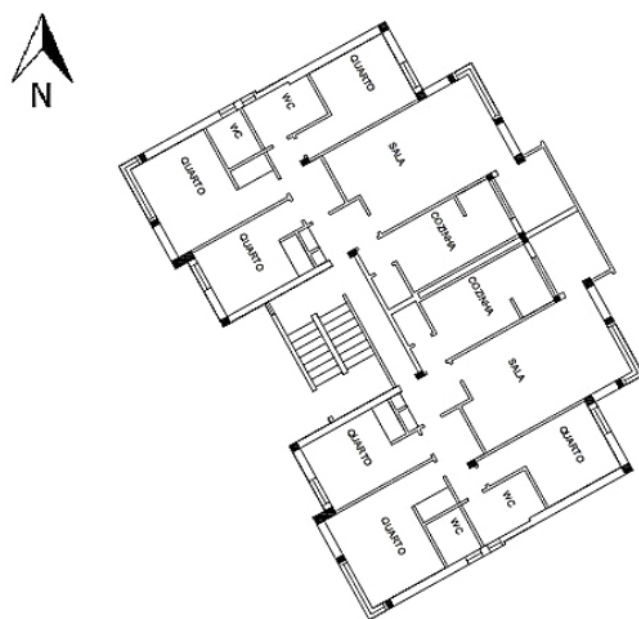


Fig. 104 - Planta de um piso tipo com identificação dos elementos construtivos do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo.

4.8.1. Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril – S. Vicente

Este bairro económico implanta-se sobre um terreno ligeiramente inclinado, junto à entrada nascente da cidade de Viana do Castelo, como se pode verificar na figura 100. O projeto, datado de 1984, é da autoria do arquiteto Couto Jorge e apresenta um total de 242 fogos¹¹⁷ divididos em duas fases de construção. A primeira fase é destinada à construção de habitação multifamiliar e comércio, contabilizando apenas 58 fogos, enquanto a segunda se concentra na construção de habitação multifamiliar, apresentando um total de 184 fogos.¹¹⁸ Curiosamente, estas duas fases de construção são facilmente detetáveis no local, porque apesar de terem os mesmos traçados arquitetónicos e a mesma organização compositiva, as suas fachadas apresentam cores de tonalidades diferentes, como se pode observar nas figuras 101 e 102.

A primeira fase de construção corresponde ao edificado mais próximo da rua de S. Vicente (N202), acolhendo os edifícios 15, 16 e 17 e a torre 27, de acordo com a figura 103. Os blocos 15, 16 e 17, adjacentes entre si, partilham um rés-do-chão comercial e uma cave destinada a garagens. Nos três pisos superiores desenvolve-se um sistema vertical múltiplo esquerdo-direito, sendo cada piso formado por um T3 e um T4. A torre, paralelamente aos blocos anteriores, apresenta uma cave para garagem e um rés-do-chão destinado a comércio; no entanto, acima desses elevam-se dez pisos destinados a habitação, num sistema vertical múltiplo com quatro apartamentos por piso, um T2 e três T3.

A segunda fase de construção é formada, essencialmente, por blocos habitacionais de quatro pisos com garagem subterrânea, apresentando um sistema vertical múltiplo onde se encontram dois apartamentos de tipologia T3 por piso.¹¹⁹ A composição do bairro corresponde a uma organização relativamente simples, onde se percebe o cuidado no tratamento e qualificação do espaço público adjacente, contrariando a dimensão do conjunto e aproximando-o à filosofia *bairrista*, facilmente perceptível em bairros de menor densidade. Observa-se, para além dos espaços verdes qualificados, o desenho de uma área desportiva e de um parque de lazer.

117 *Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991)*. (1992). Porto: FENACHE, p. 64.

118 Caló, M. (2007). *Viana do Castelo: um percurso pela modernidade*. Porto: FAUP. Tese de Licenciatura (ed. policopiada).

119 Borges, N. (2013). *Reabilitação de edifícios recentes para atingir edifícios com necessidades quase nulas de energia - Contribuição para edifícios sustentáveis*. Braga: Universidade do Minho, p. 40. Tese de Mestrado (ed. policopiada).



Fig. 105 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira, em Viana do Castelo.

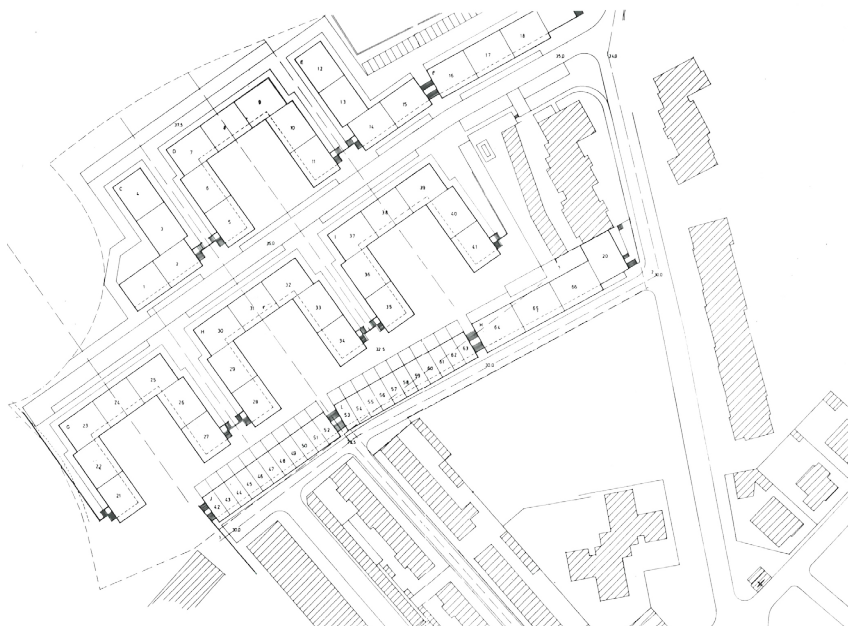


Fig. 106 - Planta de implantação do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira, em Viana do Castelo.



Fig. 107 e 108 - Vistas do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira.

4.8.2. Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril – Abelheira

Este bairro de habitação económica está implantado na zona da Abelheira, junto à encosta do Monte de Santa Luzia que o protege dos ventos norte, ocupando uma vasta área de pendente suave onde se dispõem uma série de blocos de habitação multifamiliar. O projeto é da autoria dos arquitetos Alfredo Matos Ferreira e António Madureira, que, curiosamente, já exerceram a profissão de docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.¹²⁰

O bairro em questão é composto por cerca de 300 fogos, distribuídos por 43 edifícios de 4 pisos que funcionam em sistema vertical múltiplo, direito-esquerdo. Para além disso existem mais 22 fogos de acesso direto em sistema duplex, como se pode verificar na zona sul na figura 106. Numa análise à composição urbanística do bairro percebe-se a preocupação dominante da criação de espaços exteriores capazes de estimular a vivência coletiva, daí as galerias, os pátios em U, os percursos pedonais, entre outros.

“(…) Quando o transeunte atravessa o Bairro a passo uniforme, os cenários surgem como uma sucessão de surpresas e revelações visuais. A progressão vai sendo pontuada por contrastes que dão grande impacto visual e vida personalizada a qualquer percurso que se efetue. Mínimos desvios ao alinhamento revelam variações nas saliências e reentrâncias, que planeadas em projeto e não totalmente dominadas, assumem um efeito dramático na terceira dimensão.”¹²¹

A rua que atravessa o bairro é, claramente, o local perfeito para perceber todas essas intenções, mesmo apesar de a imagem inicial pretendida ser rapidamente absorvida, consegue-se através da mobilidade compreender os contrastes, as reentrâncias, as palas, as escadarias, as diferenças de cota, a marcação das entradas, os recortes de cor permitidos pelos materiais de revestimento, o ritmo das janelas, a alternância entre galerias e espaços abertos, a vegetação, entre outros. É através de todos estes gestos que os arquitetos pretendem aproximar os habitantes do bairro, convidando-os à vivência pública e às relações pessoais.

120 Madureira, A. e Ferreira, A. (1999). *Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril*. ARCHITECTI REVISTA, nº 14, p. 73.

121 Chaves, M. (1999). *A Paisagem Urbana Moderna* in Madureira, A. e Ferreira, A. (1999). *Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril*. ARCHITECTI REVISTA, nº 14, p. 85.

5. CONCLUSÃO



Fig. 109 - Desenhos conjecturais do autor para a compreensão da evolução do Centro Histórico de Viana do Castelo.

A investigação desenvolvida permite afirmar que se assistiu, em especial, nos últimos dois séculos a uma sequência de metamorfoses urbanas, uma permanente expansão das áreas edificadas, que dificultou o planeamento e a organização das cidades, dando lugar a uma incessante batalha entre, o que muitos consideram, a ordem e a desordem, a harmonia e o caos urbano.

O aumento da população urbana, numa fase inicial, fez crescer as cidades para além das muralhas protetoras, que já se tornavam sufocantes e limitadoras. Assim, em Viana do Castelo, a primeira fase de expansão é facilitada pelo surto de desenvolvimento económico decorrente da dinâmica portuária, dando-se o preenchimento dos espaços livres em redor das muralhas e lançando-se as primeiras linhas de expansão. Esse crescimento fica, ao fim de alguns anos, delimitado por um anel periférico formado por conventos religiosos, uma barreira fictícia que, no século XIX, viria a ser substituída por uma barreira física: a linha ferroviária.

Todavia, é importante mencionar o impacto que a Revolução Industrial tem sobre as cidades. Para além da proliferação das indústrias e do conseqüente incremento de população junto dos grandes centros, dando origem a uma cidade industrializada ou com marcas de industrialização, torna-se interessante perceber a mutação radical que a mobilidade do indivíduo sofre:

*“Enquanto que anteriormente as deslocações representavam um processo laborioso e lento, hoje reduzem-se ao aborrecimento de entrar e sair dos transportes”.*¹²²

Vários foram os fenómenos que contribuíram para diminuir o atrito territorial, desde a banalização do uso do automóvel, da evolução dos transportes públicos, até à modernização das infraestruturas viárias, prescindindo-se, conseqüentemente, da proximidade ou da aglomeração física como pré-condições da intensificação de relações e da disposição dos centros urbanos.¹²³

*“As estradas e os automóveis mudaram, definitivamente, as paisagens e as vivências urbanas. A cidade como artefacto denso, limitado (ou limitável) e contínuo, deu lugar à urbanização de territórios extensos, desigualmente construídos, e dificilmente referenciáveis.”*¹²⁴

122 *Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991)*. (1992). Porto: FENACHE, p. 72.

123 Domingues, A. (2008). *“Urbanização Extensiva – uma nova escala para o planeamento”* CITTA 1st Annual Conference on Planning Research, Porto: FEUP, p. 7.

124 Domingues, A. (2006). *Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum, p. 335.



Fig. 110 - Desenhos do autor para a compreensão da evolução da malha urbana de Viana do Castelo.

Em Viana do Castelo, assim como no resto do país, estas metamorfoses foram tardias relativamente à restante Europa, tendo atuado, acima de tudo, a partir do século XX. Estas movimentações foram responsáveis pelo aumento das migrações internas, que viriam a agravar o problema habitacional junto dos grandes centros.¹²⁵ É a partir destas condições que o Estado estabelece o início da produção de habitação em território português, assunto central desta dissertação.

A habitação de promoção pública concretizada em Viana do Castelo dispõe-se, normalmente, em conjuntos residenciais e urbanos, bairros, que surgem na sua maioria durante as décadas de vigência do Estado Novo. Curiosamente, todos eles são destinados a grupos da população que se associam em função de uma lógica de carácter socioprofissional ou de natureza laboral, como por exemplo, o bairro operário do jardim – Bairro do Jardim –, o bairro para os trabalhadores da CP – Bairro da CP –, o bairro para os funcionários da Previdência – Bairro da Previdência –, o bairro para a classe piscatória – Bairro dos Pescadores –, entre outros.

Posto isto, é relevante afirmar que a promoção pública de habitação desempenhou um papel importante na expansão da malha urbana das cidades, especialmente a partir da entrada do Estado Novo. No caso de Viana do Castelo, a localização periférica destes investimentos estatais foram induzindo e criando novos eixos de expansão urbana, ou seja, a construção dos diversos bairros iam dinamizando as áreas sobre as quais se inseriam, impulsionando uma implantação contínua de novos serviços e, conseqüentemente, de novas habitações, muitas vezes concretizando ou deixando indicações para a implementação de estratégias de ocupação do território implícitas em instrumentos de planeamento anteriores, que o Estado teria dificuldade em concretizar de forma extensiva.

Assim, pode-se concluir que a abordagem dos programas de promoção de habitação combinada com as primeiras preocupações de planeamento urbano, do novo regime, têm grande impacto sobre as cidades, concentrando-se, fundamentalmente, nos seus limites, com o intuito de ocupar áreas disponíveis e lançar as linhas essenciais para o futuro das mesmas. Apesar disso, não era fácil controlar a complexidade dos ritmos de crescimento dos aglomerados urbanos, provocada em grande parte pela “*desordem*” da edificação de iniciativa privada.

125 Domingues, A. (2006). *Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum, p. 362.

Deste modo, o Programa das Casas Económicas, o Programa das Casas de Renda Económica, entre outros, atuaram em território português procurando resolver a carência de habitação que se vinha a sentir no país. Pela primeira vez, o Estado assume a responsabilidade de produção de habitação de apoio a famílias carenciadas e insere estas iniciativas em planos de urbanização, tornando estes bairros, muitas vezes, o impulso necessário para o avançar de alguns desígnios dos próprios planos. Portanto, pode-se afirmar que se compreendia, realmente, a capacidade do projeto para implementar no território determinadas diretrizes de planeamento, condicionando dessa forma a expansão futura.

Viana do Castelo não é exceção a estes acontecimentos, como já demonstrado, visto que a partir da década de 1930 vários são os bairros implantados nas periferias da cidade que proporcionam novas frentes urbanas. *“Casualidade ou não, as intervenções fora das supracitadas “muralhas de ferro”, constituem o primórdio dos planos urbanísticos para a cidade de Viana do Castelo”*¹²⁶.

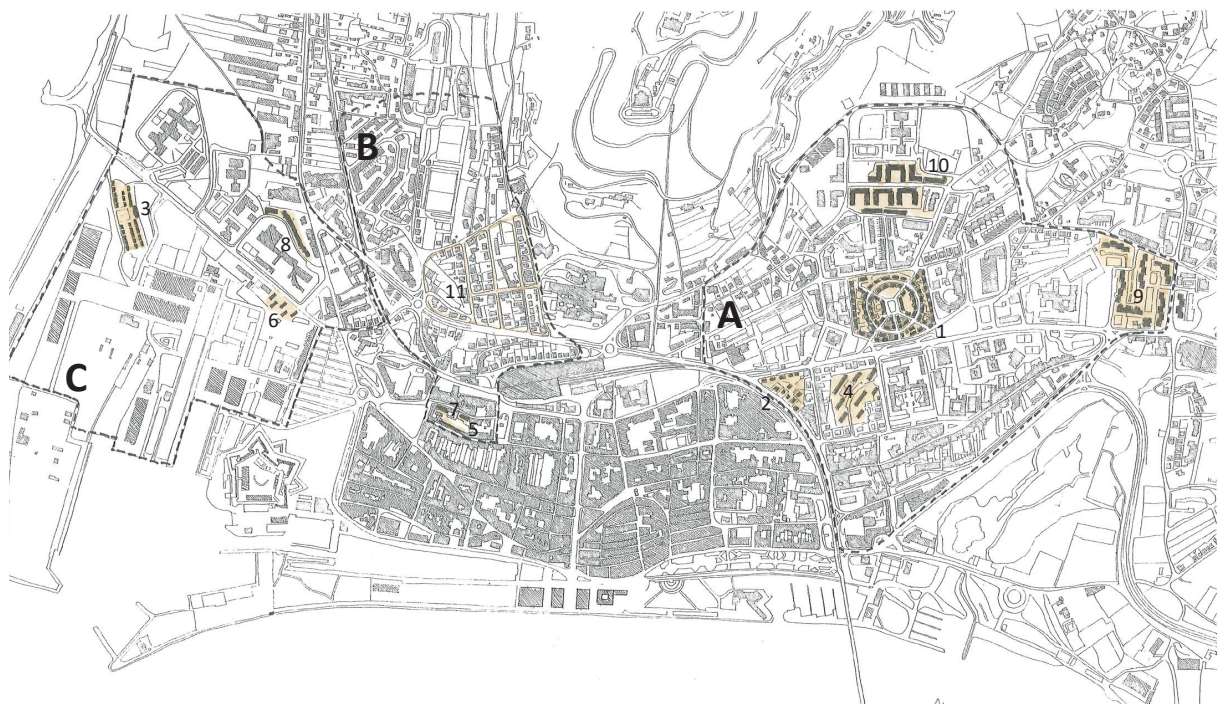
Destaca-se, portanto, a ideia de expansão da cidade para além do *“anel ferroviário”* surgindo planos urbanísticos como o Bairro da Bandeira (ver página 61) e o Bairro das Ursulinas (ver página 57), que tentam controlar estes desenvolvimentos. De facto, o exemplo perfeito do paralelismo entre os projetos (e a concretização) de bairros e os planos urbanísticos, em Viana do Castelo, é o Bairro da Previdência, já que representa uma realidade urbana, fiel e conseguida, a partir de um plano inicial mais extenso, intitulado Bairro da Bandeira, da autoria de João de Aguiar, em 1948.

Os bairros concretizados durante o período do Estado Novo baseiam-se em projetos-tipo que se disseminaram pelo país e se aproximavam de modelos de referência internacionais, inseridos no Movimento Moderno, seguindo alguns princípios dos *subúrbios-jardim*, das *Siedlungen* ou, até mesmo, da Carta de Atenas. Relativamente às tipologias de habitação, verificou-se que as mais usadas foram, claramente, o T2 e o T3, caracterizadas por divisões de dimensões bastante reduzidas comparativamente com os padrões da atualidade.

*“Pretendia-se que a casa modernista propiciasse qualidades baseadas nos princípios de conforto, solidez, beleza e proporção, no essencial”*¹²⁷.

126 Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2016). *Os Bairros do Modernismo Urbano no Planeamento Urbanístico e na Organização dos Equipamentos Sociais da cidade de Viana do Castelo (1911-1974)*. Cadernos Vianenses, Tomo 49(1), p. 205.

127 Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2016). *Os Bairros do Modernismo Urbano no Planeamento*



- 1 - Bairro do Jardim
- 2- Bairro da CP
- 3- Bairro dos Pescadores
- 4- Bairro da Providência
- 5- Bairro Conde de Bertandos
- 6- Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia
- 7- Bairro na rua de S. Tiago
- 8- Bairro da Socomina
- 9- Bairro Cooperativa Capitães de Abril S. Vicente
- 10- Bairro Cooperativa Capitães de Abril Abelheira
- 11- Bairro das Ursulinas

Fig. 111 - As três frentes de expansão da malha urbana de Viana do Castelo que agrupam os bairros em estudo.

Os bairros eram pautados por fachadas simples, de superfícies lisas e limpas de adornos abdicando, desta maneira, dos elementos supérfluos numa filosofia de diminuição de custos. Curiosamente, um dos temas tratados por Ernst May no II CIAM, em 1929, “*o alojamento para o nível mínimo de vida*”. Construir para o maior número a baixos custos obriga a reduzir ao mínimo as áreas de habitação, repartindo o investimento público por uma maior quantidade de habitantes.

Contrariamente, após a queda do Estado Novo, o investimento privado ganha outra dimensão, e os poucos projetos de habitação de promoção pública vão adquirindo outra ordem urbanística, diferenciando-se, sobretudo, na apropriação do solo, através da banalização da construção em altura. Filosofia que já tinha sido inserida no campo habitacional, em território português, pelo Programa das Casas de Renda Económica, apesar de tudo, de forma tímida, nunca ultrapassando os quatro pisos de altura.

Esta época é marcada, essencialmente, por um elevado ritmo de expansão urbana, dominada, sobretudo, pelo investimento de carácter privado, que provocou nas cidades, uma complexidade de realidades urbanas, repleta de ruturas e descontinuidades, impossíveis de controlar e planear.

“A democracia chegou num período de forte instabilidade e crescimento urbano, que possibilitou um rápido aumento do rendimento, do consumo, da procura de melhor alojamento e melhores condições de vida. A consolidação do poder democrático, incluindo a do poder local, fez-se de forma progressiva, tentando construir desde a base, os alicerces da democracia. Em meados da década de 1990 havia meia dúzia de Planos Diretores Municipais aprovados, e uma enorme inexperiência em regular as dinâmicas de urbanização. Não espanta, por isso, que a maior parte da construção tenha nascido sem plano e que, tal como dissemos atrás, muitos planos não tivessem tido poder efetivo de operacionalização.”¹²⁸

Posto isto, parte-se para uma análise das metamorfoses urbanas de Viana do Castelo durante o século XX, com apoio na figura 110. Tendo em conta o contributo dos diferentes bairros de promoção pública, podem-se compreender três frentes de expansão, dependentes e

Urbanístico e na Organização dos Equipamentos Sociais da cidade de Viana do Castelo (1911-1974). Cadernos Vianenses, Tomo 49(1), p. 201.

128 Domingues, A. (2006). *Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum, p. 357.



- | | |
|---|---------------------------------|
| 1- Estaleiros Navais de Viana do Castelo | 11- Shopping Estação Viana |
| 2- Escola Superior de Tecnologia e Gestão | 12- Hospital Municipal |
| 3- Escola Pedro Barbosa | 13- Igreja das Ursulinas |
| 4- Somártis | 14- Cadeia |
| 5- Infantário | 15- Liceu Nacional |
| 6- Escola Secundária de Monserrate | 16- Piscinas Municipais |
| 7- Igreja da Sr ^a . Da Agonia | 17- Edifício dos CTT |
| 8- Lar de Idosos | 18- Escola Superior de Educação |
| 9- Colégio do Minho | 19- Hotel Axis |
| 10- Capela de S. Tiago | 20- Edifício Continente |

Fig. 112 - A alguns equipamentos e serviços edificados nas periferias de Viana do Castelo após a implantação de alguns bairros de promoção pública.

condicionadas, desde sempre, pelos três elementos naturais – o rio, o mar e o monte – que lhe conferiram um traçado único. Estas condicionantes proporcionaram o aparecimento de áreas urbanas periféricas de alguma dimensão, orientadas essencialmente para norte, a Areosa, e para nascente, a Meadela e a Abelheira.

A frente A corresponde ao território a nordeste do núcleo urbano, área onde são implantados, nos primeiros anos do Estado Novo, três bairros que, apesar de terem sido construídos sob a orientação de diferentes planos, conseguem articular-se entre si numa lógica de conjunto. Constroem-se, portanto, novas frentes urbanas através do Bairro do Jardim, do Bairro da CP e do Bairro da Previdência, posicionados estrategicamente de maneira a promover a expansão da cidade nessa direção. Consequentemente a estas abordagens, numa espécie de efeito cascata, vários são os serviços e equipamentos que surgem nesta área, os quais, por sua vez, incentivaram a implantação de um grande número de habitações, essencialmente de promoção privada. Este processo, ao longo de várias décadas densificou e consolidou toda esta área, que transmitia, nos anos de 1920, uma imagem rural e um ambiente agrícola, constituída, na sua essência, por grandes quintas muradas e alguns palacetes. Dentro das intervenções realizadas destacam-se o edifício do grémio, a antiga fábrica das boinas, a prisão, o Liceu Nacional, as piscinas municipais, o edifício dos correios, entre outros.

Nesta mesma área, depois da queda do Estado Novo, foram edificados mais dois bairros, de uma dimensão bem superior aos anteriores, os Bairros de Habitação Económica da Cooperativa Capitães de Abril, em S. Vicente e na Abelheira, que se instalaram, à data de construção, na periferia da cidade. Contribuíram, igualmente, para o incentivo a uma série de construções adjacentes aos próprios bairros, entre elas, a Torre do Liceu, a Escola Superior de Educação do IPVC, o edifício Continente, o Hotel Axis, e, maioritariamente, os conjuntos habitacionais, visto a estas iniciativas se seguir a época mais marcada pelo crescimento exponencial da construção de promoção privada.

Na segunda frente de expansão, assinalada com “B” na figura 109, pode-se encontrar o Bairro das Ursulinas, o Bairro Conde de Bertiandos e o Bairro na Rua de S. Tiago, que contribuíram para o crescimento da cidade para noroeste, ultrapassando o “*anel ferroviário*”. Esta área de expansão envolve as encostas do monte de Santa Luzia e ditou o crescimento que ainda hoje se verifica na direção da freguesia da Areosa. A sua consolidação deveu-se, sobretudo, a

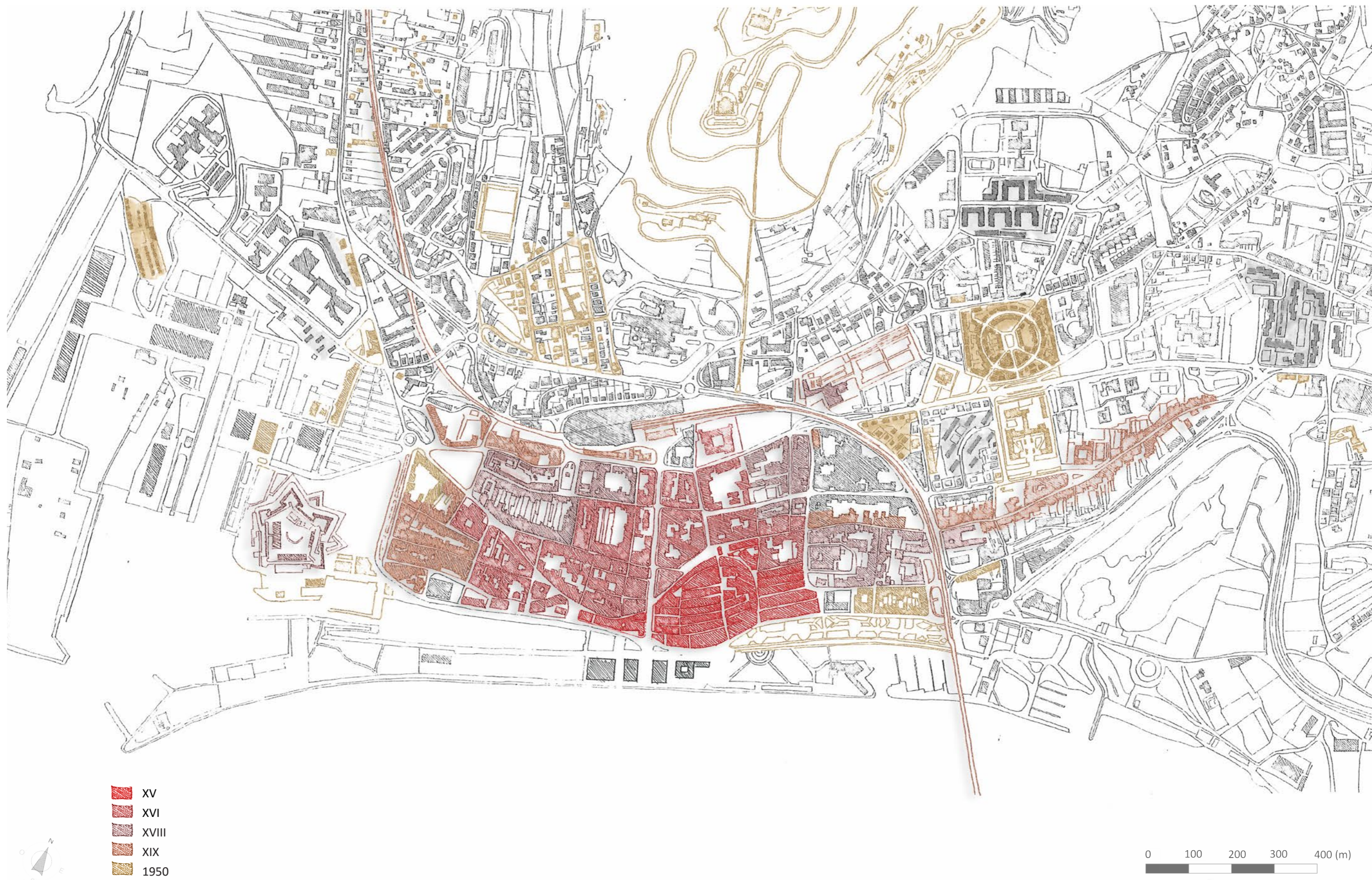


Fig. 113 - Os vários períodos de evolução da cidade.

construções de promoção privada, tendo sido uma zona muito procurada para a implantação de novas habitações após a queda do Estado Novo, como se pode verificar na figura 32. O próprio Bairro das Ursulinas, abordado anteriormente, apenas correspondia a um plano urbanístico que lançava e regulava as linhas fundamentais para o crescimento urbano, sendo as habitações que o compõem de iniciativa não pública.

Contudo, é importante mencionar os equipamentos construídos, após e durante a construção dos bairros, que participaram e incentivaram a expansão da cidade neste sentido. Entre eles encontram-se o Colégio do Minho, a Capela de S. Tiago, a Igreja de S. Domingos, a Igreja das Ursulinas e, mais recentemente, o Lar de idosos, o Hospital Distrital, a Escola Superior de Saúde do IPVC e o Shopping Estação Viana.

A área C, a poente do núcleo urbano, teve como intervenientes o Bairro dos Pescadores, o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia e o Bairro da Socomina que, apesar de serem construídos em décadas distintas, participaram na evolução do conjunto e no incentivo à implantação de novos equipamentos. Apesar disso, esta área é a menos consolidada em termos urbanos atualmente, encontrando-se, ainda, em fase de estruturação, mesmo com a evolução a que se assistiu nos últimos 30 anos. Isto deve-se ao grande investimento em equipamentos, alguns contemporâneos outros posteriores à construção dos bairros, através da implantação de empresas e de indústrias que abrangem uma taxa de cerca de 85% da ocupação do solo. Como exemplo dessas edificações podem-se encontrar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, as escolas de Monserrate e Pedro Barbosa, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPVC, a Igreja da Sr^a. Da Agonia, a Somartis, o Infantário, entre outros.

Concluindo, atualmente, a área A encontra-se mais consolidada que as restantes, tendo os seus limites bem definidos e transferindo esse carácter de expansão para a zona da Meadela. A área B, como referido anteriormente, encontra-se bastante consolidada e em contínua expansão para norte. A área C é, de todas, aquela que ainda está longe da consolidação, existindo ainda muitas estruturas agrícolas e terrenos por ocupar.

Posto isto, com a ajuda da figura 114, pode-se afirmar que estas três áreas tiveram um papel importante no desenvolvimento urbano da cidade de Viana do Castelo. Apesar de se expandirem em direções opostas, permitiram o desenvolvimento da cidade para além



Fig. 114 - As três frentes de expansão da malha urbana de Viana do Castelo, com destaque para os equipamentos e habitações adjacentes aos próprios bairros.

do “*anel ferroviário*” e, simultaneamente, evidenciaram o papel exercido pelos Bairros de promoção pública, que foram pioneiros no desenvolvimento dos territórios disponíveis nas suas periferias e incentivaram, numa espécie de efeito cascata, o crescimento da malha urbana nessas direções.

Neste momento, a promoção pública de habitação, já não é uma necessidade, não existindo carência habitacional que justifique a ação do Estado nos mesmos termos que se têm vindo a discutir. As únicas intervenções que podem acontecer num futuro próximo são as que se referem à recuperação e requalificação das habitações já existentes. Adivinha-se, portanto, que a produção de habitação pelo Estado não irá atingir a importância de outrora na contínua expansão da malha urbana da cidade de Viana do Castelo.

Espera-se que este estudo permita, na medida do possível, contextualizar e facilitar uma posterior investigação sobre a malha urbana de Viana do Castelo, mas, acima de tudo, que facilite o caminho para uma investigação bem mais aprofundada sobre os bairros vianenses que integram esta investigação.

Lista de imagens

Fig. 1 - Uma das muitas infraestruturas produzidas durante o Fontismo. *In* Ponte Eiffel. (2013). [imagem] Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/-W6pw0Wi3ajg/Uc8OX_n5fSI/AAAAAAAAAFuo/x2BsDDgDPvg/s1024/Ponte+Eiffel,+Viana+do+Castelo+\(2\).jpg](http://3.bp.blogspot.com/-W6pw0Wi3ajg/Uc8OX_n5fSI/AAAAAAAAAFuo/x2BsDDgDPvg/s1024/Ponte+Eiffel,+Viana+do+Castelo+(2).jpg) [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 2 - Perspetiva de uma “ilha” no Porto. *In* Torres, F. (2014). Arquiteturas únicas do porto – as “ilhas”. [imagem] Disponível em: <http://yoursporto.com/es/wp-content/uploads/sites/5/2014/03/Arquitectura-Filipa-4.jpg> [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 3 - Esquema comum da disposição das “ilhas” no Porto. *In* Torres, F. (2014). Arquiteturas únicas do porto – as “ilhas”. [imagem] Disponível em: <http://yoursporto.com/es/wp-content/uploads/sites/5/2014/03/Arquitectura-Filipa-2.jpg> [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 4 - Vista do início do século da Villa Ramos em Lisboa. *In* Villa Ramos - ... outra Lisboa. (2010). [imagem] Disponível em: http://c4.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/b070108f3/6181443_GOg9e.jpeg [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 5 - Vista atual da Villa Ramos em Lisboa. *In* Villa Ramos - ... outra Lisboa. (2010). [imagem] Disponível em: http://c7.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/bec024d9a/6181445_06rGO.jpeg [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 6 - Colónia Monte Pedral no Porto mandada construir a cargo do Jornal O Comércio do Porto. *In* Figueiredo, R. (2010). O Bairro de Monte Pedral 1899/1905. [imagem] Disponível em: http://lh3.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TQtI3gRpdDI/AAAAAAAAALXI/QaeZ3uWV2vA/s1600-h/b14.jpg [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 7 - Bairro da Cooperativa de Habitações Económicas Capitães de Abril - S. Vicente, em Viana do Castelo, uma das muitas produções do cooperativismo habitacional. Foto do autor.

Fig. 8 - Vista aérea atual da cidade de Viana do Castelo. *In* Viana do Castelo, A Terceira Dimensão - Fotografia Aérea. (2012). [imagem] Disponível em: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/08/viana-do-castelo.html> [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 9 - Compreensão da posição relativa dos bairros em estudo na malha urbana de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo, dessa maneira existem algumas partes do desenho que podem não estar atualizadas. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 10 - Posição da Citânia perante a cidade de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. [imagem] Disponível em: http://www.cm-viana-castelo.pt/images/stories/cultura/espacos_culturais/museus/Nucleos%20Arqueologia/Locais%20a%20visitar/citnia_de_santa_luzia_foto_drcn.jpg [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 11 - Desenho conjectural da vila medieval de Viana realizado com base num mapa presente em Caldas, J. e Gomes, P. (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, p. 14.

Fig. 12 - Vestígios das ameias da muralha, observados a partir do topo das escadas traseiras do antigo Paços do Concelho. *In* Muralha de Viana. (2009). [imagem] Disponível em: http://1.bp.blogspot.com/-N7SwRwwKMy4/TmJWavvg8al/AAAAAAAAAEU/xVpaJf2_l4U/s1600/Muralha+de+Viana.JPG [Acedida a 28 Ago. 2016].

Fig. 13 - Desenho conjectural de Viana no final do século XVI realizado com base num mapa presente em Caldas, J. e Gomes, P. (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, p. 20.

Fig. 14 - Desenho conjectural de Viana no final do século XVIII realizado com base num mapa presente em Caldas, J. e Gomes, P. (1990). *Viana do Castelo*. Lisboa: Presença, p. 26.

Fig. 15 - Planta de Viana, Barra e Castelo datada de 1756. Original na Biblioteca Pública Municipal do Porto. *In* Peixoto, A. (2001). *Litoral e a cidade: matrizes cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 16 - Carta Cadastral da Cidade de Viana do Castelo, levantada em 1868/69 por Telles Ferreira e E. V. Salgado à escala 1/500. Original no Arquivo Histórico do Ministério de Equipamento Social. *In* Peixoto, A. (2001). *Litoral e a cidade: matrizes cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 17 - Vista da Ponte Eiffel do início do século XX. Original no Arquivo Municipal de Viana de Castelo.

Fig. 18 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da Ponte Eiffel, adjacente à linha ferroviária que perfura a malha urbana, e, ainda, mostra a localização da antiga ponte de madeira que servia até então a cidade. Desenho do autor.

Fig. 19 - Desenho do autor da cidade de Viana do Castelo no final do século XIX. Baseado em mapa presente em Ferreira, A. (1995). *Aspectos da organização do espaço português*. 2ª ed. Porto: Faup Publicações, p. 45.

Fig. 20 - Gráfico baseado em dados presentes em *Geografia e memórias da Baixa Vianense*. Percebe-se que existe um crescimento populacional claro na cidade de Viana durante o século XX, ainda que, se verifique durante a década de 1960 um decréscimo, devido à onda de emigrações que marcou esses anos. *In* Fernandes, F. (1995). *Geografia e memórias da Baixa Vianense: comércio, serviços, património*. Viana do Castelo: C.E.R.

Fig. 21 - Posição do Templo de Santa Luzia perante a malha urbana vianense. *In* Afonso, M. (2011). Monte Santa Luzia. [imagem] Disponível em: <http://www.portugaltours.com.pt/userfiles/image/blog/monte-santa-luzia.jpg> [Acedido a 28 Ago. 2016].

Fig. 22 - Vista da Avenida dos Combatentes no início do século XX. Original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 23 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, no centro da malha urbana, mas também, a norte, o Santuário e Hotel de Santa Luzia. Desenho do autor.

Fig. 24 - Vista poente da cidade na década de 1940. Consegue-se perceber o bairro do jardim à esquerda e o aparecimento do Bairro da CP junto à linha de comboio. Original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 25 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização do plano urbanístico intitulado Bairro das Ursulinas. Desenho do autor.

Fig. 26 - Projeto de Urbanização do Bairro da Bandeira - João de Aguiar. Documento Original no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 27 - Esquema de Viana do Castelo com destaque, a laranja, da localização do plano urbanístico intitulado Bairro da Bandeira. Desenho do autor.

Fig. 28 - Desenho do autor representado Viana do Castelo em 1949. Realizado com base na Carta militar nº 40 datada desse mesmo ano.

Fig. 29 - Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo - Planta de Trabalho - João de Aguiar (1945). Documento Original no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 30 - Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo - Planta de Urbanização - João de Aguiar (1948). Documento Original no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 31 - Plano de Urbanização de Viana do Castelo - João de Aguiar (1961). Documento Original no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 32 - Este mapa facilmente comprova o somatório de todas as intervenções presentes nas décadas finais do século, verificando-se o claro crescimento exponencial da malha urbana vianense. *In* Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J. (2015). *Políticas urbanas : tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: FCG. p. 114.

Fig. 33 - Consegue-se compreender neste esquema as metamorfoses que ocorreram na frente ribeirinha ao longo dos séculos. Aos poucos, devido à importância marítima, Viana do Castelo foi conquistando terreno ao Rio Lima e foi aperfeiçoando, através de plataformas, as suas infraestruturas portuárias e os seus espaços públicos ribeirinhos. Desenho do autor.

Fig. 34 - Plano Geral de Urbanização, 1979. *In* Queiroz, J. (2000). *O património nas periferias urbanas de Viana do Castelo*. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada).

Fig. 35 - Plano Diretor Municipal, 1991. *In* Queiroz, J. (2000). *O património nas periferias urbanas de Viana do*

Castelo. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada).

Fig. 36 - Plano de Urbanização da cidade. In Oliveira, L. (2002). *Entre planos e projectos: o exemplo de Viana do Castelo*. Porto: FAUP. Dissertação de Licenciatura (ed. policopiada). p. 87.

Fig. 37 - Áreas de intervenção do Programa Viana Polis. Esquema do autor em imagem extraída do Google Earth.

Fig. 38 - Desenho do autor da implantação do Bairro do Jardim na cidade de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 39 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Jardim, segundo uma planta do início do século XXI disponível no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 40 - Fotografia do bairro na década de 1940. Fotografia original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 41 e 42 - Vistas do bairro atualmente. Fotografias do autor.

Fig. 43 - Plano de uma Cidade-Jardim a situar entre a Estrada Municipal da Abelheira e o caminho-de-ferro do Vale do Lima, em Viana do Castelo, projeto de Rogério de Azevedo. Documento original disponível no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 44 - Ampliação para o Bairro Jardim datada de 1959. Documento original disponível no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 45 - Anteprojeto das casas para o Bairro do Jardim, assinado por Rogério de Azevedo. Ideias iniciais que acabaram por ser não construídas. Documento original disponível no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 46 - Anteprojeto de outro tipo de casas para o Bairro do Jardim, assinado por Rogério de Azevedo. Ideias que também acabaram por não ser construídas. Documento original disponível no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 47 - Desenho do autor da implantação do Bairro da CP na cidade de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 48 - Desenho do autor com destaque para o Bairro da CP, segundo uma planta do início do século XXI disponível

no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 49 - Vista do Bairro da CP no início do século XX, pode-se observar que muitos dos vãos já se encontravam encerrados. In Abreu, A. (2009). *História de Viana do Castelo 3ª volume 2ª tomo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, p. 284

Fig. 50 - “Habitação para um casal com 6 filhos, destinada a assentadores de via férrea ou capatazes de reparação e conservação de estradas”. In Magalhães, F. (1938). *A habitação*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, p. 38;

Fig. 51 - Vista do Bairro da CP em fase de construção na década de 1940. Fotografia original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 52 - Vista aérea atual do terreno do Bairro da CP, já com as demolições efetuadas. Imagem satélite retirada a partir do Google Earth.

Fig. 53 e 54 - Vistas atuais do terreno do Bairro da CP, sem edificações. Fotografias do autor.

Fig. 55 - Desenho do autor da implantação do Bairro dos Pescadores na cidade de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 56 - Desenho do autor com destaque para o Bairro dos Pescadores. Curiosamente nas plantas da década de 1940 e 1950 o Bairro dos Pescadores encontrava-se a poucos metros do Oceano Atlântico, como se pode verificar na figura 31, porém com o passar dos anos e, mais especificamente, com as ampliações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, procedeu-se a uma grande conquista de terreno ao mar, afastando este bairro da linha costeira. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 57 e 58 - Vistas atuais do Bairro dos Pescadores. Fotografias do autor.

Fig. 59 - Planta de implantação do Bairro dos Pescadores de Viana do Castelo, assinada pelo arquiteto Mário Bonito. Documento Original Presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 60 - Anteprojeto de um tipo de habitação geminada para o Bairro dos Pescadores. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 61 - Desenho do autor da implantação do Bairro da Previdência na cidade de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. In Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 62 - Desenho de autor com destaque para o Bairro da Providência, segundo uma planta do início do século XXI disponível no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 63 e 64 - Vistas atuais do Bairro da Providência, em Viana do Castelo. Fotografias do autor.

Fig. 65 - Planta de implantação do Bairro da Providência, onde se percebe perfeitamente o alinhamento dos alçados laterais do edificado pelo Norte. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 66 - Desenho do autor da implantação do Bairro Conde de Bertandos e do Bairro na Rua de S. Tiago na cidade de Viana do Castelo. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 67 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Conde de Bertandos e o Bairro na Rua de Santiago, segundo uma planta do início do século XXI disponível no site da Câmara Municipal. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 68 - Foto atual do Bairro Conde de Bertandos. Fotografia do autor.

Fig. 69 - Perspetiva do anteprojeto do mesmo bairro. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 70 - Foto atual do Bairro General Afonso Botelho ou da GNR, na Ajuda. Imagem retirada a partir do Google Earth.

Fig. 71 - Planta de implantação do Bairro Conde de Bertandos. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 72 - Perspetiva do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 73 - Vista atual do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago. Fotografia do autor.

Fig. 74 - Planta de implantação do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 75 - Vista atual do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago. Fotografia do autor.

Fig. 76 - Alçado Principal do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 77 - Planta do piso 1 do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 78 - Planta do rés-do-chão do bloco de 6 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 79 - Alçado Principal do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 80 - Planta do piso 1 do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 81 - Planta do rés-do-chão do bloco de 8 fogos na rua de S. Tiago. Documento original presente no Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Fig. 82 - Desenho do autor da implantação do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 83 - Desenho do autor com destaque para o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia, segundo uma planta do início do século XXI disponível no site da Câmara Municipal. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 84 - Alçado da Avenida do Atlântico do projeto para o Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 85 e 86 - Vistas atuais do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. Fotografias do autor.

Fig. 87 - Planta de Cobertura do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 88 - Planta dos pisos 1 e 2 do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 89 - Planta do rés-do-chão do Bairro dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 90 - Desenho do autor da implantação do Bairro da Socomina. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital>

[Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 91 - Desenho do autor com destaque para o Bairro da Socomina, segundo uma planta do início do século XXI disponível no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 92 e 93 - Fotografias atuais do Bairro da Socomina. Fotografias de autor.

Fig. 94 - Vista do Bairro Dr. Luís Cunha Nogueira em Ponte de Lima. Imagem retirada a partir do Google Earth.

Fig. 95 - Planta de implantação do Bairro da Socomina. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 96 - Alçado tardoz do Bairro da Socomina. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 97 - Alçado principal do Bairro da Socomina. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 98 - Corte e planta tipo do Bairro da Socomina. Documento original presente no Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Fig. 99 - Desenho do autor da implantação do Bairros da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril. O desenho foi elaborado com base nas plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 100 - Desenho do autor com destaque para o Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 101 e 102 - Vistas atuais do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente. Fotografias do autor.

Fig. 103 - Planta de implantação do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo. *In* Borges, N. (2013). *Reabilitação de edifícios recentes para atingir edifícios com necessidades quase nulas de energia - Contribuição para edifícios sustentáveis*. Braga: Universidade do Minho, p. 104. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

Fig. 104 - Planta de um piso tipo com identificação dos elementos construtivos do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril de S. Vicente, em Viana do Castelo. *In* Borges, N. (2013). *Reabilitação de edifícios*

recentes para atingir edifícios com necessidades quase nulas de energia - Contribuição para edifícios sustentáveis.
Braga: Universidade do Minho, p. 42. Tese de Mestrado (ed. policopiada).

Fig. 105 - Desenho de autor com destaque para o Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira, em Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 106 - Planta de implantação do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira, em Viana do Castelo. *In* Chaves, M. (1999). *A Paisagem Urbana Moderna* in Madureira, A. e Ferreira, A. (1999). Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril. *ARCHITECTI REVISTA*, nº 14, p. 85.

Fig. 107 e 108 - Vistas do Bairro Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril da Abelheira. Fotografias do autor.

Fig. 109 - Desenhos conjecturais do autor para a compreensão da evolução do Centro Histórico de Viana do Castelo.

Fig. 110 - Desenhos do autor para a compreensão da evolução da malha urbana de viana do Castelo.

Fig. 111 - As três frentes de expansão da malha urbana de Viana do Castelo que agrupam os bairros em estudo. Este desenho da cidade foi elaborado a partir das plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 112 - A alguns equipamentos e serviços edificados nas periferias de Viana do Castelo após a implantação e na proximidade de alguns bairros de promoção pública. Este desenho da cidade foi elaborado a partir das plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 113 - Os vários períodos de evolução da cidade. Este desenho da cidade foi elaborado a partir das plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Fig. 114 - As três frentes de expansão da malha urbana de Viana do Castelo, com destaque para os equipamentos e habitações adjacentes aos próprios bairros. Este desenho da cidade foi elaborado a partir das plantas do início do século XXI disponíveis no site da Câmara Municipal de Viana do Castelo. *In* Câmara Municipal, (2009). Cartografia de Viana do Castelo. Disponível em: <http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/pedidos-em-formato-digital> [Acedida a 20 Nov. 2015].

Bibliografia

- Abreu, A. (2009). História de Viana do Castelo 3º volume 2º tomo. Viana do Castelo: Câmara Municipal;
- Abreu, P. (2010). Casas Económicas do Estado Novo. Os Bairros Sociais na Covilhã. Covilhã: Universidade da Beira Interior – Engenharia Civil e Arquitetura. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada);
- Almeida, C. (1990). Proto-história e Romanização da bacia inferior do lima. 1ª Edição, Viana do Castelo: Centro de estudos regionais;
- Alpuim, M. and Vasconcelos, M. (1983). Casas de Viana Antiga. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais;
- Alpuim, M. (1989). A Montanha Dourada. 2ª ed. Viana do Castelo: Confraria de Santa Luzia;
- Barreto, R. (2003). Viana do Castelo : pensar/fazer cidade: o processo urbanístico na segunda metade do século XX. Porto: FLUP. Tese de Mestrado (ed. policopiada);
- Bessa, A. (2011). O espaço entre o bairro e a cidade: três casos exemplares do plano de melhoramento no Porto 1956-66. Porto: FAUP. Tese de Mestrado (ed. policopiada);
- Borges, N. (2013). Reabilitação de edifícios recentes para atingir edifícios com necessidades quase nulas de energia - Contribuição para edifícios sustentáveis. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado (ed. policopiada);
- Caldas, J. e Gomes, P. (1990). Viana do Castelo. Lisboa: Presença.
- Caló, M. (2007). Viana do Castelo: um percurso pela modernidade. Porto: FAUP. Tese de Licenciatura (ed. policopiada);
- Clementino, L. (2016). FERNANDO TÁVORA. De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço. Coimbra: FCTUC. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura (ed. policopiada);
- Domingues, A. (2006). Cidade e Democracia: 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal. Lisboa: Argumentum;
- Domingues, A. (2008). “Urbanização Extensiva – uma nova escala para o planeamento” CITTA 1st Annual Conference on Planning Research, Porto: FEUP, p. 7
- Fernandes, F. (1995). Geografia e memórias da Baixa Vianense: comércio, serviços, património. Viana do Castelo: C.E.R;
- Fernandes, F. (1999). Tesouros de Viana: roteiro monumental e artístico: monumental and artistic itinerary. Viana do Castelo: GDCTENVC;
- Fernandes, M. (1998). Viana do Castelo: a cartografia da cidade in Cadernos Vianenses, Tomo 24. Viana do Castelo;
- Fernandes, M. (1993). Viana do Castelo: obras públicas e evolução do espaço urbano (1855-1926). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado (ed. policopiada);
- Ferreira, A. (1984). Por uma nova política de habitação. Porto: Edições Afrontamento;
- Ferreira, A. (1995). Aspectos da organização do espaço português. 2ª ed. Porto: Faup Publicações;
- França, J. (1974). A arte em Portugal no Século XX. Lisboa: Livraria Bertrand;
- Gonçalves, E. (2015). Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno. Porto: FAUP. Tese de Doutoramento (ed. policopiada);
- Gonçalves, V. (2014). O bairro e a cidade. O espaço público como contributo à integração social. O caso de Fajal. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada);

- Grande, N. (2002). O verdadeiro mapa do universo: uma leitura diacrónica da cidade portuguesa. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC;
- Guerra, I. (1997). Um olhar sociológico sobre o alojamento. in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº24, pp. 165-181;
- Habitação cooperativa em Portugal (1974-1991). (1992). Porto: FENACHE.
- Habitação para o maior número: Portugal, os de 1950 1980/ coord. Nuno Portas (2013). Lisboa : IHRU;
- Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal: IAPXX. (2006). Lisboa: Ordem dos Arquitectos;
- Jorge, R. (1899), *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*. Tomo I – Clima, População, Mortalidade, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto;
- Lamas, J. (2000). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 303;
- Lôbo, M. (1995). *Planos de urbanização : a época de Duarte Pacheco*. Porto: Faup publicações;
- Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2016). *Os Bairros do Modernismo Urbano no Planeamento Urbanístico e na Organização dos Equipamentos Sociais da cidade de Viana do Castelo (1911-1974)*. *Cadernos Vianenses*, Tomo 49 (1).;
- Lopes, J., Gulías, M. e Cavaleiro, R. (2013). *Modernismo urbano revisitado. O caso de Viana do Castelo in Cadernos Vianenses*, tomo 47. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- Madureira, A. e Ferreira, A. (1999). *Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril*. *ARCHITECTI REVISTA*, nº 14;
- Magalhães, F. (1938). *A habitação*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand;
- Marques, I. (2004). *A Sereia, a Varina e o Governador de Macau, Intervenções artísticas e espaço público nos Bairros de Casas Económicas de Lisboa*. *On the W@aterfront, Arte/Espacio Público*, nº 6;
- Marques, L. e Ferreira, T. (2011). *Atlas de Património: Conjunto Habitacionais/ Bairros IHRU*. Sacavém: IHRU;
- Martí Arís, C. e Alegre, L. (1991). *Las formas de la residència en la ciudad moderna*. Edicions UPC;
- Matta, J. (1909), *Habitações Populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade;
- Moreira, M. A. Fernandes (2005). *A História de Viana do Castelo, Em dispersos*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- Neto, D. e Abreu, A. (1993). *Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA*. 1ª Edição, Lisboa, Editorial Presença;
- Oliveira, L. (2002). *Entre planos e projectos: o exemplo de Viana do Castelo*. Porto: FAUP. Tese de Licenciatura (ed. policopiada);
- Peixoto, A. (2001). *Litoral e a cidade: matrizes cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo;
- Pimentel, J. (2015). *Obra pública de Rogério de Azevedo - Os anos do SPN/SNI e da DGEMN*. Valladolid: Escuela Técnica Superior de Arquitectura Universidad de Valladolid. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (ed. policopiada);
- Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J. (2015). *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: FCG;
- Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte;

- Queiroz, J. (2000). O património nas periferias urbanas de Viana do Castelo. Porto: FAUP. Dissertação de Mestrado (ed. policopiada);
- Ramos, R. (2010). A casa : arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português. Porto: Faup publicações;
- Ramos, T. (2004). Viana Polis, continuidade ou rutura. Porto: FAUP. Tese de Licenciatura (ed. policopiada);
- Reis, A. Matos (1993). Viana, a Cidade através do tempo in Cadernos Vianenses, tomo 16. Lisboa: Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- Reis, H. (2008). Evolução da estrutura urbana de Viana do Castelo - Factores de transformação e elementos de continuidade. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Tese de Mestrado (ed. policopiada);
- Ribeiro, H. (2012). A experimentação do moderno na obra de Mário Bonito: um processo de desenho dos anos 40 a 60. Porto: FAUP. Dissertação de Doutoramento (ed. policopiada);
- Rios, E. (2009). Viana do Castelo 75 Décadas de História, 75 Figuras Notáveis. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo;
- Sambricio, C. (2004). Madrid, Vivienda y urbanismo,1900-1960: de la normalización de lo vernáculo al plan regional. Madrid: Akal;
- Silva, S. e Ramos, R. (2015). House as Ideology in the Affordable Houses Programme of the Estado Novo. Livro de Atas de Conferência Internacional, pp.375-390;
- Silva, J. e Gomes, P. (1998). Viana do Castelo: o minho na alma... Paços de Ferreira: Anégia;
- Tavares, M. "Leituras de percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência." In Portas, N. (2013) Habitação para maior número. Portugal, os anos de 1950-1980, 1ª ed. Lisboa: CML, IHRU, p. 21-45;
- Távora, F. (1993), "Arquitectura e Urbanismo, a lição das constantes" in Teoria Geral da Organização do espaço. (Manuel Mendes, ed.), Porto: FAUP Publicações;
- Teixeira, M. (1992). As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940, in Análise Social, Vol, XXVII, nº 115;
- Tostões, A. (2015). A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa. Porto: FAUP publicações;
- Tostões, A. (1995). Arquitectura Portuguesa do séc. XX. In: Grandes Temas da Nossa História -História da arte portuguesa, Direcção de Paulo Pereira, volume 3, 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores;
- Viseu, J. (1993). História do betão armado em Portugal. Lisboa: ATIC;

Outros:

As plantas, planos e imagens ou desenhos constituintes das figuras 22, 24, 26, 29, 30, 40, 44, 45, 46, 59, 60, 65, 69, 76, 77, 78, 84, 87, 88, 89, 95, 96, 97 e 98 são espólio material e propriedade do Arquivo Municipal de Viana do Castelo, que, após autorização da sua Direcção, o autor teve acesso e, por essa razão, agradece e reconhece a importância que elas representam nesta investigação.

As plantas, planos e imagens ou desenhos constituintes das figuras 43, 71, 72, 74, 79, 80 e 81 são espólio material e propriedade do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, que, após autorização da sua Direcção, o autor teve acesso agradecendo e reconhecendo a importância que elas representam nesta investigação .